

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

TÁSSIO JUBINI VENTURIN

**Entre monitoramentos e práticas de gestão da vida:
incursões de um trabalhador da Assistência Social nas ruas da
cidade de Vitória.**

Vitória

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

TÁSSIO JUBINI VENTURIN

**Entre monitoramentos e práticas de gestão da vida:
incursões de um trabalhador da Assistência Social nas ruas da
cidade de Vitória.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientador: Prof.º Dr. Acácio Augusto Sebastião Junior.

Co-orientadora: Profª. Drª. Ana Paula Figueiredo Louzada

Vitória

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

V469e Venturin, Tássio, 1986-
Entre monitoramentos e práticas de gestão da vida :
incursões de um trabalhador da Assistência Social nas ruas da
cidade de Vitória / Tássio Venturin. - 2021.
99 f.

Orientador: Acácio Sebastião Junior.
Coorientadora: Ana Paula Louzada.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. assistência social. 2. população em situação de rua. 3.
biopolítica. 4. corpo. 5. cidade. I. Sebastião Junior, Acácio. II.
Louzada, Ana Paula. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

TÁSSIO JUBINI VENTURIN

**ENTRE MONITORAMENTO E PRÁTICAS DE GESTÃO DA VIDA:
INCURSÕES DE UM TRABALHADOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NAS RUAS DA
CIDADE DE VITÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.º Dr. Acácio Augusto Sebastião Junior
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Orientador

Profª. Drª. Ana Paula Figueiredo Louzada
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Co-orientadora

Profª. Drª Ana Lúcia Coelho Heckert
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Membro Interno

Prof.º Dr. Diego Arthur Lima Pinheiro
Universidade Estadual de Feira de Santa (UEFS)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que me apoiaram durante o período de escrita desse trabalho, é certo que não escrevi ele sozinho.

Ao professor Acácio Augusto pela coragem em ter aceitado orientar esse trabalho e pelos direcionamentos realizados para que ele ganhasse forma.

À professora Ana Paula Louzada pelo apoio e orientação imprescindíveis para sua finalização.

Aos professores Diego Lima e Ana Heckert pela leitura cuidadosa e pelas contribuições valiosas na banca de qualificação e por terem aceitado compor a banca de defesa.

À minha mãe e meu pai pelo incentivo incondicional que sempre me deram para minha atuação profissional e enquanto ser humano.

Ao meu amigo Lucas Protti pela parceria e compartilhamento dessa jornada chamada vida.

Aos meus amigos Carlos Fruhch e Welton Pinto por estarem juntos nessas incursões na cidade de Vitória e em outros tantos lugares.

Ao meu analista Antonio Felix pela escuta atenta e cuidadosa das minhas queixas e questões.

Às minhas tias Helena Marfisa e Silvana Venturin pelo incentivo e inspiração profissional.

Aos colegas do SEAS – Vitória pela oportunidade do aprendizado e da troca, bem como à todas as pessoas em situação de rua que atendi durante essa jornada de trabalho.

Aos colegas e trabalhadores do SUAS quem conheci e quem ainda vou conhecer pela confiança e parceria.

Ao meu amigo Gabriel Pirovani e aos colegas da Turma 13 do Mestrado pelas trocas e aprendizados.

Ao PPGPSI e aos seus professores com quem tive aula e com quem não tive.

Aos amigos de graduação que muito me marcaram e de alguma forma me incentivaram a retornar para a universidade. Amigos de infância e de escola, primos e primas, tios e tias, avó, Vitor, Joaquim, Preta e tantos colegas, amigos e amores, sou grato também por tudo que vivemos até então.

O século XXI me dará razão (se tudo não explodir antes)

O século XXI me dará razão, por abandonar na linguagem & na ação a civilização cristã oriental & ocidental com sua tecnologia de extermínio & ferro velho, seus computadores de controle, sua moral, seus poetas babosos, seu câncer que-ninguém-descobre-a-causa, seus foguetes nucleares caralhudos, sua explosão demográfica, seus legumes envenenados, seu sindicato policial do crime, seus ministros gangsters, seus gangsters ministros, seus partidos de esquerda-fascistas, suas mulheres navi-escola, suas fardas vitoriosas, seus cassetes eletrônicos, sua gripe espanhola, sua ordem unida, sua epidemia suicida, seus literatos sedentários, seus leões-de-chácara da cultura, seus pró-Cuba, seus anti-Cuba, seus capachos do PC, seus bidês da direita, seus cérebros de água-choca, suas mumunhas sempiternas, suas xícaras de chá, seus manuais de estéticas, sua aldeia global, seu rebanho-que-saca, suas gaiolas, seu jardimzinhos com vidro fumê, seus sonhos paralíticos de televisão, suas cocotas, seus rios cheio de sardinha, suas preces, suas panquecas recheadas com desgosto, suas últimas esperanças, suas tripas, seu luar de agosto, seus chatos, suas cidades embalsamadas, sua tristeza, seus cretinos sorridentes, sua lepra, sua jaula, sua strictina, seus mares de lama, seus mananciais de desespero.

Roberto Piva

RESUMO

Este estudo visa apresentar a problemática de garantia e de promoção de direitos à população em situação de rua, a partir da análise da atuação do Serviço Especializado em Abordagem Social de Vitória (SEAS – Vitória) e da Rede de Atendimento, que engendram formas de gestão do espaço da cidade, normalização de condutas e comportamentos e segurança da população de forma geral. As tentativas de impedir que a população em situação de rua se estabeleça no espaço da cidade, seja de forma violenta, como em ações de recolhimento de seus pertences ou de forma não-violenta, a partir de formas de controle sofisticadas, compõem estratégias que almejam uma melhor distribuição dos seus corpos na cidade. A partir de uma retomada das experiências como operador da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em alguns de seus equipamentos, dou visibilidade à formação de um corpo que operacionaliza essa política e um corpo que indaga sobre esses processos e ao conceber a articulação deles, discuto como funcionavam frente aos desafios encontrados, tendo em vista as políticas de precarização que atingem tanto a Rede de Atendimento como os atendidos. Ao tratar da transformação do corpo que operacionaliza a política em corpo-abordador na experiência do SEAS – Vitória, compreendo a sua atuação como parte de mecanismos de controle e regulação dos corpos-em-situação-de-rua na cidade, na medida em que esse passa a ser envolvido por um corpo-policial. Ao realizar uma nova incursão nessa experiência, com a contribuição do corpo que indaga os processos de trabalho, traço aspectos e dinâmicas, a partir da análise dos Relatórios Diários, do portal de comunicação *Fala Vitória 156*, das respostas realizadas às solicitações 156, do Monitoramento Contínuo da cidade e do *SigafWeb*, bem como revisito episódios envolvidos no funcionamento desse serviço, para localizá-lo em um plano biopolítico, em que a lógica do “fazer viver, deixar morrer” se mistura ao “fazer minguar”. Considerando que a atuação do corpo-abordador atua, por vezes, atendendo o interesse do corpo-domiciliado, sugiro pistas para formas de atuação que fogem do controle biopolítico, no qual não se produza vidas em que o destino seja de “viver pouco, sofrer muito”.

Palavras-chave: assistência social; população em situação de rua; biopolítica; cidade; corpo.

ABSTRACT

This study aims to present the issue of guaranteeing and promoting the rights of the homeless population, based on the analysis of the performance of the Serviço Especializado em Abordagem Social de Vitória (SEAS – Vitória) and the Rede de Atendimento, which engender forms of management the city's space, normalization of conducts and behavior and the safety of the population in general. Attempts to prevent the homeless population from settling in the city space, either violently, such as in actions to collect their belongings or non-violently, through sophisticated forms of control, make up strategies that aim at better distribution of their bodies in the city. From a resumption of experiences as an operator of the Política Nacional de Assistência Social (PNAS) in some of its equipment, I give visibility to the formation of a body that operationalizes this policy and a body that investigates these processes and when designing their articulation, I discuss how they functioned in the face of the challenges encountered, bearing in mind the precarious policies that affect both the Service Network and those served. When dealing with the transformation of the body that operationalizes politics into an approaching body in the experience of SEAS – Vitória, I understand its performance as part of mechanisms of control and regulation of bodies-in-street-situations in the city, insofar as this one becomes involved by a police force. By making a new foray into this experience, with the contribution of the body that investigates the work processes, it traces aspects and dynamics, based on the analysis of the Relatórios Diários, of the communication portal Fala Vitória 156, of the responses made to requests 156, of the Monitoramento Continuo in the city and SigafWeb, as well as I revisit episodes involved in the operation of this service, to locate it in a biopolitical plane, in which the logic of “make live, let die” is mixed with “make waning”. Considering that the action of the approaching body acts, at times, in the interest of the domiciled body, I suggest clues for ways of acting that are beyond biopolitical control, in which lives are not produced in which the destiny is to “live less, suffer much”.

Keywords: social assistance; homeless population; biopolitics; City; body.

SIGLAS

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL

PNAS – POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEAS – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SEAS Vitória – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL DO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA

SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1. QUESTÕES IMPERTINENTES DE UM TRABALHADOR DO SUAS	15
1.1 Pandemia e população em situação de rua: pistas para atendimento aos corpos à deriva	20
1.2 Encaminhamentos para a nova incursão	27
1.3 A pedra, o teto e a lista de espera: entre violações e direitos	33
1.4 Reconhecimentos e deslocamentos: a vida na rua, a rua na vida	44
1.5 Do corpo-abordador ao corpo-pesquisador: juntando as pontas entre as ruas....	52
2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: TRAVESSIAS NA CIDADE	61
2.1 Biopolítica como bússola.....	69
3. ENTRE GARANTIA DE DIREITOS E CONTROLE DE CORPOS A CÉU ABERTO	76
3.1 Corpos distribuídos, corpos recolhidos.....	81
3.2. Sem nada e sem nome.....	85
3.3 Horizontes (im)possíveis	91
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
5. REFERÊNCIAS	97

Vitória, agosto de 2017

Centro de Referência Especializado em Assistência Social, Centro, Vitória, Espírito Santo.

8:30 da manhã, toca o sinal do celular Samsung j5.

No momento todos os tripulantes já estão postos na sala, muito bem alimentados. Alinhados entre si e com relatório do dia anterior lido, preparam para o momento da saída do monitoramento. “Encoletados”, descem a escada e vão em direção à rua, onde a Minivan os aguarda para mais uma manhã de incursão na cidade. Trata-se de uma Minivan de origem chinesa de nome Rely, veículo pequeno e um pouco desgastado com o tempo de uso que, em tese, comporta 8 pessoas. De longe parece um carrinho de brinquedo que podemos pegar com a mão.

— Quem vai à frente?

Anota-se a sua placa, o nome do motorista, a quilometragem inicial do veículo e o horário de saída, conforme protocolo, para elaboração posterior do Relatório Diário. A equipe é dividida em duas, cada uma é responsável por um determinado território da cidade: alguns técnicos vão para o território 1, que engloba o Sambão do Povo, Rodoviária, Vila Rubim, Santo Antônio, Ilha das Caieras e outras localidades; outros vão para o território 2 que engloba a Praça Costa Pereira, Rua Sete, Parque Moscoso, Cidade Alta, Praça Getúlio Vargas e a Gruta da Onça. Trata-se, no caso, da equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social da Prefeitura de Vitória (SEAS Vitória) do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) da região do Centro, que é composta por Assistentes Sociais, Educadores, Motoristas e Psicólogos.

Os que foram escolhidos para estarem na região 1 saem mais cedo. A Minivan tem que iniciar a sua incursão às 8:30, faça chuva ou sol.

— Para onde vamos? Pergunta Seu João, o motorista.

— Não sei. Tem algum 156? Pergunta um técnico.

— Tem sim, outro responde. Um migrante na rodoviária.

— É para lá que vamos, então. Para a rodoviária, Seu João!

A rodoviária é de onde se chega e é de onde se sai: o começo, o meio e o fim.

APRESENTAÇÃO

Essa dissertação apresenta e discute algumas práticas realizadas no âmbito municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), envolvidas na execução do Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vitória (SEAS - Vitória), no período de setembro de 2016 a agosto de 2018, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e os estudos realizados por Michel Foucault no que tange à biopolítica.

Partindo da premissa de que essas práticas se configuram enquanto estratégias biopolíticas, busco compreender de que modo as suas efetivações se configuram enquanto uma forma de gestão da vida e da morte da população em situação de rua no município de Vitória. Desse modo, discuto o quanto a dita promoção e garantia de direitos se fazem em conjunto à ação de mecanismos disciplinares e de controle biopolítico dessa população considerada vulnerável e em situação de risco.

A partir de uma reativação de memórias da experiência como estagiário de psicologia e psicólogo em alguns equipamentos do SUAS, revisito episódios, traço dinâmicas e aspectos envolvidos na operacionalização dessa política com o objetivo de sugerir pistas para formas de atuação comprometidas com a vida efetiva das pessoas atendidas que fogem do controle biopolítico.

Ao realizar uma nova incursão na experiência disparadora do SEAS – Vitória, tomo como norte a compreensão de como, por um lado, a sua atuação comporta uma efetivação de controle biopolítico, promoção e garantia de direitos dessa população, e, por outro, uma precarização das políticas direcionadas ao público atendido, o que faz com que a Rede de Atendimento falhe em acolher as diversas demandas apresentadas, bem como produzir políticas que garantem de fato a superação da situação de rua.

Para isso, analiso também: a) os Relatórios Diários, elaborados pela equipe deste equipamento, pois eles descrevem as atividades e abordagens realizadas aos corpos-em-situação-de-rua; b) o portal de comunicação da Prefeitura de Vitória, *Fala Vitória 156*¹,

¹Implantado em outubro de 2008, o Serviço *Fala Vitória 156* configura-se como um canal por meio do qual os municípios solicitam serviços de poda de árvores, limpeza urbana, recolhimento de entulhos, reparos e manutenção em iluminação pública, reparos de vias públicas e atendimento à população em situação de rua (ARAUJO, 2014), podendo ser acionado pelo telefone 156, aplicativo de celular ou por formulário *online*. Diante da solicitação realizada, o solicitante recebe um número de protocolo que possibilita que ele acompanhe o andamento e é definido um prazo de resposta (ARAUJO, 2014). Após o recebimento da solicitação, que consta a caracterização da situação, a demanda e o endereço, a equipe se desloca até o local para realização do atendimento e posteriormente, dá o retorno, via e-mail, para a Central de Atendimento que encaminha para o solicitante. No que compete ao atendimento à população em situação de rua são realizadas solicitações de municípios domiciliados e municípios

ferramenta direcionada ao SEAS - Vitória para atendimento da população em situação de rua, respostas realizadas às solicitações 156 da população domiciliada para atender a população em situação de rua; c) o Monitoramento Contínuo da cidade, visto que este possibilita uma presença ostensiva do equipamento nos territórios da cidade; d) e o *SigafWeb*, prontuário virtual utilizado pela equipe que possibilita o acesso às informações dos usuários *in loco*.

No primeiro capítulo, realizo uma incursão nas experiências de atuação no SUAS, posterior à experiência do SEAS - Vitória, enquanto psicólogo de um Abrigo para população em situação de rua (Serra), durante a pandemia do Covid-19, bem como experiências anteriores como estagiário no Programa Família Acolhedora (Vitória), psicólogo na Casa Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Colatina) e no Centro Pop (Vitória), de modo a iniciar um percurso de construção de um campo analítico para a problemática da pesquisa.

Realizando algumas indagações e apontamentos que perpassaram essas experiências, dou visibilidade à formação de um corpo-técnico (DAROS, 2016) que operacionaliza a PNAS e um corpo-pesquisador (DAROS, 2016) que indaga sobre esses processos. Ao conceber a articulação entre esses dois corpos, busquei discutir como eles funcionavam frente aos desafios encontrados em cada experiência, tendo em vista as dificuldades de operacionalização da política por conta de formas de precarização que atingem tanto a Rede de Atendimento como as vidas dos atendidos.

A partir da retomada da experiência no SEAS - Vitória e do contato do corpo-técnico com as questões que tangenciam os corpos-em-situação-de-rua, novos sentidos se produziram. O corpo-técnico se transforma em corpo-abordador e uma atenção maior é dada às questões e modos de vida que se tem na rua.

Apesar da negação do trabalho realizado no âmbito do SEAS - Vitória pela Gestão/coordenação como efetivação de acompanhamento psicossocial, reduzindo-o a um esquema de abordagem e encaminhamento, por meio do Monitoramento Contínuo, a minha aposta de transformação dessa experiência possibilitou uma maior abertura aos corpos-em-situação-de-rua e à formação de um corpo-pesquisador que ganha vigor durante essa nova incursão.

O motivo inicial dessa dissertação se deu por conta de observações do corpo-pesquisador sobre a distância entre o que está previsto como promoção e garantia de direitos

em situação de rua, que são direcionadas a este serviço, em tempo real, por meio de um sistema informacional que encaminha um e-mail para os celulares da equipe.

para a população em situação de rua e o que ocorria de fato, na operacionalização da política, de modo que a concebi como uma forma de denúncia.

Para melhor se situar em relação a esse aspecto, no segundo capítulo apresento a biopolítica, considerando-a como uma forma de gestão de vida desses corpos que se faz presente nas dinâmicas de assistência e de desassistência da Rede de Atendimento, bem como algo que atravessa as discussões públicas sobre o que fazer com essa população. Para isso, cito uma Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa em maio de 2019 e uma reportagem de um jornal local sobre uma ocupação de um grupo de pessoas em situação de rua de um prédio abandonado em um bairro nobre da cidade, para pensar como ela, a principal envolvida na problemática, muitas vezes não é considerada de modo substancial nas discussões.

Compreendo a atualidade e a articulação dos dois polos de ação da biopolítica, em que um estabelece uma tecnologia de disciplina e o outro o controle biopolítico como uma referência para análise, enquanto o funcionamento do serviço ocupa um papel estratégico na garantia de direitos dessa população. Nessa linha, realizo uma pequena apresentação da PNAS e trato das especificidades do atendimento do Serviço Especializado em Abordagem Social, além de ressaltar a importância da Política Nacional para População em Situação de Rua para confirmação de uma concepção de direitos sobre essa população.

Ao apresentar a Rede de Atendimento do município de Vitória e relatar como a ação do serviço ocorria entre o incômodo do corpo-domiciliado, que tenta impor uma dinâmica de sumiço do corpo-em-situação-de-rua, e a demanda de apoio e reconhecimento do corpo-em-situação-de-rua, apesar das limitações da Rede de Atendimento, realizo um desenho da problemática de atuação do SEAS - Vitória e ensaio uma resposta para a indagação inicial de como é possível conceber uma rede de atendimento que é falha em acolher as demandas dessa população, porém é efetiva nas políticas de controle.

Dando continuidade a essa análise, no terceiro capítulo, busco pensar, inicialmente, como a articulação entre os três modos instituídos de funcionamento do SEAS - Vitória, o Monitoramento Contínuo, o portal de comunicação *Fala Vitória 156* e o prontuário eletrônico *SigafWeb*, apontam para a formação de um corpo-policial que passou a envolver o corpo-abordador e garantir uma presença ostensiva nos territórios com o objetivo de prevenção e regulação dos corpos-em-situação-de-rua, corpos considerados perigosos e objetos.

Diante disso, discuto o quão a ação do serviço faz parte de mecanismos de gestão do espaço urbano, na medida em que operavam em uma perspectiva de sumiço desses corpos do campo de visibilidade e traziam uma dimensão de Segurança e de Limpeza Pública.

A partir de uma maior articulação entre o corpo-abordador e corpo-pesquisador, dou uma atenção não apenas para a gestão da vida operada pela biopolítica, mas para a da morte que compunham as dinâmicas da Rede de Atendimento e do SEAS - Vitória. Para isso, trato das tentativas de tornarem os corpos-em-situação-de-rua em corpos-domiciliados, em conjunto a uma política de fazer esses corpos minguaem através de ações articuladas de limpeza do espaço urbano e da campanha contra as doações para as pessoas em situação de rua.

Ao reler os Relatórios Diários, realizo apontamentos sobre como os escritos se insinuavam como uma tentativa de retirar esses corpos das condições precárias e de anonimato implicada na situação de rua, em simultâneo que estava submetido a uma dinâmica de registro automática, cujo enquadramento em um modo de vida domiciliado se fazia presente.

A partir de uma breve retomada das questões suscitadas nessa nova incursão e da compreensão da ampliação dos objetivos do trabalho, o corpo-pesquisador deixa de lado a sua ânsia pela denúncia e ensaia uma resposta possível para a problemática suscitada, propondo novos rearranjos entre os corpos e uma forma de se habitar e ocupar a cidade ainda impensada.

Entre um capítulo e outro insiro trechos de uma espécie de diário de bordo, construído a posteriori, com o objetivo de realçar o caráter controverso da incursão realizada. Recriando cenas que acontecem no percurso do veículo do SEAS - Vitória na cidade, o concebo como uma nave que percorre os interstícios da cidade para abordar os corpos que ali habitam.

A dura realidade que se impõe sobre esses corpos em que, por vezes, prevalece o lema da frase da pichação “Vivi pouco, Sofri Muito”, foi aos poucos evidenciado durante a incursão que não é natural, visto que produzido por uma série de mecanismos sociais. As práticas em torno desses corpos, que sob o pretexto de garantia e promoção de direitos, atuam disciplinando e controlando os seus modos de vida, por vezes contribuem para reforçar as concepções que as objetificam e as concebem como perigosas.

A facada, a pedrada, a barra de ferro, a lista de espera, os papelões recolhidos, as nádegas escaradas e o vestido de noiva foram elementos que compuseram com episódios envolvendo a gestão desses corpos-em-situação-de-rua e serviram para analisar o quão eles em suas ações diárias formavam muitas vezes coreografias trágicas de estar e habitar a rua.

1. QUESTÕES IMPERTINENTES DE UM TRABALHADOR DO SUAS

O campo de problematização dessa pesquisa é o campo de práticas de um trabalhador do SEAS - Vitória e como ela comporta uma efetivação de um controle biopolítico. Para isso considera-se as suas estratégias diversas de mapeamento, atendimento e encaminhamento que visam a promoção de direitos e a gestão dos corpos classificados como vulneráveis e em situação de risco².

A partir da compreensão de que a oferta de serviços da Rede de Atendimento³ é falha na efetivação de direitos e (sobre)vida dessa população, porém efetiva no que tange às políticas de controle, esta pesquisa alinha-se com a proposta de dar mais forma ao corpo-pesquisador, corpo que indaga sobre os processos de trabalho, a partir do compartilhamento da experiência do corpo-técnico, corpo que operacionaliza a PNAS⁴.

O corpo-técnico, ao ser instigado a partir dos encontros que vem tendo no presente, alia-se ao corpo-pesquisador para formar campos problemáticos com outros objetos-alvos e com outras tonalidades. Tal ação se dá a partir de um questionamento sobre a forma com que o problema da população em situação de rua, de modo geral, está posto pelo senso comum, visto que ao reduzi-lo a uma questão de casa ou rua, instituição (regra) ou rua (ausência de regras), de permanência ou saída das ruas, se apagam as minúcias envolvidas e reduzem a sua complexidade.

Ao “rachar” esse problema e ultrapassar as suas dicotomias, pensar a execução desse serviço foi abarcar as suas práticas em sua amplitude e em suas contradições, considerando a formação e modulações do corpo-técnico. A sua dimensão política e produtiva de realidades ao se fazer presente no cotidiano de trabalho, exigiu que o compreendesse como componente imediato de uma rede heterogênea de corpos e de vozes emergidos na cidade.

² As práticas que almejo aqui discuti-las não se configuram enquanto entidades à parte, visto que ao se darem no campo do real tinham efeitos concretos: “A prática não é uma instância misteriosa, um subsolo da história, um motor oculto: é o que fazem as pessoas (a palavra significa exatamente o que diz). Se a prática está, em certo sentido, “escondida”, e se podemos, provisoriamente, chamá-la “parte oculta do iceberg”, é simplesmente porque ela partilha da sorte da quase-totalidade de nossos comportamentos e da história universal: temos, frequentemente, consciência deles, mas não temos o conceito para eles” (VEYNE, 1992, p. 248). Os objetos envolvidos nela, as pessoas, os discursos e conceitos eram o que demonstravam ser — “as coisas, os objetos não são senão os correlatos das práticas. A ilusão do objeto natural (“os governados através da história”) dissimula o caráter heterogêneo das práticas” (VEYNE, 1992, p. 248).

³ Posteriormente descrevo sobre os serviços que compõem essa Rede.

⁴ Exponho a formação e a divisão dessas duas formas-corpo no campo de pesquisa nas seções seguintes deste capítulo. A utilização desses conceitos nesse trabalho é oriunda do trabalho de Daros (2016) e me refiro à experiência de atuação no SEAS – Vitória como corpo-abordador e nos demais como corpo-técnico.

Estas vozes ao ecoarem até o momento presente, se insinuaram enquanto parte da experiência passada e presente do corpo-pesquisador e do corpo-técnico. Na imersão e produção dessa rede heterogênea, tal proposta buscou captá-las, reuni-las e articulá-las, “com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si” (FOUCAULT, 1992, p. 149).

Ao assumir a vulnerabilidade dos encontros com os outros corpos, busquei a criação de novas conexões com autores, pensamentos e memórias para que pudesse relembrar os episódios, traçar as dinâmicas e aspectos que fizeram parte da operacionalização da política que compreendi como relevantes para a discussão suscitada e para a efetivação de práticas que fugissem das formas de controle biopolíticas.

A necessidade de transpor essa experiência profissional para a academia inicialmente tinha o objetivo de expressar uma espécie de denúncia a respeito do que se passava no contexto político que envolvia a prática desse trabalho, contudo ganhou outros contornos, na medida em que fui sendo tomado por um ceticismo em relação ao destino delas.

O fato de muitas delas serem arregimentadas por uma certa banalidade de um modo biopolítico vigente, fez com que questionasse a própria ação de questionamento dessas práticas, ao passo que essa ânsia foi se desfazendo no decorrer desta incursão. Indaguei para quem direcionaria essas denúncias, visto que já é de conhecimento dos órgãos de garantia de direito, de forma geral, e de seus atores de como as situações de violação de direitos envolvem essa população.

Como uma forma de resolução desse impasse, notei que a partir do adensamento e ampliação da articulação entre o corpo-técnico e corpo-pesquisador fui redefinindo e ampliando os objetivos deste trabalho. Pode-se dizer que ele foi se constituindo nas brechas emergidas nas experiências retomadas, bem como nas conexões efetuadas a partir das novas alianças realizadas.

Este trabalho buscou envolver o dito campo teórico e prático e se deu em conjunto ao meu retorno à Universidade, após 9 anos de formado, possibilitado pela inserção no programa de mestrado em Psicologia Institucional. A partir das discussões decorrentes dela e das releituras realizadas de obras de autores aliados, como Foucault e da Política Nacional de Assistência Social, fui notando a importância de situar as práticas realizadas no âmbito dessa política em uma chave de atuação do biopoder. Partindo deste princípio e de que essa experiência diz respeito a algo que “[...] nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma” (LAROSSA, 2002, p. 26), e na perspectiva de superar

a ânsia por uma denúncia, passei a compreender essa escrita, não como uma prática de julgamento realizada por um sujeito do saber, mas sim a formação de um campo de análise que conectou as experiências vividas às questões do presente.

Tendo as marcas, os vestígios e os efeitos dessa experiência como pistas para continuidade do percurso, efetivei uma atividade de rememoração, não no sentido de articular o passado “tal como de fato foi” (BENJAMIN, 1994), mas no de “apropriar-se de uma reminiscência, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Ainda atualmente trabalhando com populações classificadas como vulneráveis e em risco em um CREAS em outro município da Grande Vitória, notei o quão as experiências discutidas aqui perpassaram as atuais. Ao dar visibilidade às experiências de atendimento a essas populações, algumas dimensões de perigo compareceram, na medida em que adentrei em territórios valiosos para manutenção ou não de formas de vida, relacionadas à atuação do biopoder.

Discutir os direitos dessa população e questionar os órgãos que se propõem a garanti-los envolveu um risco delicado, pois em vista da precariedade em que eles são produzidos, considera-se que o pouco que se tem deve ser defendido e valorizado, ao ponto de tornar-se esse pouco quase sagrado.

Ao assumir o risco do equívoco de dessacralizar esse pouco, concebi essas experiências enquanto atravessamento mútuo entre presente e passado, entre o que vivi e o que estou vivendo — o que equivale a compreender a experiência passada e a presente não como uma influenciando a outra, mas enquanto produção concomitante e incessante no tempo. Este compreendido enquanto “[...] um movimento em espiral, em que presente, passado e futuro, se cruzam” (DAROS, 2016, p. 57), se fez presente de maneira descontínua, o que imprimiu um percurso de escrita não linear, entre vai-e-vens de experiências aqui e acolá. O calor do momento, a relativa proximidade temporal da experiência, no caso, não foi um impeditivo para tratá-la, muito pelo contrário, foi a condição *sine qua non* para que a ação de pensamento se tornasse perigosa e alcançasse territórios de análise até então gelados (intocados).

Entre as quenturas e friagens da cidade de Vitória e as diferenças de temperaturas entre os corpos-em-situação-de-rua e os corpos-domiciliados, se atualizaram em mim processos em vários níveis que tomaram forma e conteúdo nesse trabalho de maneiras por vezes controversas. Essa operação possibilitou a construção de novas estratégias e de novas alianças no percurso dessa pesquisa, e a partir de suas transformações alteraram as formas de se pensar que confluíu

para uma nova experiência — a de uma nova e inusitada incursão nas ruas da cidade, abordando e pesquisando não apenas os corpos-em-situação-de-rua que nela habitam, mas os processos, os modos e as questões envolvidos em sua produção com a cidade.

Assim como a cidade de Vitória, que sendo uma ilha, vale ressaltar, está em constante relação com o que há fora dela, esses corpos-em-situação-de-rua, corpos-ilhas-humanas desoladas no arquipélago-cidade, também se mantinham em constante relação com o que há fora delas. Por esse motivo, a proposta deste trabalho não foi abordá-los de forma descolada da cidade, mas pensar em confluência com ela, de modo a encontrar pistas sobre como as relações estabelecidas entre eles e a cidade-arquipélago se constituíram enquanto formas garantidoras de sua existência ou não.

Pode-se dizer que a maneira com que fui conduzindo nesta nova e inusitada incursão foi sendo definida na própria navegação, de modo que a partir de uma atenção cuidadosa às pistas encontradas, a metodologia foi sendo reconstruída. Aceitando o movimento da maré, em um constante aceno às suas possibilidades em horizontes surgidos, criei um percurso que produziu imprevisíveis deslocamentos nos mares do campo conceitual da cidade.

Atender pessoas classificadas como vulneráveis e em risco no serviço atual em que atuo foi também me deparar com corpos que, levados às condições limítrofes, lembraram-me esses que foram objetos de discussão neste trabalho. As violações identificadas, como a sexual, física e psicológica ou o próprio termo “vínculos fragilizados” (Brasil, 2004) e “situação de rua” (Brasil, 2004) são modos de classificar vivências concretas que comportam níveis diversos de violência e que coexistem, em camadas e dimensões relacionadas entre si na experiência precária de ainda estar vivo.

Tais condições adversas e situações pessoais encontradas, entretanto, vale ressaltar, demarcam não só vulnerabilidades, mas também apontam para potencialidades, pois englobam formas de resistências e aprendizados variados desses corpos frente às diversas expressões de violências. Estas definições comportam percepções diferenciadas e juízos de valor de cada contexto e pressupõe uma série de atravessamentos sociais e políticos.⁵

Ser acolhido em uma instituição, em um abrigo, por exemplo, no contexto de pandemia da Covid 19 é uma forma de garantia e proteção de vida, pois garante uma menor possibilidade de contágio pelo vírus, ao mesmo tempo que pode se configurar como uma conformação a

⁵ O que equivale dizer que há um imbricamento considerável entre as percepções e os contextos e logo, essas não se alteram passivamente em cada um, mas compõe com eles.

modos instituídos de convivência coletiva. Estas percepções de proteção como equivalente a estar abrigado e desproteção equivalente a estar na rua sofrem modificações contínuas e envolvem uma série de situações, condições e relações do campo de forças.

As experiências de violência, em que muitos corpos-em-situação-de-rua vivenciam, situam-se com uma série de eventos sociais e políticos marcantes articulados no tecido social e para além de uma história individual ou familiar que dizem respeito à história de um país marcado pela escravização e extermínio de populações. Diante de três séculos de escravização é notável o quão esse acontecimento ainda reverbera no presente, de modo que os esforços para pôr fim às diversas formas de violências ainda direcionadas a elas estão aquém do necessário.

A predominância da cor negra na população em situação de rua no país, conforme demonstrado por Brasil (2010), em levantamento nacional sobre a população em situação de rua, realizada no ano de 2007/2008, em que das 31.922 pessoas entrevistadas, 39,1% declararam-se pardos e 27,9% pretos (que totaliza em 67% os dois grupos), assim como em pesquisa local realizada pelo Instituto dos Jones dos Santos Neves⁶, não é um fato aleatório, à medida em que diz respeito sobre modos operandi racistas e sobre a falta de políticas efetivas para o seu combate.

Os dizeres da pichação “Vivi Pouco, Sofri Muito” espalhada em alguns muros na região da Grande Vitória, provavelmente, se refere a uma manifestação de um interlocutor específico, porém aponta para o quão essa dimensão de “sofrer” mais que “viver” tem uma recorrência significativa na vida da população. Ao marcar essa diferenciação entre viver e sofrer, a mensagem opera uma dissociação importante entre um e outro, admitindo a possibilidade de uma vida sem sofrimento.

Essa denúncia cravada nos muros da cidade nos propõe a pensar sobre em que medida o “Sofrer Muito” se deve a uma atuação articulada de mecanismos políticos vigentes e/ou a sua negligência intencional que provoca uma deterioração das condições de vida da população de forma geral, caracterizando, portanto, não como um destino de um “caso isolado”.

Por outro lado, ao realizar essa dissociação, torna-se um alerta importante sobre o quanto no cotidiano as nossas ações podem provocar formas de vida em que o “Viver Pouco” e “Sofrer

⁶ Em 2018, o Instituto dos Jones dos Santos Neves apresentou um relatório sobre os resultados de sua pesquisa sobre o perfil da população em situação de rua da Grande Vitória, que afirmou que em 385 das pessoas entrevistadas nessa pesquisa se identificaram como negros 77,6% (pardos e pretos), o que confirma esse recorte de raça em processos de exclusão que conduz essa população à rua (INSTITUTO DOS SANTOS NEVES, 2018). Pode-se falar, portanto, que a gestão desses corpos tratada nessa pesquisa é perpassada por mecanismos racistas já que direcionado às populações negras.

Muito” se configure. Junto a essa população cabe indagar sobre como esses mecanismos políticos que são excludentes se atualizam no cotidiano e ocorrem mediante redes falhas de solidariedade e apoio, de uma maneira que deixam marcas vivas nos corpos-negros e nos corpos-em-situação-de-rua.

1.1 Pandemia e população em situação de rua: pistas para atendimento aos corpos à deriva

Transcorrido 4 anos do período da experiência de trabalho no SEAS - Vitória, que ocorreu de setembro de 2016 a agosto de 2018, até o atual momento em que escrevo, o mundo passou por muitas transformações importantes, principalmente, em decorrência dos eventos desencadeados pela pandemia do Covid-19, em 2020. Do ponto de vista dos impactos sobre a população aqui tratada, observou-se processos de intensificação de sua vulnerabilidade, na medida em que ao não possuir um lar fixo ficou mais exposta ao contágio pelo vírus.

Apesar da ausência de pesquisas sobre essa população, foi possível notar o quão as políticas de isolamento social, as dificuldades do estabelecimento de práticas de higiene na rua e o fato delas gradualmente se tornarem inóspitas, em um determinado período, fez com que essa população se tornasse um alvo mais fácil da violência de grupos implicados em sua extinção, bem como do vírus propriamente dito. Foi como se todos os tripulantes do navio, prestes a afundar, tivessem escapado com seus botes e deixado para trás os mais vulneráveis, que além de terem ficado sem botes salva-vidas, quase perderam a capacidade de nadar.

A negligência na garantia da devida proteção/socorro ficou evidenciada na presença de seus corpos à deriva, mesmo no período considerado o de maior risco da pandemia. A ausência de vagas nos abrigos, bem como da oferta pública de utensílios de proteção, como máscaras e meios de higienização, como lavabos, somado a ausência de garantia de uma política de moradia digna e de transferência de renda para garantir a sua sobrevivência indagaram ética e politicamente a todos, pois colocou em xeque o trato que, de forma geral, é dado a essa população.

Pensar em uma política de isolamento social para quem vive e depende da rua foi uma inflexão, dado que esses corpos historicamente concebidos para morrer, passam a ter a sua vida monitorada e administrada. A sua permanência na rua, ao se tornar objeto de preocupação, pode-se pensar, portanto, deu-se mais por conta da possibilidade de ser um agente propagador do vírus do que pelo interesse de fato em sua proteção.

Pode-se pensar ainda que a sua relação com o arquipélago-cidade se transformou, ao menos em partes, de modo que foram vistas muitas ações de solidariedade e apoio de corpos-domiciliados sensíveis à sua condição de corpos à deriva, principalmente no começo da pandemia. Se seu problema não foi resolvido de modo definitivo, pelo menos contribuíram para que os mantivessem boiando em pedaços desse navio afundado⁷.

O contexto político do país comandado por um presidente que ao invés de articular ações de combate à pandemia, realizou ações favoráveis à propagação do vírus, conforme demonstrado em pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos, ampliou as percepções sobre os modos biopolíticos de atuação dos poderes que levam a população à morte.

No boletim publicado pelos pesquisadores, “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil”, ficou demonstrado, a partir da análise de três eixos de ações do governo (atos normativos da União; atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia e propagandas contra a saúde pública), não uma incompetência do governo federal na gestão da pandemia, mas uma “estratégia institucional de propagação do vírus”⁸.

Os discursos contrários às políticas de isolamento social e favoráveis à retomada das atividades econômicas, sob o pretexto de salvar a economia, na medida em que questionaram a eficiência do isolamento como uma maneira de evitar o contágio, operaram a partir de uma intenção de levar a população à morte. A dimensão cruel do modo de produção capitalista foi exposta quando se colocou para a população o imperativo máximo do trabalho para manutenção da sua sobrevivência, mesmo em meio à mais letal pandemia dos últimos tempos. Em termos simplificados, o jogo colocado foi: ou trabalha, mesmo correndo o risco de ser contaminado, garantindo a sobrevivência, ou evita ser contaminado correndo o risco de ter a sua sobrevivência comprometida, em vista da piora das condições financeiras.

No entanto, para uma parte da população em situação de rua da Grande Vitória tal dilema não foi colocado, pois a oferta de vagas nos abrigos não aumentou de modo

⁷ Vale ressaltar que a proposta desse trabalho não é dimensionar as contribuições da população domiciliada para a população em situação de rua se manterem existindo/boiando.

⁸ Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/01/boletim-direitos-na-pandemia.pdf>> Acesso em: 28 set de 2021.

significativo. Somado a isso, não foi possível para muitos terem acesso ao Auxílio Emergencial concedido pelo Governo Federal, seja por não possuírem a documentação necessária para terem condições de solicitarem ou, para muitos que mesmo possuindo, não foi concedido, sem inclusive ser dada uma justificativa.

Para além do problema de não ter acesso ao aplicativo por meio de um celular conectado à internet, como foi relatado por muitas pessoas domiciliadas para acessarem esse benefício, a dificuldade para uma parte dessa população foi mais essencial. Lembro que na experiência de atendimento a essa população em um abrigo, alguns assistidos se encontravam na condição de não possuírem documentos, de modo que foi necessário realizar alguns encaminhamentos para órgãos que os emitissem, como Cartórios para emissão de Certidão de Nascimento e Centrais de Emissão de Carteira de Identidade.

Essas situações limítrofes, em que não havia o reconhecimento dessas vidas por parte do Estado, me indagaram com um maior vigor ética e politicamente o lugar que ocupava, seja enquanto pesquisador, seja enquanto psicólogo. Cada indagação exigiu um trabalho de apreensão mais cuidadoso do que até então realizava, seja por conta do maior risco e vulnerabilidade produzidos nessas situações, seja por conta de uma percepção mais apurada, que visava ir além do senso comum, para apreender os efeitos das intervenções e das condições desses corpos.

Atentar para os discursos, a maneira como eram articulados os pensamentos, os gestos, as ações ou as suas ausências nos contextos de atendimento, foram atividades dinâmicas e muitas vezes incômodas. Foram elas, porém, cruciais para a construção de uma sensibilidade e para uma prática comprometida com os processos de cuidado que, atento às contradições e limitações institucionais, buscava não sucumbir aos modos de controle instituídos.

As ações empreendidas foram sempre locais e forjadas a partir de uma exploração respeitosa do campo das possibilidades: escutar as múltiplas vozes, inclusive as dissonantes, observar as cores do entorno, assim como as destoantes, as forças instituintes, as temporalidades de cada ação, os espaços e as maneiras de ser e (sobre)viver de cada corpo atendido. Cada situação envolvia uma encruzilhada dado as várias possibilidades existentes que configuraram novos planos de experiência que em sua emergência muitas vezes cruéis comportavam dilemas éticos coletivos e individuais.

Essa experiência de atendimento à população em situação de rua em um abrigo, no início da pandemia no Brasil⁹, apresentou-se para mim enquanto desafio único e na qual alguns dilemas compareceram com maior vigor. No sentido colocado por Chico Science e Nação Zumbi, na afirmação “um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”, que concebi essa experiência, visto que ao ser transferido involuntariamente do CREAS para atuar nessa instituição junto aos meus colegas, já estava em outro lugar, tomado por outros dilemas.

Ao ser convocado para dar um passo à frente (ou para o lado), observei que efetivamente não estava apenas no mesmo lugar físico, mas também profissional: antes psicólogo do CREAS, nesse momento o que deveria ser era psicólogo de uma instituição de acolhimento para população em situação de rua, população vulnerabilizada ainda mais no contexto da pandemia. Este serviço criado às pressas pelo poder municipal de Serra, por conta do risco envolvido em deixar esses corpos nas ruas, foi uma ampliação do, até então, serviço de Hospedagem Noturna deste município. Apesar de estar atuando no PAEFI¹⁰ – CREAS, a gestão que conduzia a política de Assistência Social naquele momento tomou a decisão de deslocar os profissionais desse equipamento, interrompendo temporariamente as suas atividades, em vista da falta de profissionais disponíveis no momento.

Ao ampliar o serviço de Hospedagem Noturna, que até então era destinado somente ao atendimento no período noturno, este é transformado em um abrigo que funciona 24 horas, sendo inclusive o nome dado ao equipamento: Abrigo 24 horas. Ao funcionar ininterruptamente, impôs a todos os envolvidos (trabalhadores, usuários e gestão) uma série de dificuldades que vislumbro como importante para iniciar as análises sobre os modos biopolíticos que atravessam a gestão de vida dessa população.

Essa ampliação do serviço seria difícil se fosse feita em outros contextos, com uma equipe contratada e preparada para isso, visto a complexidade das demandas e das questões que emergem em um serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade para população em situação de rua. No contexto da pandemia, em que havia muitas limitações da oferta da Rede de Atendimento e com uma equipe deslocada de outro serviço, os desafios se tornaram ainda maiores e as demandas ainda mais complexas.

⁹ Março de 2020.

¹⁰ PAEFI é o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos e faz parte da Proteção Social Especial de Média Complexidade. É um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

No cotidiano de trabalho foi ficando evidente as problemáticas relacionadas ao serviço em sua totalidade: sua condição, seus objetivos, regras, permissões, lacunas, ofertas e demandas. Vivenciá-la contribuiu para que novos deslocamentos e percepções operassem em mim, principalmente a partir de tentativas muitas vezes frustradas de se garantir uma convivência pacífica e “harmoniosa” no espaço.

Se esse serviço fosse considerado como uma espécie de bote salva-vidas, pode-se dizer que ele não suportava todos os corpos-em-situação-de-rua e o seu risco de afundamento era iminente. A difícil convivência entre os abrigados fazia com que muitas vezes se gerassem conflitos verbais ou físicos e com que se produzisse uma dimensão da atividade quase insuportável, visto o seu poder de prejuízo da rede de relações e de solidariedade estabelecidas no grupo. Uma briga ou uma discussão gerava abalos grupais permanentes que afetava o dia de trabalho e as relações interpessoais estabelecidas no espaço.

Habitados a estarem na rua, onde era possível um deslocamento constante nos diversos territórios da cidade e, para muitos, acostumados também fazer uso frequente de drogas, ao aceitar entrar no Abrigo 24 horas, não podiam sair dele de modo provisório (a não ser que fossem desligados), nem recorrer a drogas no espaço (a não ser o cigarro), o que se caracterizava como uma forma de confinamento voluntário extremamente desafiante para muitos¹¹.

Diante de demandas constantes de saídas, no decorrer da experiência foi se criando uma série de situações e dilemas éticos em torno dessa decisão, que envolvia uma ponderação sobre a saúde de todos, visto que com essa ação aumentaria a possibilidade de exposição e de contágio do vírus. Caso algum usuário não fosse autorizado a sair, as decisões anteriores eram lembradas, de modo que se instituía provisoriamente um tenso espaço deliberativo de saída e entrada dos usuários que se configurava como mais uma arriscada função direcionada para os técnicos.

O caráter improvisado da implementação do serviço, em que os trabalhadores em um regime de escala alternada não tinham uma noção nítida de continuidade das ações e dos eventos anteriormente ocorridos (apesar da existência de relatórios diários), dificultava esses processos de análise para uma decisão mais embasada. De certo modo, pode-se dizer que isso

¹¹ Caso solicitassem sair, o motivo seria objeto de análise da equipe plantonista e inevitavelmente do grupo de abrigados.

ampliava as possibilidades de incoerência nas ações da equipe, suscitando a ocorrência de injustiças e, por conseguinte, questionamentos e desgastes com a sua atuação.

Estar naquele espaço algumas vezes por semana demandou um esforço tremendo, pois se era convocado a exercer uma série de atividades até então inexistentes no campo de trabalho do CREAS, tais como as de educador social, assistente social, coordenador, merendeiro, zelador, técnico de enfermagem e vigia. Lembro de uma ocasião em que fui convocado a acudir um abrigado em prantos, enquanto realizava a entrega de marmitas, visto que este havia desencadeado uma crise emocional após ver o seu pai pela fresta do portão do abrigo. Após atendê-lo e a restauração parcial de sua condição emocional, pude me recompor e retornar à função anteriormente demandada: organizar e distribuir as marmitas para os demais. Tal episódio, em que fui convocado a ocupar papéis distintos em um curto espaço de tempo, trouxe a impressão de que estava ali para “o que der e vier” e me gerou alguns questionamentos relacionados ao campo de atuação, os seus limites e a decisão da Gestão da Assistência Social do município em nos manter nesse equipamento.

No decorrer dessa experiência, fica evidente a demora da realização de um processo seletivo para contratação de outros profissionais, o que contribuiu para a manutenção dessa configuração. Do ponto de vista da garantia de direitos dessa população, reconheci a importância da criação do Abrigo 24 horas, porém do ponto de vista das relações de trabalho, isto se configurou enquanto um aprofundamento da precarização das suas condições.

Os processos de coordenação da execução do trabalho multidisciplinar muitas vezes desencontrados e a ausência diária da figura da coordenação no equipamento, na ocasião, não pareceu fruto de uma indisposição da Gestão municipal, mas indicou para uma incapacidade operacional intrínseca à pasta da Assistência Social do município. O município da Serra, por exemplo, foi o único da Grande Vitória a criar esse tipo de serviço para esse público na pandemia, sinalizando, portanto, um esforço institucional em proteger essa população.

Contudo, cabe indagar o quão essa forma de gestão e garantia parcial de direitos a essa população, marcada pelo caráter da emergência se configura muito mais como uma continuidade de ações dos poderes públicos do que uma ruptura de fato. Este caráter produzia reflexos no modo realizado da execução e gestão do serviço, pautado muitas vezes no improvisado e na “boa vontade” dos profissionais em se evitar o pior¹².

¹² No caso citado, um agravamento das condições de saúde mental do usuário.

A decisão de deslocar os profissionais do CREAS para o Abrigo 24 horas se configurou também como uma estratégia questionável, pois corroborou com uma lógica em que se garante o mínimo para a população considerada mais vulnerável. Para se garantir os direitos de uns – o acolhimento no Abrigo 24 horas – retirou-se os direitos de outros – o acesso aos programas do CREAS –, de modo que se criou uma situação conflitante entre os dois grupos de usuários atendidos, em que uns só ganham se outros perdem.

Na medida em que esses corpos-em-situação-de-rua invisibilizados nas ruas, tornavam-se objeto de gestão de vida e de morte, reconhecimento e não reconhecimento, também nesse espaço os modos biopolíticos de atuação ficavam cravados em seus corpos. A maneira parcial ou improvisada de funcionamento dos equipamentos, em que garantia a sobrevivência de uns em detrimento de outros, fortalecia os questionamentos acerca do valor que se dava a essas vidas.

A lógica de “deixar morrer” se misturava a do “fazer morrer”, pois ignorar e limitar o acesso aos direitos básicos também pressupunha uma ação ativa. Nessa experiência de atendimento a indagação que compareceu a partir dos encaminhamentos realizados para retirada de documentação foi de como reivindicar um direito se as suas existências não são nem reconhecidas pelo Estado? Se não há o direito fundamental de reconhecimento dessas vidas, como possibilitar o direito de existirem?

Em uma ocasião de conflito entre dois abrigados no espaço, em que um agrediu fisicamente o outro, essa dimensão relacionada ao valor dessas vidas ficou mais explícita. A situação exigiu que a equipe fugisse do que estava prescrito enquanto atividade e os separasse fisicamente para evitar a continuidade dessa briga. Posteriormente, o mesmo abrigado, decidido a espancar o outro com uma barra de ferro, exigiu respostas imediatas da equipe tão desafiadoras quanto a anterior.

Fazer com que o usuário desistisse dessa ação e entregasse para a equipe a barra de ferro, evitando assim a concretização de uma maior violência ou até mesmo a morte do outro, envolveu um esforço tremendo e se deu a partir de uma insistência na construção de uma estratégia coletiva de argumentação naquele momento. A equipe se viu confrontada com o furor intenso da raiva e da violência e buscou fazer um contraponto, pautando-se em uma decisão ética que reconhece o valor dessas vidas para intervir.

A proposta da inclusão desses corpos-em-situação-de-rua à deriva na ocasião da pandemia neste serviço, para além de uma garantia de um espaço físico que objetivava ser uma

forma de um abrigo do frio e de proteção contra o vírus, compactuou com ações diversas que atuavam no sentido de promoção de seus direitos e reconhecimentos de suas existências. Os esforços, empreendidos pela equipe, seja no sentido de garantir a sua documentação e reconhecimento, seja de garantir a sua integridade física, compreendia enquanto escopo de ação fundamental da prática para garantia dessas vidas.

Ao assumir, portanto, essa perspectiva de valor (ética), bem como a sua urgência, tomo essas ações como guia para uma escrita comprometida com o fortalecimento dessas vidas e junto a essas tentativas às vezes bem sucedidas, às vezes mal sucedidas de estabelecimento de espaços de reconhecimento e de proteção, que realizo as análises, de um modo às vezes conflitantes entre si, dado a interface entre cuidado e controle.

Os corpos-em-situação-de-rua, corpos marcados pela sina do “viver pouco” e “sofrer muito” me colocaram a pensar sobre a emergência de sua pauta, de modo que, a partir dos resgates aqui realizados nessa incursão, notei sobre a sua constituição e, sobretudo, sua invenção histórica e social. As barras de ferro que lhes atingem não são efeitos apenas do nosso tempo, pois atravessam a história. Porém, como ocorrem em um campo que se atualiza, nos cabe empreender ações *in loco*, considerando as suas particularidades.

Nesse sentido, vislumbrei como valioso analisar o modo como o corpo-pesquisador e o corpo-técnico se movimentaram em relação a esses modos de funcionamentos que reiteram ou não as diversas modalidades de barra de ferro direcionadas a esses corpos-em-situação-de-rua. O fato dele não ser neutro fez com que fosse necessário olhar para a sua imersão e “[...]tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente” (COIMBRA E NASCIMENTO, 2008, s/p).

1.2 Encaminhamentos para a nova incursão

Pensar a problemática de garantia de direitos nessa nova e inusitada incursão nas ruas da cidade, abordando e pesquisando não apenas os corpos-em-situação-de-rua que nela habitam, mas os processos, os modos e as questões envolvidos em sua produção com a cidade, foi, segundo Camus, “reaprender a ver, dirigir a consciência, fazer de cada imagem um lugar privilegiado” (CAMUS, 1989, p. 57), configurando-se como um novo percurso de aprendizado e de reafirmação das apostas de transformação. Relembrar a experiência do Abrigo 24 horas, do Centro Pop, do Programa Família Acolhedora, da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e do SEAS – Vitória, consolidou, para mim, a importância de recortes

teóricos e metodológicos pautados mais em um compromisso com a afirmação dessas experiências em suas contradições, do que na busca de uma racionalidade própria de um especialista, suposto detentor de saber; mais na busca de aprendizados singulares e quentes elaborados em cada (re)encontro, do que na busca de um saber por vezes frio e supostamente imparcial sobre o que deve ser feito ou deveria ser com o outro, de modo genérico ou, no caso, com as políticas direcionadas a essas populações.

Não se tratou de “[...] unificar, tornar familiar a aparência sob a fisionomia de um grande princípio” (CAMUS, 1989, p. 57), mas sim de abarcar questões de cada movimento e de cada parada, de modo que as cenas recriadas foram possibilidades únicas de re-lances com as formas autoritárias e negligentes de se conceber a vida. Mais do que respostas prontas, busquei suscitar questões a partir de situações vivenciadas e dinâmicas e aspectos instituídos, reconhecendo a sua interface entre cuidado e controle e, ao mesmo tempo, a gravidade das condições de vida das populações atendidas.

Para isso, nesta nova incursão nas ruas e no campo conceitual da pesquisa, me permiti deslocar em várias direções e em velocidades diferentes, assim como o veículo do SEAS - Vitória, visando ocupações provisórias e sentidos diferentes que havia criado enquanto corpo-técnico. A partir de nova atenção deste corpo junto ao corpo-pesquisador, parei nos pontos em que vi como possibilidade algum encaminhamento, nesse caso, não dos corpos-em-situação-de-rua, mas de questões pertinentes para se pensar sobre o que é feito com eles.

As ruas monitoradas, assim como os territórios das outras experiências aqui retomadas, eram territórios vivos que se modificavam a todo instante, a cada pequeno encontro de moléculas, coisas, máquinas, bichos, vírus e cidadãos. As suas geografias esquisitas, os seus traços marcantes e a casa improvisada que foi antes um cerimonial de festa e, na ocasião aqui tratada, foi transformada no Abrigo 24 horas, fizeram-se presentes nesta nova incursão, não enquanto cenários passivos, mas enquanto componentes ativos em que os corpos não apenas atuaram neles, mas sendo também transformados, “atuados” por eles.

A rua, ao se configurar não apenas um espaço de passagem, mas um local de encontro e desencontro, de ocupação permanente e provisória dos vários corpos, corpos-abordadores, corpos-pesquisadores, corpos-em-situação-de-rua e corpos-domiciliados, produziu dilemas e questões que estão para além do fluxo de pessoas e veículos. Diversificaram as suas funções e logo questões concernentes à convivência dessa outra coletividade compareceram e a partir de então, geraram-se outros movimentos, barulhos e cheiros.

Estar, morar e viver na rua é romper com os esquemas pré-estabelecidos do que é privado e do que é público e, nesse sentido, possibilitou que se analisasse de uma forma mais nítida e discutisse o que de fato é feito com esses corpos. As vulnerabilidades dos corpos-em-situação-de-rua em sua ação cotidiana, na medida em que compunham coreografias por vezes desconcertantes, demandavam compreensões e respostas contundentes do poder público e da sociedade de forma geral.

A decisão por si só de tratá-los aqui e atuar com essa população, compõe um movimento pessoal e ao mesmo tempo coletivo que busca que o que se faça com ela garanta a possibilidade de existirem dignamente e em sua máxima potência. A atuação de psicólogos, de assistentes sociais e de educadores sociais, por meio do SEAS - Vitória, na medida em que reconhecem essa população como dotada de direitos, operam em conjunto a produção de vulnerabilidades e de fortalecimento dos corpos-em-situação-de-rua tornando-se parte desse movimento.

Ao serem convocadas para atuarem com essa população, pressupõe-se uma autorização social para lidar com essa problemática e, de alguma forma, pautam-se em uma expectativa para produzir uma restauração no que está supostamente comprometido: os direitos, os vínculos familiares, o cuidado e as regras. Para isso, essas profissões/saberes são concebidas como estabelecimento de relações de poder que se fazem junto a discursos relacionados ao que é falso e verdadeiro, saúde e doença, ajuste e desajuste e risco e proteção. Em consonância ao que Foucault (2006) discute sobre as formas de atuação de poder, o que se coloca, portanto, não é a atuação de mecanismos coercitivos, em que a sua ação garante a aceitação passiva do outro. Mas sim de um agir recíproco, em um campo de relação que se tensiona e se modifica com a (re)ação e conduta dos envolvidos. As tentativas, por exemplo, de ordenações, recortes e homogeneização, muitas vezes envolvidas na atuação dessas profissões, por vezes esbarrava em exercícios de resistência, tendo em vista outros desejos e outros modos de se conceber a vida.

As normativas, seja no campo da PNAS, seja no campo dessas profissões, apesar de estabelecerem diretrizes importantes para a atuação, não garantem efetivações reais, seja no que diz exatamente ao atendimento/abordagem e encaminhamento, em um plano micropolítico, seja no que diz respeito ao plano macropolítico, nas garantias reais de direitos pelo poder público.

A proposta que se desenha não é questionar a intencionalidade dessas práticas, pois afinal, “tudo o que é decisivo jamais se passa no campo das *intenções*, tampouco das *boas*

intenções” (FUGANTI, 2009, s/p), nem de analisar o discurso emitidos pelos sujeitos envolvidos, pois:

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior do sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte, nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder (FOUCAULT, 2006, p. 253).

As estratégias direcionadas a esta população perpassavam por práticas discursivas relacionadas aos modos de vida, concepções de homem, habitação, cuidado e risco que compunham com um jogo de referências que produziam realidades.

A análise realizada visou, sobretudo, compreender de que modo essas práticas relacionadas a “(re)construção de outros projetos de vida” (BRASIL, 2013), entendida, como construção do “processo de saída das ruas” (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009) eram efetivadas no cotidiano de trabalho do SEAS - Vitória. Em seus desdobramentos optei por pensá-las como parte de um funcionamento de mecanismos de poder que operavam tensionamentos e tentativas de alterações nos modos de vida dessa população.

Para se analisar esses tensionamentos, tomei ainda como material os Relatórios Diários¹³ produzidos pela equipe e algumas respostas de solicitações 156 realizadas pelo Portal *Fala Vitória 156* por pessoas domiciliadas direcionadas ao serviço. Com isso, visei tatear a trama discursiva em torno da problemática envolvida na execução do serviço, considerando o

¹³ Os Relatórios Diários consistem em um registro escrito detalhado do que foi realizado por cada equipe em cada turno e se configuram como um diário de atividade, no qual consta informações pertinentes à atuação da equipe em cada território no turno específico, bem como sobre as vidas dos abordados. Este instrumento serve como um guia para as equipes que realizarão o monitoramento seguinte no território, pois a equipe anterior ao registrar o que foi realizado dá pistas de situações encontradas possivelmente ainda vigentes, seja relacionada a algum abordado em específico, seja aos territórios monitorados. Consta nele o itinerário do monitoramento realizado, as ações realizadas em cada território, como as ações de mobilização, abordagens, tentativas de abordagens e encaminhamentos, bem como outras atividades como reuniões, estudos de caso e elaboração de outros relatórios. Este instrumento se inicia com um cabeçalho em que consta o nome dos profissionais direcionados ao território, data, turno, território monitorado, horário de saída e chegada do veículo, quilometragem inicial e final do veículo e placa do veículo. Na parte seguinte constam os locais monitorados, tais como bairros, pontos ditos críticos como praças, logradouros públicos, ruas em que há concentração de pessoas fazendo uso de substâncias psicoativas e informações acerca das abordagens realizadas: local que se realizou, nome e data de nascimento da pessoa abordada, como foi o atendimento, o que ela demandou, como estava, se aderiu ou não as propostas de encaminhamento, etc. Além disso, compõe também o relatório, informações referentes às solicitações 156: o seu número, se a equipe foi até o local e encontrou a pessoa referida, como foi a abordagem, se procedeu com o encaminhamento ou não, etc.

seu caráter produtivo de realidades e o quão essas práticas discursivas compunham um certo mosaico que se retroalimentavam a cada abordagem.

Optei por selecionar os relatórios da equipe de Bento Ferreira, visto que era nesta unidade em que se observava maior número de solicitações 156 realizadas pela população domiciliada. O recorte temporal se justificou pelo fato de que nesse período foi realizado uma série de reportagens nos jornais locais de mídia impressa e televisiva que deram evidência ao serviço pesquisado e à temática em questão.

Havia na época dessa experiência relatada duas equipes do SEAS - Vitória distribuídas em dois CREAS do município de Vitória, e cada uma era responsável por um território determinado da cidade: equipe do CREAS Bento Ferreira, atuando na região continental, região com bairros com maior renda per capita; e a equipe do CREAS Centro, responsável pela região do Centro, região que engloba bairros de menor renda per capita.

Cada equipe de cada CREAS, ao ser subdividida em duas durante a semana, no período matutino e vespertino, totalizava quatro equipes nas ruas da cidade, em cada turno, para realização do monitoramento e produzia, portanto, 4 relatórios diários em cada turno. No período noturno, em vista de cada CREAS possuir uma equipe em cada para todo território, produzia 1 relatório cada, totalizando 2 relatórios diários nos dois CREAS. Nos finais de semana a equipe ao ser única em cada turno, se localizando apenas em um CREAS, produzia 1 relatório em cada turno.

As solicitações 156 ao manifestarem interesses e percepções relacionadas à população em situação de rua demandavam respostas da equipe de cunho explicativo sobre as intervenções realizadas junto a esse público e, portanto, se configuram como um material valioso que indica, diretamente ou indiretamente, algumas observações que perpassam a discussão aqui realizada.

Para a elaboração desta dissertação, reli 112 respostas de solicitações 156 elaboradas por mim, que tinham como referência modelos enviados para meu *e-mail* individual pela supervisão técnica. Estas respostas, ao serem encaminhadas via *e-mail* para a supervisão técnica do equipamento, após o atendimento da solicitação, permaneceram arquivadas nesta plataforma. Desse modo, ao realizar uma busca na barra de pesquisa, constatei as mensagens de *e-mail* enviadas que relatam os atendimentos realizados.

A proposta inicial era analisar o conteúdo das solicitações 156 realizadas pela população domiciliada direcionadas ao SEAS – Vitória, do mês de agosto a setembro do ano de 2017, de

modo a contemplar o discurso dessa população. Contudo, o acesso a este conteúdo não foi permitido.

Apesar de autorizado a coleta desses dados, pela Comissão de Pesquisa da SEMAS, este acesso, ao contrário dos Relatórios Diários, não foi viabilizado no CREAS - Bento Ferreira sob alegação de que a quantidade de solicitações era muito grande.¹⁴ Diante disso, fui orientado a realizar essa solicitação via Portal 156, através da Lei de Acesso à Informação, no site da Prefeitura de Vitória, entretanto, após isto realizado, não obtive o acesso e nem a justificativa da negativa. Posteriormente, enviei um *e-mail* para a Comissão de Pesquisa solicitando orientações ou a justificativa sobre o ocorrido, permanecendo sem resposta.

Além de um nítido descompasso entre órgãos do poder público municipal, em que um autoriza (a Comissão de Pesquisa) e o outro desautoriza (o CREAS - Bento Ferreira), tal episódio evidenciou um impedimento injustificável de acesso às informações de caráter público. O acesso a essas solicitações se dariam por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) visto que armazena todas as solicitações realizadas pelos munícipes e poderia ser viabilizado pela coordenação do CREAS - Bento Ferreira, a partir de uma busca rápida¹⁵.

Desse modo, tal negativa sendo contrária ao que a PNAS estabelece, enquanto política pública democrática e transparente, pode-se pensar que se configurou enquanto exemplo pertinente para analisar sobre o modo de operar da política direcionada à população em situação de rua do município: primeiramente, autorizar o acesso a um direito, conceder parte dele, em seguida negar a outra parte sem justificativas.

Diante desse quadro de análise documental, descrevo a seguir os percursos que guardo na memória quando trabalhei como agente desses aparelhos coletivos que operacionalizam essas políticas como terminais da biopolítica.

¹⁴ A minha sugestão era que se armazenasse este conteúdo em um arquivo.

¹⁵ Apesar desse sistema não compor enquanto sistema de informação do SUAS, é notável a relevância dessas informações para a avaliação de sua execução em nível municipal. A PNAS estabelece como um dos eixos estruturantes do SUAS, o de Informação, o Monitoramento e Avaliação, de modo que afirma sobre a importância estratégica de informações junto a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação com o fim de aprimoramento das políticas de assistência do país (BRASIL, 2004). Este seria necessário não apenas como um instrumento de planejamento institucional, no âmbito da união, estados, municípios e distrito federal, mas também como uma forma de favorecimento da “[...] participação, o controle social e uma gestão otimizada da política” (BRASIL, 2004, s/p). “Desenhados de forma a fortalecer a democratização da informação, na amplitude de circunstâncias que perfazem a política de assistência social, estas políticas e as ações resultantes deverão pautar-se principalmente na criação de sistemas de informação, que serão base estruturante e produto do Sistema Único de Assistência Social, e na integração das bases de dados de interesse para o campo socioassistencial, com a definição de indicadores específicos de tal política pública” (BRASIL, 2004, s/p).

1.3 A pedra, o teto e a lista de espera: entre violações e direitos

A Política Nacional de Assistência Social é um marco no que diz respeito à consolidação de direitos à população historicamente excluída e invisibilizada. Ela reforça a lógica de garantia de direitos, ao invés da caridade e benevolência, que marca a história da Assistência Social ao dar continuidade à visão de direitos e de inclusão dessas populações estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993. Nascida em 2004, pode-se considerar como uma política relativamente recente na história do país e que ainda apresenta muitos desafios para sua consolidação, expansão e qualificação, tendo em vista a forte desigualdade social e racial do país e a sua relação com formas de controle dessa população.

Instituída em um período próximo ao meu ingresso na universidade pública, em 2006, pode-se considerar que a sua implementação atravessa o meu período de formação universitária, ao passo que possibilitou a minha inserção e formação nessa área. As temáticas relacionadas à garantia de direitos às crianças, adolescentes e populações vulneráveis, relação entre Estado e população, pobreza e desigualdades, violência, gênero, raça e família se apresentaram nessa época como caras para uma formação comprometida com as transformações sociais necessárias para o país.

Minha trajetória na Política de Assistência Social se inicia na graduação de Psicologia como estagiário do Programa Família Acolhedora, serviço da Proteção Social Especial de Vitória, no ano de 2008, em que pude dar meus primeiros passos nessa área e compreender o quão as *práticas psi* são perpassadas por dimensões políticas e históricas do fazer humano¹⁶. O Programa Família Acolhedora é um serviço que prevê o acolhimento de crianças e adolescentes afastados de sua família de origem por conta de violação de direitos e se configura como uma alternativa ao tradicional abrigo. Este programa propõe o acolhimento provisório em família substituta com o objetivo da realização posterior da reintegração familiar das crianças ou adolescentes afastados da família de origem, após acompanhamento realizado por uma equipe técnica (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

Na época, com experiências de atuação ainda bem circunscrita ao campo da universidade, atuar diretamente com esse público possibilitou uma maior atenção às diversas

¹⁶ A Proteção Social Especial oferece serviços que atende indivíduos em situação de risco pessoal ou social, com direitos violados e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social.

formas de violência presentes na vida das pessoas e ainda ter uma maior dimensão dos efeitos – ora sutis, ora evidentes – com que elas compareciam nas suas histórias. Considerando que esta experiência foi apenas o início desse percurso, pode-se dizer que, desde então, atuo, basicamente, junto às populações vítimas de violência e tomo como norte a superação dessas violências.

Contudo, como estagiário desse equipamento, alguns incômodos relacionados à execução da PNAS já apareciam como questões no cotidiano. Apesar da existência de normativas sobre o seu modo de funcionamento e de seus princípios, os desafios me pareciam tão complexos que demandavam respostas nem sempre possíveis de se efetivar.

Em um contexto de pouco investimento das políticas públicas, em que as condições de trabalho muitas vezes não eram as mais adequadas, romper com os velhos paradigmas e implementar um trabalho efetivo em rede¹⁷ eram desafios que se apresentavam sob diversas formas e em diversos momentos. A dita garantia de uma qualidade nos atendimentos precisaria, portanto, ser tomada contextualmente, pois ao ser perpassada por fatores materiais e imateriais eram coengendrados em uma dinâmica de atenção e de desatenção do serviço em que atuava e da Rede de Atendimento.

Esta dinâmica, que está intrinsecamente relacionada ao contexto das políticas ne(cr)oliberais, refletia concretamente nas condições de vida da população. A precarização das condições de vida da população se tornava, não um detalhe, mas um fator determinante da constituição de políticas de Assistência Social: a pobreza, a exclusão, a violência de gênero, sexual, racial, a fragilização de vínculos familiares e comunitários eram questões que produziam e produzem impactos concretos na vida da população.

A partir da compreensão de alguns efeitos da PNAS sobre essa população impactada pelas políticas de precarização, através das análises das experiências aqui relatadas, busquei construir algumas pistas sobre seu funcionamento. Para isso, posso afirmar que este trabalho se construiu habitando as dinâmicas de atenção e de desatenção envolvidas na sua efetivação e como desdobramento trouxeram à tona a necessidade de compreender as concepções relacionadas à sucesso e fracasso, técnico e político e controle e cuidado que lhe atravessavam.

Na medida em que o corpo-técnico se formou e passou a atuar nesses campos problemáticos da política, estive implicado nas dinâmicas de atenção e desatenção que

¹⁷ Em conexão.

confluíam para garantia de direitos ou não e diante disso o corpo-pesquisador atento às suas contradições buscava notar como ele operava nos encontros com outros corpos para construir esse campo de análise.

As indagações engendradas na prática de atuação do corpo-técnico se iniciaram a partir de uma compreensão do quão a dimensão pública das suas ações, ao mesmo tempo que estava submetida ao princípio da impessoalidade, considerando que este rege a atuação do Estado¹⁸, também estava a uma dimensão individual de cada corpo envolvido na execução da política. Diante disso, observou-se que a esfera de escolhas de cada corpo-técnico também dava o tom das práticas no campo de trabalho.

Essas pressupunham processos de decisões por vezes difíceis que imprimiam tons que não necessariamente eram consentidos por todos. A condução de cada caso, mesmo que (seguindo) em uma mesma direção, se dava de modos diferentes — um discurso ali, uma palavra lá, uma pergunta cá, indicava o comparecimento de práticas discursivas diferentes que distinguiam uma abordagem ou um atendimento do outro e produziam efeitos diversos.

Cada decisão era efeito de avaliações específicas em um tempo próprio e não se dava de modo tão “harmonioso” como se pretendia. Estas consideravam não apenas o que estava posto nas normativas como promoção e garantia de direitos, mas as particularidades de cada caso, as limitações e potencialidades da Rede de Atendimento.

Os incômodos que apareciam sinalizavam que, ao serem atravessados por dimensões pessoais e institucionais, se davam em campos conflituosos que traziam uma dificuldade peculiar para a sua operacionalização. Compreendida enquanto uma política pública de proteção social envolvia em seu cotidiano um conjunto de ações para pelo menos reduzir os impactos das políticas de precarização direcionadas à população atendida e desse modo, eram perpassados por concepções de vínculo, cuidado e família¹⁹.

¹⁸ “O princípio administrativo da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da administração deve visar ao interesse público; deve ter como finalidade a satisfação do interesse público. A impessoalidade impede, portanto, que o ato administrativo seja praticado visando a interesses do agente ou de terceiros, devendo ater-se à vontade da lei, comando geral e abstrato em essência. Dessa forma, ele impede perseguições ou favorecimentos, discriminações benéficas ou prejudiciais aos administrados”. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/75993/releitura-sobre-o-principio-da-impessoalidade-na-administracao-publica>>. Acesso em 14/06/2021.

¹⁹ “A proteção social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (BRASIL, 2004, s/p).

Sensibilizado pelas adversidades vivenciadas, observava como a compreensão da família, enquanto núcleo básico de sustentação, inseria-se de forma considerável nas práticas de acompanhamento. A proposta de atuação que almejava o seu fortalecimento pressupunha, portanto, ações estratégicas em campo de trabalho e por esse motivo demandava que considerasse as relações, os aspectos e os discursos produzidos em torno do que se concebia como família.

Apesar dessas considerações, observava que frequentemente o carimbo de “família estruturada” e “família desestruturada” era utilizado, ao ponto que, por vezes, demarcavam as famílias com modelos que não cabiam em sua realidade. Diante desse contraste, visualizava a necessidade de outras compreensões da ideia de vínculo, visto que naquelas observações atentas percebia que esse não diz respeito a uma construção biológica ou natural, mas que envolvia uma história, ou seja, uma ação de vinculação²⁰.

Em relação ao acompanhamento familiar realizado pelo Programa Família Acolhedora, a proposta se ancorava em uma aposta de superação de violação de direitos por parte da família de origem. Todavia, esbarrava em questões de vínculos muito além da vontade e capacidade desta, pois englobava questões generalizadas no tecido social, tais como pobreza, desemprego, escolarização defasada e falta de perspectivas no futuro. A partir dessa percepção, discutíamos, na época, que se houvesse alguma categoria de auxílio financeiro para a família de origem, assim como havia para a família acolhedora, o futuro de várias famílias, crianças e jovens poderia ter sido diferente.

O objetivo era que após o acompanhamento psicossocial, a família de origem se reorganizasse para a reinserção familiar das crianças ou adolescentes, de modo que garantisse a sua função protetiva (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009). Entretanto, como nem sempre isso ocorria fazia com que algumas crianças ou adolescentes fossem colocados para adoção, após terem sido recebidos por uma família acolhedora. Dessa forma, na medida em que não se tinha o presumido resultado, gerava-se uma frustração na equipe que abria um campo de dúvidas relacionado ao que era visto como sucesso e fracasso dos acompanhamentos.

²⁰ Não à toa que a própria PNAS estabelece a importância dos vínculos comunitários e afirma que as ações no âmbito da Proteção Social Especial abrangem “desde o provimento de seu acesso a serviços de apoio e sobrevivência, até sua inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade” (BRASIL, 2004, s/p).

Graduando de Psicologia na UFES na época, oriundo da rede de ensino privada, pertencente à classe média, ao me deparar com realidades distintas da minha me sentia provocado a colocar em análise essas questões e as ações que empreendia. De que modo poderia se efetivar práticas de acompanhamento sem a realização de um julgamento prévio das vidas daquelas famílias atendidas? Seria possível realizar intervenções sem a utilização de um carimbo técnico para rotulá-las como estruturada ou desestruturada?

Contagiado por vários processos de formação, notava ser necessário um exercício de abertura àquelas famílias para uma atividade comprometida com os processos que ali emergiam. A ideia de uma “escuta qualificada” e uma perspicácia, talvez ainda incipiente, pressupunha uma atitude de questionamento a alguns valores e normas, bem como de permeabilidade à diferença que se presentificava nos encontros com as famílias.

Esta tarefa, ao envolver uma certa experiência de sofrimento, indicava para a importância de “[...] uma ressignificação, uma reconfiguração relacional, que nos faz sair de um ‘ensimesmamento’, de uma clausura das verdades postas” (MACHADO; LAVRADOR, 2009, s/p). Ao experimentá-la, percebia, entretanto, que as apostas de superação de violência implicadas na execução do serviço, muitas vezes se davam em consonância a valores e a modos hegemônicos do que se entende por família, o que contribuía para que de alguma forma isso pautasse as avaliações de fracasso e sucesso da família e do programa.

Diante disso, notava que a proposta de promoção de autonomia e dignidade, previsto na PNAS, ao se efetivar produzia questões não tão simples, pois enquanto se trata do destino, gestão e cuidado de vidas perpassa uma dimensão de valores que merece ser colocada em análise. As práticas não se caracterizam como uma mera aplicação de direitos, mas como tentativas de estabelecimento de relações de cuidado:

Com isso, afirma-se uma perspectiva ética que difere de uma entidade abstrata e, ao contrário, entrelaça-se com eventos concretos, configurando-se em práticas, em exercícios, em experimentações que se dão nos encontros, nas relações, nas conversações entre os humanos. A postura ética não é garantida por meio de regras prescritivas, categóricas, absolutas, porque ela é processo (MACHADO; LAVRADOR, 2009, s/p).

Por isso, tendo como horizonte a promoção de vidas dignas, a partir desse “desinsesamento de si”, este meu percurso recheado de acertos e de desacertos, foi se dando “aos trancos e barrancos”, entre ruas de chão batido no interior do estado e asfaltos esburacados na Grande Vitória, em um aceno constante à desistência e à esperança.

As cidades e os territórios do estado do Espírito Santo (per)passados compunham, enquanto cenários, a permissão do meu-ganha-pão, ao mesmo tempo em que o seu abismo compunha como experiências-índices do quanto as pessoas que lhe habitavam não andavam sob terrenos férteis. Na medida em que os seus direitos e suas proteções, eram muitas vezes mais objetos de promessas do que garantias reais de vidas livres da violência, da exclusão, do racismo e do machismo, ficava evidente o quanto essas problemáticas necessitariam de ações coletivas e contínuas para se transformarem.

Uma experiência-índice dessas foi atuar em uma Casa Abrigo Para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (Camus), em Colatina, cidade localizada no norte do Espírito Santo, visto que se configurou para mim como uma tentativa relevante de estabelecimento de parcerias e relações de cuidado. A condição dessas mulheres, ameaçadas pelos seus ex-companheiros, evidenciou o quanto as suas vidas corriam riscos nos territórios habitados e que a existência de um serviço com a finalidade de refugiar mulheres ameaçadas e vítimas de violência doméstica, era efeito da prevalência de modos de funcionamentos sociais que as objetificam e as violentam²¹.

Se conectar aos pares possibilitava um exercício de (des)construção de si mesmo, e fortalecia exercícios de perguntas para se aventar algumas respostas para esses desafios. As articulações ampliadas com os trabalhadores, tais como a constituição de fóruns, coletivos de estudo, adesão a greves e cultivo de redes de amizade, contribuía para um fôlego, um alento maior. Estabelecer relações de cuidado e afeto se dava não apenas com os atendidos, mas comigo mesmo e com os colegas que estavam na linha de frente enfrentando as diversas formas de precarização das políticas públicas, bem como das nossas vidas.

Saindo de Colatina para Vitória, a capital do estado, passei a atuar com populações tão em risco quanto as mulheres ameaçadas por seus ex-companheiros, a população em situação de rua, a partir da experiência de atuação no Centro Pop²². No caso de Vitória, ofertava-se o

²¹ Atuando em um dos estados do país em que mais se assassina mulheres, essa tarefa se tornava mais desafiadora e os questionamentos sobre a estratégia do acolhimento institucional como enfrentamento da violência contra as mulheres era recorrente: a única forma de pôr fim às ameaças e perseguições era as institucionalizando? Até que ponto a institucionalização pune a vítima e desresponsabiliza o agressor? De que modo o Estado poderia atuar sobre os agressores? Segundo o Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil (Waiselfisz, 2015) a taxa de assassinatos no estado do Espírito Santo no ano de 2012 foi de 90 assassinatos de mulheres por 100 mil, a maior de todos os estados. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em 14/06/2021

²² Este equipamento é uma unidade pública presente na Proteção Social Especial de Média Complexidade que oferta serviços voltados para população em situação de rua. Conforme estabelecido pela PNAS, a Proteção Social Especial de Média Complexidade atende famílias e indivíduos com os direitos violados, porém que ainda não possuem os vínculos familiares rompidos.

Serviço Especializado Para Pessoas em Situação de Rua que atende essa população e assegura atividades visando a construção de novos projetos de vida (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009)²³.

Essas atividades possibilitaram uma série de deslocamentos marcantes em minha trajetória de trabalho, pois o alto grau de tensionamento envolvido no trabalho fez com que fosse confrontado com situações limite, no sentido ético de promoção e limitação de vida. No entanto, foram experiências enriquecedoras, dado que ao participar da atuação de uma instituição importante para população em situação de rua, pude me atentar aos impasses daquele contexto e às dificuldades do cotidiano que envolvem o seu funcionamento.

O Centro Pop, ao se caracterizar como um espaço onde os usuários passam o dia, possibilitou o estabelecimento de relações mais estreitas e convivências mais próximas do que equipamentos que atendem pontualmente, em um tempo mais curto, algum usuário. Uma gama variada de situações que emergiam por parte dos atendidos me demandava posições que até então nunca haviam sido solicitadas em um contexto de trabalho.

A função de promoção de direitos realizada através do acompanhamento psicossocial, em conjunto a uma equipe técnica, entretanto, esbarrava em limitações concretas do serviço e da Rede de Atendimento. A equipe composta por educadores sociais, psicólogos, assistentes sociais, limpeza, coordenação, cozinheiras e oficinairos, muitas vezes não dava conta de atender a complexidade das demandas apresentadas e se deparava, com certa frequência, com apontamentos a respeito do que era ofertado.

Um aspecto que chamou minha atenção ao acompanhar os atendidos do Centro Pop foi que, mesmo frequentando aquele espaço, muitos não tinham acesso a algum serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, tais como abrigos, albergues e Programas de Aluguel Social ou de moradia, o que fazia com que passassem a noite na rua²⁴. O grande número de atendidos que acessavam aquele serviço e que não tinham esse acesso, evidenciava uma falha considerável na oferta de serviços da Rede de Atendimento Socioassistencial do

²³ Ele garante acesso à alimentação, atendimento psicossocial, higiene e provisão de documentação civil (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009) e funciona no município desde o ano de 2006, quando ainda era nomeado como Centro de Atendimento Dia – CAD (ARAUJO, 2014).

²⁴ Isso me fez pensar sobre como isso apontava para uma dimensão política de precarização da vida dessas pessoas, bem como apontava para uma dimensão de força e sobrevivência coletiva delas. Mesmo passando por experiências que expropriavam seus direitos, elas estavam ali se (re)organizando para enfrentar essa política de precarização no dia a dia na cidade e buscando algum apoio para não sucumbir.

município, de modo que descortinava um suposto tratado de boas intenções das Gestões municipais da época, no que tange à política direcionada a essa população. O número de vagas na Hospedagem Noturna²⁵, serviço de acolhimento institucional mais demandado pelos usuários, girava em torno de 40 vagas apenas e não dava conta de atender a quantidade de usuários do Centro Pop, o que obrigava a criação de uma “lista de espera” que girava em torno de 40 nomes.

Confirmando isso, Araujo (2014), em sua pesquisa aborda esse *deficit* de vagas dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade no período de 2010 neste município. Ele cita levantamento realizado pelo próprio município, em que foram constatados a presença de 218 pessoas em situação de rua na capital e compara esse número com a capacidade de atendimento da Rede. O autor conclui que 80% dessa população entrevistada não utilizava os serviços desse nível de complexidade²⁶.

Em 2018, já atuando no SEAS - Vitória, lembro-me de uma reunião em que a equipe discutiu com uma gestora a necessidade de ampliação de vagas na Hospedagem Noturna e nessa ocasião ficou evidente o seu posicionamento contrário. A justificativa dada era que caso aumentassem o número de vagas (oferta), aumentaria o número de pessoas interessadas (procura) nos serviços, de modo que seria insustentável para o município. Manter como estava, forçaria os municípios da Grande Vitória ampliar sua Rede de Atendimento e evitaria que a população em situação de rua se deslocasse para Vitória para acessá-la.

Escutar essa fala contribuiu para que me atentasse mais sobre como esse posicionamento dizia respeito às formas de gestão e decisão política, implicadas na execução de uma política social no contexto ne(cr)oliberal, em que os direitos são escassos. Na ocasião, o trato para a questão embasado em uma perspectiva de mercado (oferta x procura), em contraposição a uma

²⁵ “A Hospedagem Noturna caracterizava-se como um serviço de acolhimento institucional de curta permanência, na modalidade casa de passagem. Foi implantada em 2007, com capacidade de atendimento para trinta pessoas por noite. Era considerada como porta de entrada da alta complexidade de Vitória” (ARAUJO, 2014, p. 155).

²⁶ Em 2018, o Instituto Jones dos Santos Neves apresentou um relatório sobre os resultados de sua pesquisa sobre o perfil da população em situação de rua da Grande Vitória e, ao abordar sobre o local que os entrevistados pernoitavam, constatou que 274 (68,3%) dos 385 afirmaram pernoitar na rua nos últimos 15 dias em relação ao dia da entrevista (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018), o que demonstra também um número considerável. Vale ressaltar que a pesquisa foi direcionada para pessoas em situação de rua da Grande Vitória, porém tal resultado pode servir como referência para se analisar a oferta de vagas na Rede de Atendimento Socioassistencial da capital. O autor conclui que esse número é condizente com a Pesquisa Nacional de 2007/2008 (BRASIL, 2010), onde “[...] a maioria da população pesquisada afirmou que costuma dormir na rua (69,6%)” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018, p. 69) e sugere que esse fato “[...] pode ser um indicativo forte de que houve poucas ou nulas mudanças a respeito das condições da população em situação de rua, no que diz respeito ao acesso ou criação de políticas públicas que de fato promovam a cidadania deste segmento populacional” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018, p. 69).

perspectiva de direitos sociais, apontava para a impossibilidade de se levar adiante as pautas e as demandas que emergiam naquele contexto. Não ter vagas nos abrigos não era um detalhe ou um simples descuido, era uma estratégia de gestão de poder público que tinha como objetivo não ampliar a oferta para não ampliar a população em situação de rua no município.

As constatações cotidianas sobre as condições de vidas precárias²⁷ dessa população confirmavam a distância entre o que está previsto como garantia e promoção de direitos e o que ocorria de fato. Os questionamentos sobre os modos de operar do Estado, marcados por uma oscilação entre presença e ausência, entre garantia de direitos e violações, tornaram-se inevitáveis²⁸.

O ano ao qual me refiro aqui da experiência no Centro Pop é 2014, porém o raciocínio exposto pela gestora (em 2017) era predominante, só não era dito tão explicitamente como foi nessa reunião. O distanciamento das formulações igualitárias contidas, por exemplo na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008), ao gerar uma lacuna na oferta de serviços comprometia o trabalho técnico de acompanhamento, de modo que a perspectiva de saída das ruas se tornava ainda mais distante. Pernoitar na rua, por exemplo, produzia um maior vínculo desta com as pessoas e fazia com que a “lista de espera” crescesse a cada dia.

Isso colocado, observava que de alguma forma questionava-se o lugar de operador da política que ocupava naquele local, pois como poderia planejar e executar intervenções junto àquelas pessoas, no sentido de promover a superação da situação de rua, não sendo garantido o direito humano básico de moradia ou abrigamento? Até que ponto a minha permanência ali legitimava essa configuração e compunha com uma estratégia biopolítica que se ofertava pouco ou quase nada, ao mesmo tempo que se prometia quase tudo?

A insistência com que a demanda de abrigamento comparecia, criava uma relação de tensionamento dos usuários com os técnicos, pois mesmo que não dependesse totalmente deles a garantia desse direito, pois dependia da criação de condições políticas para sua efetivação,

²⁷ Discuto melhor esse conceito no item 1.4.

²⁸ Concordo com Scheinvar quando ela afirma que: “Reconhecer o estado como um instrumento de poder implica reconhecer que a política derivada dele expressa um projeto concreto como no caso da política social no Brasil, que é coerente com os princípios de um estado burguês. Isso significa dizer que suas práticas se distanciam das formulações igualitárias contidas em alguns dispositivos da Constituição Federal de 1988 [...]. Ao abordar as práticas cotidianas articuladas por mecanismos de exercício de poder, fica claro que tais práticas, na área da política social, estruturam-se a partir de mecanismos seletivos de acesso aos equipamentos sociais, contradizendo o ‘espírito universal’ pregado pela norma jurídica” (SCHEINVAR, 2009, p. 50).

esta lhes era direcionada. Com o passar do tempo, observava que esse tensionamento se desdobrava em formas violentas de expressão, seja direcionando à equipe, seja aos outros usuários, de modo que o ambiente foi se tornando cada vez mais hostil e minando muitas vezes as possibilidades de diálogo.

A violência, antes evocada através de relatos e explicitadas nas histórias e nas marcas dos corpos dos atendidos, rompiam a barreira de um passado doloroso supostamente longínquo e de uma rua-selva ao ser transposta para o presente no espaço do serviço. Os episódios de violência, as agressões e os desentendimentos compareciam com uma intensidade e frequência considerável, como se fosse um efeito e causa de propagação de um modo instituído de resolução de conflitos – a ausência de possibilidade de solução dos conflitos por meio de acordos descambava muitas vezes para chutes, socos, pedradas e agressões verbais²⁹.

Tendo um dia me envolvido diretamente em um episódio de revolta, onde a sala em que me encontrava foi atingida por uma pedra arremessada por um usuário impedido de entrar no espaço, me senti muito desprotegido. A pedra arremessada pelo lado de fora atingiu uma parte do teto e produziu a sensação de que ele estava desmoronando.

A violência, antes aparentemente circunscrita ao universo da rua aos corpos-em-situação-de-rua, rompera com a barreira de respeito construída. O tratado de paz entre os técnicos e os usuários desmoronara-se junto ao teto e trouxe para a equipe a contradição de ser operador de garantia de direitos desse grupo, ao mesmo tempo que alvo de sua agressão. A sensação de ausência de reconhecimento do trabalho desenvolvido e uma pessoalização desse processo se fez presente, mesmo que compreendesse aquela reação como efeito de políticas de restrições de direitos.

Com novos episódios de violência, o medo foi gradualmente aumentando e a prática foi se tornando inviável, ao passo que minha permanência ali se tornou frágil. Em vista das respostas insuficientes da Gestão às diversas situações apresentadas e uma tentativa frustrada de realização de greve dos trabalhadores deste equipamento, vi como única possibilidade pedir demissão e seguir outros caminhos.

Hoje lembro que uma das reivindicações dos trabalhadores era um maior apoio/ presença da Guarda Municipal no equipamento, o que na época ponderei como decisão prudente, em vista dos recorrentes episódios de violência e conseqüente riscos envolvidos.

²⁹ Estar em uma condição limite era, em muitos casos, levar até o fim a sua expressão de revolta.

Porém, atualmente considero tal reivindicação como uma forma de legitimação de aparatos estatais repressivos contra a população considerada vulnerável e concebo esta pesquisa também como uma forma de pensá-los como um mecanismo perverso que compõe com as práticas realizadas no âmbito da PNAS. Essa demanda, além de reforçar uma associação histórica entre pobreza e perigo, dificilmente surtiria os efeitos esperados. A presença da Guarda além de não garantir os direitos dos usuários, intensificaria o tensionamento do ambiente e exporia ainda mais essa população à violência policial³⁰.

A decisão de pedir demissão, embora difícil naquele momento, pois não havia outra opção de trabalho, possibilitou que me aventurasse em territórios em que havia outras aberturas para atuar. Tempos depois, acreditando na possibilidade de mudança da conjuntura descrita e após ter vivenciado outras experiências de trabalho, resolvi aceitar o desafio de voltar a atuar nesta Rede de Atendimento Socioassistencial, sendo dessa vez, contudo, no SEAS - Vitória.

Ao atuar também com a população em situação de rua, fui me deparando com novos desafios, mas que também atravessava a rua e a problemática dos corpos que lhe habitam. Se antes o local de atuação era o Centro Pop, agora passa a ser a rua e o modo de atuação de acompanhamento psicossocial e atendimento psicossocial se transforma em abordagens sociais e encaminhamentos, a partir do monitoramento. A proposta, no caso, não é acompanhar, segundo a orientação da Gestão/coordenação, mas sim abordá-los com o intuito de inseri-los na Rede de Atendimento para que seja realizado o que se considera de fato acompanhamento.

A pedra direcionada à sala em que estava naquele serviço foi ganhando no decorrer da experiência no SEAS - Vitória outros significados, pois ao entrar em contato direto por um maior tempo com as vivências dos corpos-em-situação-de-rua, me permiti afetar de formas mais contundentes por suas questões. Diante disso, passei a indagar com mais vigor até que ponto aquela pedra arremessada, que, de alguma forma, me forçou a pensar, era uma reprodução das violências vivenciadas por eles, bem como efeito da negligência dos equipamentos e da gestão municipal no que diz respeito à efetivação dos seus direitos.

Ao retomar essas experiências vividas, notei também que elas se davam entre o fio da navalha, entre recortes e operações diversas de nomeação e acolhimento. Uma criança retirada

³⁰ Fato este indicado por Instituto Jones dos Santos Neves (2018) quando ao tratar do tema da violência direcionada à população da Grande Vitória, pergunta os entrevistados se já foram alvos de violência por estarem em situação de rua. Nesse levantamento, em que abarcou um total de 385 entrevistados, 51,4% (198) afirmaram já terem sido, de modo que 51 (23,7%) desses, ao indagados sobre os agentes responsáveis pela agressão, relataram terem sido a polícia/guarda municipal, levando-as a constar como o segundo grupo de agente responsável pelas agressões mais citado (o primeiro foi o de outras pessoas em situação de rua).

de sua família, uma mulher ameaçada de morte, um sujeito em mendicância no sinal, formam imagens e personagens comuns e possíveis, porém agregam produções de vulnerabilidades que precisam ser compreendidas em suas singularidades. O problema de um, apesar de ter uma relação com o do outro, não é o mesmo e o nome de um e de todos acaba, por vezes, fazendo parte da mesma lista de espera, mesmo sendo abrigado ou acolhido em algum serviço.

Por isso, o percurso da escrita se deu a partir de uma intensificação de perguntas relacionadas a singularidades de cada caso, bem como sobre a precariedade de vida que atravessa todos. Sendo a falta de moradia, de abrigo, de lar, uma dessas facetas, nos cabe indagar até que ponto essa situação também não se configura como uma forma de violência em que aponta para além de uma brutal desigualdade, um modo de funcionamento biopolítico, e que me fez pensar que talvez aquela pedra fosse um revide às inúmeras pedras arremessadas contra essa população.

A pedra arremessada, ao ultrapassar a grade enferrujada do Centro Pop e invadir o espaço abruptamente, fazendo com que o teto desmoronasse, possibilitou ampliar as percepções para outros horizontes históricos, sociais e conceituais. A sensação do teto desabando passou a ser um prenúncio para um processo de escrita comprometido com corpos que não possuem tetos para morar e que não suportam estar em uma lista de espera eterna, ainda que a problemática seja complexa e não reduzida necessariamente a uma questão de habitação/abrigamento³¹.

O teto, ao desmoronar, pode-se dizer, que almejou também desmoronar a perspectiva mercadológica de garantia de direitos, exposta pela gerente que contribui para a manutenção de “listas de esperas”, de modo que fez tal situação lembrar sobre o caráter absurdo de ter que se esperar tanto para ter um teto.

1.4 Reconhecimentos e deslocamentos: a vida na rua, a rua na vida

Em quase 2 anos dessa experiência de atendimento no SEAS - Vitória, este serviço me permitiu contato com corpos que, aguardando chegarem a sua vez na lista de espera, também

³¹ Silva (2006) ao tratar sobre os motivos que levam as pessoas em situação de rua inclui os “[...] estruturais (como a inexistência de moradia, de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados a história de vida de cada indivíduo (rompimento dos vínculos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas, infortúnios pessoais – morte de todos os componentes da família, roubo de todos os bens, fuga do país de origem, etc.) e, ainda, em fatos da natureza ou desastre de massas – terremotos, inundação, etc. Os fatores mais enfatizados pela literatura contemporânea são as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e os problemas atinentes às situações de desabrigo” (SILVA, 2006, p. 82).

se tornaram alvo de pedras arremessadas. Ao se depararem com o duro horror da violência eram lembrados sobre a fragilidade de seus corpos-em-situação-de-rua à deriva.

A dureza da pedra e a concretude da rua compunham com esse cenário, em que quando esses corpos não eram maltratados, eram abandonados, quando não atacados eram desacatados. Nesse espaço temporal, contudo, não via como possibilidade uma apreensão única e definitiva a seu respeito, pois as suas vivências eram múltiplas e seus nomes, apesar de estarem na mesma lista de espera, eram vários.

É possível afirmar com a certeza de que fui me constituindo nos encontros com as vulnerabilidades produzidas nesses corpos, de modo que se efetivou em mim outros nomes e composições que alterou significativamente o que eu pensava ser.

Era como se a atitude de indagar sobre mim se conectasse aos múltiplos encontros tidos nas ruas da cidade e de alguma forma diluíssem as (auto)percepções elaboradas no decorrer de minha história — o balanço constante do carro lhe chacoalhava e o contato com o asfalto quente a derretia literalmente. No íterim dos encontros, em uma freada e outra do veículo, parado em um sinal ou em um engarrafamento, novos horizontes despontavam no mar de asfalto com a poluição da fábrica e seus barulhentos peixes — carros, caminhões, ônibus e motos.

As ruas com suas conexões quase infinitas e embaralhamentos incessantes de gente, veículos e casas me ensinavam sobre as inúmeras possibilidades da ordem e do caos, do previsível e do imprevisível. As suas oscilações desfaziam-me as certezas de um corpo-domiciliado e os corpos-em-situação-de-rua, corpos não domiciliados que nela viviam intensa e precariamente eram testemunhas vivas dos seus paradoxos — em um constante desmoronar-se e desabrigar-se ao mesmo tempo que gritavam (por) algo, na surdina de sua dor, explanavam um certo contentamento consigo e com o lugar que ocupavam.

Na medida em que tinha como ponto de partida uma visão de mundo de alguém domiciliado, sentia que o que eram questões para mim, principalmente no que diz respeito aos aspectos relacionados à segurança, espaço e temporalidade, muitas vezes não era para esses corpos. A impossibilidade de me colocar no lugar deles, sentir na pele o que eles sentiam, não era um impeditivo para, pelo menos, aproximar, “chegar junto”, abordar e ser abordado: da borda para o centro, do centro para a borda. Refiro-me não apenas no sentido físico para melhor escutá-los, mas também político para me permitir contaminar por suas questões e suas vontades — a rua não parecia uma unidade à parte desses corpos, ou um espaço onde as coisas

acontecem separadamente, pois compunha junto enquanto política heterogênea de coisas (não) vivas e atuantes nas suas histórias e na história da cidade.

Segundo Dubet (2020), há uma diferença entre reconhecimento e tolerância que vislumbrei naquele momento como importante para constituição desse novo horizonte, pois para além de uma tolerância, o que foi emergindo no decorrer desta experiência foi uma necessidade de reconhecimento dessas pessoas e de suas questões:

O reconhecimento é muito mais exigente do que a tolerância, pois quem reconhece os outros aceita transformar as suas representações do mundo e de si mesmo. Devemos, portanto, admitir que o reconhecimento é um teste tanto mais forte quanto questiona os imaginários culturais e sociais dominantes, as concepções majoritárias do mundo social e de si mesmo (DUBET, 2020, s/p).

A efetivação desses reconhecimentos, ao descambar para densas relações de parcerias, mesmo que provisórias, e relações de confiança substantivas, ocorria em contextos diversos e perpassava por uma dimensão institucional, de cidadão para Estado ou de cidadão com o Estado, ou de cidadão para cidadão, do Estado para o cidadão, ou de cidadão para o cidadão, apesar do Estado.

Apesar de delimitado muitas vezes o campo, não se tratava de uma relação exclusivista, pautada em princípios e direção únicas oriundas de uma suposta unidade, o que possibilitava uma atuação em um terreno de multiplicidades, que por vezes comparecia com tons de ambiguidade, visto que ao mesmo tempo se acolhia aqueles modos em suas pertinências e vivências, buscando transformá-los, os inserindo em uma dinâmica domicializante³².

Quando nesta incursão, proponho-me a atualização de memórias, a reconstituição de fragmentos do passado possibilita desfazer alguns desentendidos e me coloca em contato direto novamente com as adversidades das práticas e dos múltiplos corpos-em-situação-de-rua. A frágil e forte condição de estar vivo na rua, ser alvo de pedras e da violência do Estado e objetificado pelos corpos-domiciliados, fez com que essa experiência ganhasse outros contornos.

A proposta de tornar a vida desses corpos vivíveis (BUTLER, 2015) era um desafio cotidiano na medida em que suas existências pressupunham vontades e desejos, histórias e valores em que a precariedade é uma condição generalizada (BUTLER, 2015). Reconhecê-los enquanto sujeitos de direitos perpassava esse desafio e colocava fortemente a importância de

³² Diante disso, perguntava-se o corpo-pesquisador: o que querem esses frágeis corpos que vivem precariamente na rua e o que querem os funcionários da prefeitura de colete azul portando pranchetas com eles?

uma interlocução com os órgãos garantidores de direitos, ao mesmo tempo em que o SEAS - Vitória já era um deles.

Diante desses múltiplos corpos, observava que a definição de abordagem social, compreendida no Caderno “Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social” como “[...] processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social” (BRASIL, 2013, s/p), configurava-se como uma atividade multifacetada que envolvia uma dinâmica própria de ocupação do território. A construção de vínculo de confiança pressupunha a constituição de uma rede³³ variável nem sempre possível de se realizar, visto que confiar envolvia uma ação mútua de confecção de fios e ativação de elementos e recursos.

A dita mediação operada na prática pressupunha vontades e condições tanto do abordado quanto da Rede de Atendimento e estas, contudo, nem sempre coincidiam. A oferta da Rede de Serviços, sendo inadequada ou ausente para esse público específico, tornava esse processo de mediação, por vezes, limitado³⁴.

As abordagens se efetivavam reciprocamente – não apenas da equipe sobre o usuário, mas inversamente também. No encontro entre o “abordador” e o “abordado”, o “abordado” também abordava com sua história, por vezes, marcadas pela violência e com sua presença, ocasionalmente incômoda, e indagava sobre o que ali se queria e fazia. Cada abordagem realizada comportava um desafio distinto, o que fazia com que se desconstruísse um *script* mais ou menos definido de condução e exigia da equipe posicionamentos, muitas vezes não esperados ou fáceis, dado que poderia comprometer a sua permanência na rede de relações instituídas.

As decisões envolvidas exigiam uma atenção direcionada não só ao abordado, mas também à sua história e à sua relação com o entorno. Estas produziam efeitos relacionados às condições de sustentação dessas vidas que precisam serem colocados em análise, dado que:

³³ Nessa ocasião e em outras em que não me refiro ao termo “Rede de Atendimento” utilizo a compreensão de rede em um sentido mais ampliado, compreendendo-a como conexão entre pontos e não necessariamente entre equipamentos.

³⁴ Um exemplo desse descompasso é o caso dos catadores de materiais recicláveis, em que quando se ofertava para eles encaminhamentos para algum serviço, apontavam sobre a impossibilidade de alocação segura dos seus carrinhos. Estes, inclusive, muitas vezes não se viam como pessoas em situação de rua, mas sim como trabalhadores que ocupavam a rua.

A vida precária implica a vida como um processo condicionado, e não como um aspecto interno de um indivíduo monádico ou qualquer outro construto antropocêntrico. Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a “vida em si mesma” ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem essas condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas (BUTLER, 2018, p. 38).

Não havendo “vida em si mesmo” as tarefas colocadas diziam respeito sobre criar outras relações que possibilitem as condições de sua sustentabilidade. Não havia uma resposta única para as situações: parar, aproximar, abordar, escutar, encaminhar e dialogar eram decisões éticas árduas que envolviam processos nos quais estavam em jogo as condições de sustentabilidade dos corpos-em-situação-de-rua, logo provisórios e frágeis.

Estar na rua por si só, muitas vezes, não é estar em condição de vulnerabilidade, isso depende de uma série de fatores que eram analisados e considerados pela equipe em suas intervenções. Os fatores que decidiam a oferta ou não de encaminhamento indicavam para forças, percepções e valores que atravessam o campo de atuação e que de alguma forma impulsionavam, incentivavam, direcionavam e caracterizavam esses corpos para os vários lugares que ocupam, seja eles físicos, existenciais e sociais.

Lembro de um caso marcante em que um abordado nomeado aqui I. que havia sido desligado do Centro Pop há cerca de 1 ano, questionava sobre a presença da equipe na praça pois não se realizava seu encaminhamento a este serviço. Bastante insatisfeito com a decisão de impedi-lo de entrar, alegou ser alvo de perseguição por parte da coordenação deste serviço na época, visto que outros usuários envolvidos no mesmo episódio que provocou seu desligamento, já podiam retornar. Em vista de ter sofrido uma tentativa de homicídio recente na rua, no qual levou uma facada nas costas, este homem passou a indagar veementemente a equipe se ele teria que morrer para conseguir apoio, no caso, o encaminhamento para o Centro Pop.

Sensibilizada com o seu apelo, uma parte da equipe viu como possibilidade proceder com o seu encaminhamento para a Defensoria Pública, com o intuito de que solicitasse apoio deste órgão para questionar a decisão da coordenação/gestão do Centro Pop. A partir desse encaminhamento, a Defensoria Pública passara a questionar a decisão do Centro Pop e se

instalara na equipe do SEAS - Vitória uma crise, dado que a coordenação do outro serviço, ao conhecer este encaminhamento, acusa-a de traição³⁵.

As avaliações eram momentâneas e/ou prévias e se davam em conjunto a planos entrelaçados que constituem as relações políticas da cidade. Consideradas técnicas estas, porém, concebiam regras e modos, não apenas no sentido jurídico ou legal, mas enquanto componentes heterogêneos do rol de atividades humanas. A política, enquanto arte e ciência de governo, era tecida nas ruas da cidade aos serviços, dos serviços às ruas, de modos ampliados e coengendrados por interesses dos corpos-domiciliados, corpos-abordadores e dos corpos-em-situação-de-rua³⁶.

Ao não se tratar de uma aplicação formal de direitos, essas questões envolviam um esforço contínuo, às vezes desgastante, de acionamento da rede e de recursos. Pensar criticamente sobre esses modos de trabalho, enquanto se executava, demandava a realização de articulações potentes que produzissem uma atenção efetiva à cada situação. Em vista das inúmeras limitações, a proposta muitas vezes era garantir respostas pontuais que contribuíssem, minimamente, para o enfrentamento dos desafios encontrados.

Esta dimensão relacional demandava uma reinvenção profissional por vezes dolorosa. No encontro com as adversidades de cada situação e no desenrolar às vezes trágico de cada história, aprendia que não se tratava de uma questão meramente individual ou ocasional, mas sim dizia respeito a modos, condições, atitudes de estar e habitar a cidade.

Em análise inicial, emergente nesse contexto, mirava que um dos direcionamentos principais propostos pelos gestores do serviço, era a ideia de identificar, colher o máximo de informações possíveis de cada abordado, bem como encaminhá-los e, de alguma forma, retirá-

³⁵ Após este fato e uma reunião em que a coordenação do SEAS - Vitória, junto à Gestão, reiterara essa acusação da coordenação do Centro Pop, ameaçando a equipe, I. tornou-se um tabu, ao passo que pouco ou quase nada se falou sobre ele. Observei que ele, antes considerado um nome que despertava sentimentos ambíguos na equipe, passou a ser apenas mais um, no registro dos Relatórios Diários e a ordem dada pela coordenação/gestão, era que se abordado deveria ser orientado a procurar o CAPS-AD, retirando, portanto, a possibilidade de acesso a algum serviço da Rede de Atendimento Socioassistencial. Em vista do risco iminente de morte do usuário I., a proposta do encaminhamento era garantir um espaço de cuidado e proteção para evitar novos ataques, porém a limitação imposta pela coordenação do Centro Pop exigiu atitudes corajosas por parte da equipe. Após a intervenção da Defensoria Pública neste equipamento, o seu retorno não foi garantido, no entanto, soube-se que foi permitido o seu acesso ao serviço de Hospedagem Noturna para alimentação e higienização.

³⁶ A prática de desligamento dos usuários, por exemplo, era recorrente no Centro Pop e, apesar de não previsto legalmente, era justificada pelos episódios de violência envolvendo usuários no espaço, bem como situações em que não se via comprometimento em seus Projetos Individuais de Atendimentos (PIA). Por vezes se ouvia falar que algum usuário havia sido desligado para um fim terapêutico (“desligamento terapêutico”), sob a justificativa de que o impedindo de entrar no espaço contribuiria para que ele “corresse atrás” de seus objetivos e não dependesse mais do Centro Pop.

los dessa cena. Afirmar que o trabalho do corpo-abordador não era acompanhamento, dizia respeito sobre essa estratégia, na medida em que se configurava como uma tentativa de impedimento de estabelecimento de parceria e afeto com os abordados — por prudência, era melhor que eles estabelecessem essa parceria mais concreta com os profissionais dos outros serviços que, no caso, os manteria nos espaços (fechados) destinados a eles.

A direção, portanto, era fazer prevalecer um modo de trabalho da equipe muito mais de gestão do espaço urbano (controle), no sentido de retirada desses corpos do campo de visibilidade, do que propriamente de atendimento às suas demandas³⁷. Afinal de contas, para o poder público/gestores, de forma geral, se esses corpos chegaram nessa condição é porque não souberam aproveitar as oportunidades que tiveram.

Essa direção se apresentava em várias formas, como nas constantes solicitações da Gestão/coordenação para realização de abordagens em pontos estratégicos e até mesmo na utilização de fotos dos usuários em situação de rua pela equipe³⁸. Contudo, ficava evidente que era confrontada constantemente com uma certa dinâmica dos que vivem nas ruas, onde “fazer o corre”³⁹, sobreviver, não necessariamente incluía a sua saída de cena, ou seja, a inserção em algum serviço da rede.

Estar na rua, muitas vezes, era imprescindível para uma (sobre)vida da população em situação de rua e, nesse sentido, era importante que se mantivessem em cena. Mesmo em meio ao risco de estar na rua, muitas vezes era mais “vantajoso” que estar em uma instituição, pois certas condições de sobrevivência eram alcançadas e certos hábitos eram permitidos, a partir de redes e relações construídas entre a pessoa e a rua.

As demandas muitas vezes se relacionavam a uma realização de necessidades mais imediatas no local em que se encontravam, como doação de dinheiro, comida, cobertor, ou até mesmo uma escuta para tornar aquela condição que se encontravam menos árdua. Tentar inseri-la em uma dinâmica institucional e fazer com que aceitasse o encaminhamento a um serviço

³⁷ Esta dimensão parecia que ganhava uma maior proporção por Vitória ser a capital do estado do Espírito Santo, e por ser considerada uma cidade “presépio”. Nesse ponto, a indagação que comparecia era: como se pode conceber que uma cidade tão bela como essa aceitasse a existência de corpos-em-situação-de-rua enfeitando as suas ruas?

³⁸ A Gestão/coordenação realizava solicitações de abordagem à equipe por meio de fotos que chegavam pelos seus celulares, via *whatsapp*, tendo ela que se deslocar até o local para atender essas demandas. Era indicado à equipe que fizesse registros do local com a pessoa sendo abordada e nestas ocasiões, era comum que um técnico abordasse e o outro se afastasse para realizar os registros fotográficos, em uma tentativa de que não fosse visto, como se reconhecesse o risco envolvido nessa tarefa.

³⁹ Refiro-me aqui a uma expressão comumente utilizada que se refere a fazer algo, resolver algum problema, conseguir alguma coisa ou ir até a algum local.

compunha com uma dificuldade considerável, na medida em que implicaria na adesão às regras de convivência que muitos não estavam dispostos a seguir.

O que muitas vezes era apontado era que a inserção em algum serviço, poderia até se configurar com uma possibilidade de garantia de cuidado importante, entretanto, possuía as suas limitações que operavam em modos despotencializadores dessas vidas. Os serviços, ao estabelecerem um modo disciplinar de funcionamento, como, por exemplo, o horário de entrada e saída, a separação de casais, a proibição de relacionamentos afetivo-sexuais, impunham limites aos usuários que faziam com que eles não aceitassem os encaminhamentos propostos⁴⁰.

Dito isto, abria-se um campo de dúvidas relacionado à ideia de "[...] reconstrução de outros projetos de vida" (BRASIL, 2013, s/p), pois em partes as negativas também diziam respeito a não aceitação dessa proposta, bem como, sobre a produção de vulnerabilidades envolvidas na condição de estar na rua, pois se esta fosse realmente um dado isolado, as negativas não deveriam ser tão comuns.

As justificativas apontadas pelos abordados para as negativas compuseram como material importante de análise, na medida em que eles apontavam sobre como a Rede de Atendimento os inseriam ou não em uma dinâmica de (sobre)vida. A dita vulnerabilidade ou situação de risco, ou (sobre)vida envolvido na situação de rua, nesse sentido, dizia respeito sobre uma produção de precariedade da vida na rua, o que significa compreender que estar na rua por si só não é uma condição naturalmente problemática⁴¹.

⁴⁰ Segundo Instituto Jones dos Santos Neves (2018), dentre as justificativas encontradas pelos 274 (68,3%) dos 385 que afirmaram pernoitar na rua nos últimos 15 dias em relação ao dia da entrevista (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018), além da ausência de vagas (que tiveram 58 respostas, equivalendo a 15,58 %), destacaram-se: “[...] na rua não tem regras ou proibições contra o uso de álcool e drogas, com 12,8% (47); não ter restrições para ir e vir, com 8,2% (30); não tem problemas com horário, com 6,3% (23); acha mais confortável, com 4,9% (18); não possui o serviço na cidade, com 4,4% (16); processo para entrar em abrigos é difícil/complicado, com 3,5% (13); entre outras respostas apresentadas” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2018, p. 70). Dentro desse ponto, outro aspecto importante muito observado dizia respeito ao deslocamento e ocupação dos territórios. Muitas vezes os abordados ao se localizarem em pontos distantes dos serviços, fazia com que os percursos de retorno fossem excessivamente longos, pois comumente não havia garantia de pernoite no abrigo noturno. Um agravante para essa questão era que quase todos os equipamentos do SUAS destinado à população em situação de rua do município de Vitória se localizam na região do Centro do município.

⁴¹ Pode-se falar que essa não aceitação se trata de uma forma de resistência aos mecanismos de controle e gestão do espaço da cidade? Se estar na rua é uma evidência da vulnerabilidade, como poderia haver, então, uma não aceitação tão frequente ao apoio da equipe? Isto evidencia a limitação do que era ofertado ou era a concepção de vulnerabilidade que precisaria ser melhor situada? Até que ponto estar na rua evidencia uma situação de vulnerabilidade e estar domiciliado significa estar protegido?

1.5 Do corpo-abordador ao corpo-pesquisador: juntando as pontas entre as ruas

Ao abordar e ser abordado, o corpo-pesquisador, notava que a visão naturalizada sobre essas pessoas que, ora são colocadas como vítimas, ora como perigosas (KUNZ, HERCKERT E CARVALHO, 2014) não dava conta de compreender a complexidade dos seus modos de vida, bem como suas estratégias de sobrevivência. A existência intrincada de uma rede difusa de solidariedade na/com a rua produzia atravessamentos diversos de forças e formas que compunham com o modo de vida não-domiciliado⁴².

Ao problematizar sobre como os conceitos de risco e vulnerabilidade eram utilizados para compreender essa população, notava como eles operavam de formas diferenciadas nas intervenções realizadas. Nada estava dado de antemão e a urgência de cada situação vinha com tons variados e destoantes entre si do que se compreendia como vulnerabilidade.

Lembro do caso do P., um cadeirante negro que, quando não era visto deitado na calçada com sua cadeira de rodas atravessando o caminho, era encontrado nos sinais em situação de mendicância. A sonda acoplada a seu corpo e suas nádegas escaradas, muitas vezes expostas aos transeuntes, já que o lençol que usava não lhe cobria por completo, dava uma visibilidade de sua condição limítrofe. A sua presença nas ruas se tornou emblemática, ao passo que, em simultâneo, esta condição escancarava uma dimensão de precariedade da condição dos corpos-em-situação-de-rua, servia para sua permanência na rua ao sensibilizar os corpos-domiciliados⁴³.

Apesar do esforço de que o trabalho efetuado fosse reduzido à abordagem e encaminhamento, ou seja, que não fosse de acompanhamento, na medida em que realizava conexões diversas no campo de trabalho com os corpos-em-situação-de-rua, alguns questionamentos emergiam, de modo que o corpo-pesquisador ganhava forma para se

⁴² “De maneiras diversas o povo da rua se vale de táticas de sobrevivência, e estas se expressam nos locais que escolhem para dormir; no modo como se dão as relações com o mundo das drogas, com a população domiciliada, com a polícia e os comerciantes; em suas redes de camaradagem; nas regras e alianças partilhadas; na culinária inventada e preparada nas panelas improvisadas de lata reciclada e no fogareiro produzido artesanalmente; nas manipulações e na correria que não se restringem somente ao ato de manguear; nos amores construídos; nas perdas que deixaram marcas, nas lágrimas contidas e nos risos expressos nas narrações da própria vida” (KUNZ, HECKERT e CARVALHO, 2014, s/p).

⁴³ A equipe era acionada constantemente a atender P. e este, contudo, enquanto obtinha uma certa condição de (sobre)vida na rua, encarnava uma resistência muito grande às intervenções e às propostas da equipe, de modo a inclusive, a insultá-la constantemente. Em algumas oportunidades de diálogo, P. colocava que não tinha interesse em voltar para a casa, porque, segundo ele, na região em que morava “só tinha gente feia”.

expressar. Com os casos atendidos, podemos analisar como as demandas são destoantes entre si, pois enquanto alguns apelavam para a inserção na Rede de Atendimento Socioassistencial, como I., outros repudiavam, como P., apesar de todos estarem em condições similares.

As informações nas abordagens e transcritas para as pranchetas e relatórios faziam parte não apenas de uma operação de produção de dados, mas de uma dimensão de produção de corpos, na medida em que confeccionava e estampava vulnerabilidades e adversidades: o que fazer e para onde levar esses corpos-em-situação-de-rua à deriva, eram perguntas recorrentes, em meio a um universo de questões e histórias. A fachada, a pedrada, as nádegas escaradas e as costas cortadas para além de relatos de dor ou cenas desagradáveis compunham enquanto marcas nos corpos, em que suas ações formavam muitas vezes coreografias trágicas de rua.

As indagações que surgiam nesse contexto possibilitaram a constituição em mim, neste período, de além de um corpo-trabalhador técnico social (DAROS, 2016), que operacionaliza a política, a partir dos encontros com outros corpos na rua e nos serviços, a de um corpo-pesquisador (DAROS, 2016) que indaga sobre os processos de trabalho no tocante às intervenções realizadas junto a esta população⁴⁴.

O corpo-trabalhador técnico social (DAROS, 2016), e no caso aqui tratado, o corpo-trabalhador que aborda, o corpo-abordador, na inserção diária na cidade, por meio do monitoramento e das abordagens e encaminhamentos realizados, foi se constituindo junto aos desafios e aprendizados de cada encontro com a rua e com os corpos-em-situação-de-rua⁴⁵.

Este, ao contrário do corpo-pesquisador, encontrava, no início, uma relativa facilidade em suas expressões e incursões, por não ser só convocado a atuar, mas moldado e conduzido. Em virtude da atitude de indagar, questionar e problematizar do corpo-pesquisador, este muitas vezes não encontrava muita abertura nas suas incursões na cidade. A cidade por vezes cruel com o corpo-em-situação-de-rua não sucumbia também facilmente ao corpo-pesquisador.

⁴⁴ Vale ressaltar que apesar dessa divisão dos corpos, não desconsidero a capacidade de pensar do corpo-abordador, bem como de agir e operacionalizar a política do corpo-pesquisador. Se tratou no caso de um recorte estratégico que possibilitou a realização desse percurso de análise e construção desse texto. A formação desses corpos não diz respeito a algo intrinsecamente orgânico, mas sim se refere a modos e atitudes de existir perante a realidade que é variável e múltipla.

⁴⁵ Pretendo discutir o monitoramento no terceiro capítulo, compreendendo-o não apenas como uma atividade concernente a uma atividade apenas do SEAS - Vitória, mas enquanto parte de um dispositivo que atua como “[...] uma orientação de governo de condutas, pessoais e institucionais, que realiza o objetivo de controlar a céu aberto, regular em movimento, em fluxos, e modular formas de penalizações a céu aberto” (AUGUSTO, 2020, s/p).

Para o corpo-abordador, as situações encontradas ao fugirem dos moldes de uma prática clínica tradicional de psicologia, abria uma nova problemática de atendimento no campo desta ciência, mesmo que a ocasião fosse delimitada enquanto um trabalho na área da Assistência Social: o da gestão de vidas, em uma dinâmica de precarização e exposição contínua dos corpos-em-situação-de-rua ao seu limite (à morte)⁴⁶.

Nesses reconhecimentos e deslocamentos operados, o corpo-pesquisador indagava sobre como se produz vínculos com quem os tinha, à princípio, rompidos e o que implicava em atender ou não, abordar ou não, encaminhar ou não e, por fim, muito levado pelo corpo-abordador, perguntava: se há um rompimento, o que fazer para os ligar, juntar as pontas?

De antemão, um certo pensamento que considerava diametralmente oposto aos vínculos familiares, aos vínculos estabelecidos na ou com a rua comparecia. Este concebia que enquanto os vínculos familiares eram fragilizados/rompidos, fortalecia-se os vínculos com a rua. Com o passar do tempo, porém, tal compreensão foi melhor situada, em cada sentido e relação produzida nos atendimentos, de modo que admitiu a sua complexidade e juntou as pontas soltas.

O corpo-pesquisador, tomado por essas questões concluía, então, que era melhor “deixar isso para lá” pois estar na rua podia envolver muitos sentidos e não cabe de antemão defini-la ou classificá-la. Se estas operações ocorrem é porque se relacionam muito mais com uma dinâmica de atendimento (abordagem e encaminhamento) do corpo-abordador do que propriamente dos abordados.

Nesta direção que vislumbrava como as relações tradicionalmente pensadas pela clínica, ou pela psicologia, a partir de uma relação de saber e poder se transformava em contextos adversos da vivência da rua. O silêncio do consultório dava lugar aos ruídos da rua: o som do ônibus, das motocicletas, a buzina do navio, o chamado do ambulante, o falatório do transeunte, exigia uma atenção (re)dobrada e uma escuta (super) atenta para acolher as (multipli)cidades e pensar junto aos corpos-em-situação-de-rua as adversidades, o duro concreto de suas vidas atingidas por pedras e por facas⁴⁷.

⁴⁶ Pensar sobre essas questões, de alguma forma, destoava do modo de formação que tive na universidade, pois mesmo em parâmetros críticos, esta não tratava de práticas direcionadas a essas populações.

⁴⁷ Compunha-se o que chamo aqui de (tentativa de estabelecimento de) experimentos provisórios de um set clínico, atravessado pela rua e pelas histórias que se derramavam nela e que buscava para além de juntar as pontas, construir amarrações úteis para aqueles corpos precarizados.

A assepsia do consultório dava lugar a uma insistente impureza, com o atravessar constante de pessoas, máquinas e animais. O perfume agradável do consultório ao dar lugar à fumaça dos veículos, ao odor do bueiro, aos produtos do comércio da rua, fazia-se presentes em sua realidade diária não como detalhes, visto que era o que aqueles corpos experimentavam⁴⁸. A cadeira acolchoada ou o tradicional divã, ao dar lugar aos bancos duros das calçadas desgastados pelo tempo, ou mesmo aos meios fios mal pintados de cal, lembrava do desconforto que é estar e viver na rua – enquanto se abordava, a cidade, por sua vez, continuava incessantemente a sua marcha para algum lugar desconhecido.

As reuniões conduzidas de forma verticalizada e um vínculo de trabalho frágil, no qual todos eram contratados por uma instituição do terceiro setor (exceto a coordenação e gestão) compunham o cenário em que o corpo-pesquisador era de alguma forma impedido ou desaconselhado a se expressar. O medo e a insegurança se faziam presente, dado que, ao se expressar, colocava em análise os modos instituídos de operacionalização de uma política por vezes contraditórias.

O regime de trabalho controlado, em que as posturas e os comportamentos eram objetos de fiscalização mútua, compreendia uma dimensão opaca da sua execução que buscava colocar todos em um modelo único e contribuía para que a ação de um gerasse impactos em todos. Ao submeter o tempo a uma lógica pré-estabelecida fazia com que o monitoramento, além de obrigatório, tivesse seu horário de início e término já definido, estabelecendo, portanto, um controle temporal e um controle espacial através de uma definição prévia de rotas e dos territórios⁴⁹.

Os processos de decisão pouco transparentes que envolviam a definição das rotas, como a definição dos pontos “críticos” (obrigatórios)⁵⁰ para monitoramento, geravam

⁴⁸ Muitas vezes o corpo-pesquisador perguntava sobre os sonhos dos que dormem na rua: eles também são tomados por fumaça e pelo barulho de motor?

⁴⁹ Como trabalhava em um regime de escala, 12/36, em que folgava um dia e trabalhava outro, essa dimensão aparecia para mim de uma forma diferente dos outros colegas, visto que eles estando todos os dias da semana tinham uma melhor noção de continuidade das ações. No final de semana, ao ter a equipe reduzida, este modo de controle comparecia com menos intensidade e, durante a semana, por estar presente de forma fragmentada, alternando em uma semana durante 3 dias e na outra durante dois dias, não era tão evidente a noção de continuidade das ações realizadas e a suas implicações nos territórios e na gestão do serviço.

⁵⁰ Tais pontos são locais fixos ou provisórios, onde ocorrem maior concentração de população em situação de rua e que geralmente há consumo de drogas ilícitas, principalmente o crack. A equipe, em todos os turnos, ao se deslocar até estes locais realiza um procedimento chamado “ação de mobilização”. Esta ação consiste em um monitoramento mais acurado em que os técnicos devem se atentar mais às situações ali descobertas e se possível abordar as pessoas encontradas, o que faz com que se dê uma maior atenção a esses locais e às pessoas que ocupam esses pontos.

desconforto que fazia com que isto constantemente retornasse. Ao não se considerar a avaliação da equipe, por um lado, confirmava o caráter autoritário da Gestão e, por outro, confirmava a cisão entre os que executam e os que planejam a política.

Nisso, se observava que os dois locais que se configuraram como importantes locais de uso de drogas a céu aberto, uma rua localizada em uma em uma região nobre de Vitória e a outra, localizada em uma região menos nobre da cidade, não eram tratados de forma igual. Apesar de haver uma quantidade visivelmente maior de usuários na da região menos nobre, apenas a outra era considerada como “ponto crítico”, o que fazia com que se garantisse uma maior presença da equipe nessa rua e, por conseguinte, se configurasse um trato desigual na Política de Assistência Social do município direcionada a este público⁵¹.

Diante disso, entretanto, visto a possibilidade de retaliação, às vezes sutil, como olhares desaprovadores e silêncios estratégicos e às vezes mais evidentes, como uma convocação para “conversa” separada em outra sala no CREAS, o corpo-pesquisador ousava se expressar com pouca frequência. Havia ainda uma sala da coordenação/gestão, que se localizava fora do CREAS, na sede da SEMAS, apelidada por alguns profissionais de Salinha do Poder, o que sinalizava que neste local as decisões mais importantes eram tomadas⁵².

Quando estas “conversas” não surtiam os efeitos esperados pela coordenação/gestão, a opção de transferência para outra equipe, ou até mesmo a dispensa, estava posta sobre a mesa e, dessa maneira, fazia-se um “apaziguamento” dos conflitos existentes, bem como se criava uma aparência de normalidade e consenso entre a equipe. Quando fui transferido de equipe, de Bento Ferreira para a equipe do Centro, me vi alvo dessa empreitada política autoritária, de

⁵¹ Outro caso que ilustra esse trato desigual era a convocação sistemática do SEAS - Vitória para atuar nas ocupações realizadas por pessoas em situação de rua nos quiosques da orla da Praia de Camburi. Localizados em uma região nobre de Vitória, esses quiosques que foram objeto de polêmica na cidade pelo seu alto custo de construção (mais de 1 milhão de reais cada) voltaram novamente ao debate público, na época, visto que ao serem abandonados, passaram a ser utilizados como moradia por pessoas em situação de rua. Sendo um ponto turístico importante da cidade e um local de prática de esporte e de lazer da população domiciliada de Vitória, estas ocupações ganharam uma notoriedade maior do que em outros locais da cidade. Desse modo, se demandou uma atuação da equipe mais intensa e o monitoramento do local passou a ocorrer a pé e em todos os turnos do dia até o fim da ocupação.

⁵² Lembro-me de um episódio em que uns colegas ao negarem a concessão de Auxílio Funeral a uma família (esta atividade era realizada nos finais de semana por conta do fechamento dos CRAS do município) por não se enquadrar no perfil socioeconômico estabelecidos em lei foram convocados posteriormente a dar explicações sobre essa negativa neste local. Tal fato ocorreu, provavelmente, porque acompanhando a família solicitante estava uma vereadora, famosa por “conseguir” liberação do auxílio funeral, que provavelmente deveria ter reclamado dessa negativa com a secretária da pasta na época.

forma que o corpo-pesquisador foi constrangido ainda mais e o corpo-abordador foi moldado com intensa efetividade para ali permanecer.

Com o decorrer do tempo, o corpo-pesquisador foi se camuflando mais nos cenários políticos-institucionais distintos para continuar existindo, bem como se aliando e incentivando o aparecimento de outros corpos-pesquisadores. Dessa forma, mesmo que na clandestinidade, foi se dando vazão aos incômodos, bem como produzindo uma saúde junto às parcerias concretizadas nessa nova equipe⁵³.

A vazão de incômodos, com o tempo foi se configurando uma problemática que calhou com a construção desse campo de análise e, nesse sentido, pode-se pensar que esta se produziu nos entremeios da atuação por vezes conflituosa do corpo-pesquisador e do corpo-abordador. Se por um lado ela comporta uma efetivação de controle e promoção de direitos dos corpos-em-situação-de-rua, a partir de estratégias diversas de mapeamento, atendimento e encaminhamento, por outro lado, evidencia uma precarização das políticas direcionadas a esse grupo, em que a Rede de Atendimento é falha ao acolher as suas diversas demandas, bem como produzir políticas que garantem de fato a superação da situação de rua, a transformação do corpo-em-situação-de-rua em corpo-domiciliado.

Diante disso, cabe perguntar sobre se é possível conceber então uma Rede de Atendimento que é falha (furada) e ao mesmo tempo efetiva no que tange às políticas de controle e gestão do espaço urbano. Essas duas dimensões se dão de forma conjunta? É possível afirmar que o que se opera a partir deste serviço é uma gestão da vida dessa população na cidade? Que tipo de gestão seria essa e como ela opera?

Feita essa incursão que combinou o funcionamento biopolítico desses equipamentos coletivos em sua ponta e as análises de seus efeitos pelo recurso à memória de operador desses equipamentos, cabe descrever analiticamente as políticas nacionais que orientam esses equipamentos. Especificamente as políticas que se destinam ao que se classifica como população em situação de rua, campo da experiência profissional descrita até aqui.

⁵³ De qualquer forma, a cautela nas expressões era um preceito sempre lembrado, principalmente nos momentos cujo corpo-pesquisador era mais convocado.

A Minivan Chinesa guiada pelo Seu João é uma nave que percorre os interstícios da cidade. Seus tripulantes, incumbidos de resgatar os corpos que ali habitam, mantêm-se atento aos sinais para que caso possível desembarquem dela e executem seu plano de ação.

O que acontece na rua é visível para quem está nela, basta observar, cada momento é uma oportunidade. A decisão de parar em algum ponto e descer da nave, contudo, é complexa, envolve motivos não tão nítidos, uma intuição; são apostas momentâneas que os tripulantes fazem. Quando se para, tudo ou quase tudo pode acontecer, a rua é imprevisível e perpassada pelos fluxos da cidade – estar nela é estar aberto a eles, é ser atravessada por eles. Não apenas atravessamos a rua, ela atravessa a gente.

Estamos na Vila Rubim, antigo bairro da capital onde se concentra o famoso Mercado da Vila Rubim e onde muitos corpos em situação de rua habitam. A presença deles se tornou uma marca indelével na região e sua coexistência com os outros e com o território é repleta de ambiguidades.

Neste local observamos algumas peculiaridades que compõe o cenário e as vidas que ali passam e habitam. A Ponte Seca, por exemplo, antiga Ponte Florentino Avidos, que antes ligava dois pontos importantes da capital, não tem essa mesma função. Após o aterro, ela se tornou uma via comum que serve de retorno para os veículos, embora ainda seja uma ponte conhecida. Embaixo dela, atualmente, ao invés do mar, há um estacionamento de carros e ocupações dos corpos moradores de rua que ali se atracaram com suas malocas. A presença deles ali se mistura com o lixo despejado e com o cheiro dos peixes das peixarias próximas, compondo um cenário visual peculiar e olfativo muitas vezes desagradáveis.

Há também a Praça Manoel Rosindo, que possui um mercado com barracas fixas ao longo da praça de produtos naturais que exalam cheiros variados para quem ali passa. Localizada entre duas importantes avenidas que cruzam o bairro em direção à Segunda Ponte, essa praça se tornou um ponto de encontro de corpos em situação de rua e um espaço de uso coletivo de bebida alcoólica, onde muitos, após uso, por ali mesmo ficam. Atrás das barracas se formou um corredor que muitas vezes é usado para comércio de drogas e para prostituição. Suponho que essa configuração espacial permite possíveis fugas às investidas policiais.

Ali próximo, entre o antigo Hospital Santa Casa e a parte de trás do Supermercado Extrabom, está a Rua Construtor Vitorino que é conhecida como Rua da Bosta. Esta é uma rua que aglomera corpos para uso de crack e se tornou um dos principais pontos de uso a céu aberto na cidade. O seu apelido evidencia a sua marca; trata-se, aos olhos do cidadão comum de uma rua-excremento, ou uma rua que possui o que é inútil, desprezível, como fezes.

A presença desses corpos desperta muitos incômodos à comunidade e à população de forma geral. No mês de junho até agosto de 2019, os jornais noticiaram ataques de atiradores aos que ali se encontravam. Segundo relatos, os atiradores chegaram ao local se identificando como “exterminadores de nóia” e perversamente atiraram nos que ali estavam. No dia 15 de março de 2020 a mesma cena se repetiu: motoqueiros armados chegaram ao local e balearam 8, levando a óbito um deles. Um vídeo na internet retrata o horror dessa cena e mostra os atiradores se aproximando e eles desesperadamente correndo.

A nave passa por esses pontos e sabe dos riscos envolvidos em cada um e da complexidade de uma possível imersão na Rua da Bosta. A morte, diferentemente da nave, comparece com frequência e se faz presente de um modo mais intenso. Flerta-se com todos ali.

Diante disso, cabe a pergunta: de que modo os tripulantes devem atuar? O que conecta esses corpos a esses lugares? A missão da nave é convencê-los a sair desses lugares para afastá-los da bosta e da morte?

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: TRAVESSIAS NA CIDADE

O aumento quantitativo de pessoas em situação de rua, em vista, principalmente, do agravamento da crise social do país, vem tomando cada vez mais espaço no debate público e despertando a atenção da população domiciliada e do poder público. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo chamado “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil” que efetuou uma estimativa do aumento de 140% da população em situação de rua no país de setembro de 2012 até março de 2020. Através da coleta de informações do Censo Anual do SUAS e do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, foi constatado o número de 222 mil brasileiros em situação de rua⁵⁴.

Em maio de 2019, foi realizada pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo uma audiência pública para discutir o que fazer com essa população, estando presentes representantes do poder público, movimentos sociais, deputados estaduais e população de forma geral, dando uma maior visibilidade à causa em questão.

Nos anos de 2007 a 2008 foi realizada uma pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, solicitada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (BRASIL, 2010) que apontou que na Região da Grande Vitória havia, aproximadamente, 700 pessoas em situação de rua e em Vitória, 296 pessoas. Desde então não ocorreu nenhum levantamento quantitativo desse tipo direcionado a esta população da Grande Vitória, contudo, constata-se o seu aumento pela observação na cidade e pelo aumento de demanda da Rede de Atendimento Socioassistencial que atende este público⁵⁵.

Araujo (2014) cita levantamento realizado pelo município de Vitória, em 2010, em que foram entrevistadas 218 pessoas em situação de rua, todavia o autor considera que esse número possivelmente é maior, pois nem todos os usuários dos serviços de acolhimento e as pessoas que ficam em situação de rua foram consideradas. Ele se refere também a um outro levantamento realizado na pesquisa que contabiliza o número de pessoas abordadas pelo SEAS

⁵⁴ Nota técnica – 73 - “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020) Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812.> Acesso em: 13 de dezembro de 2021.

⁵⁵ Concorde com as autoras KUNZ; HERCKERT; CARVALHO (2014) quando dizem que “[...] a inexistência de dados acerca da população de rua até o início do século XXI coloca em análise o lugar destes sujeitos na polis contemporânea e a relação que o Estado tem estabelecido, historicamente, com esses sujeitos considerados como sem eira nem beira” (s/p). Este trabalho ao abordar a relação com que o estado tem estabelecido com essa população, visa compreender melhor as estratégias e formas de lidar com essa população.

- Vitória entre os meses de agosto de 2011 e outubro de 2012 que constatou que a média de pessoas abordadas por mês nesse período de 400 pessoas.

Ao reler os 79 Relatórios Diários selecionados nesta pesquisa, elaborados pela equipe do SEAS - Vitória da equipe do CREAS de Bento Ferreira, no turno da manhã, tarde e noite encontrei o número de 147 pessoas diferentes abordadas, o que demonstra uma quantidade crescente de pessoas, comparado a esses levantamentos anteriores, considerando que esses abarcaram apenas 17 dias e apenas uma equipe do SEAS - Vitória⁵⁶.

Segundo Oliveira (2018), a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória realizou um levantamento que constatou que durante o dia 1º abril a 31 de maio do ano de 2018, foram atendidas 703 pessoas pela Rede de Serviços Socioassistencial, que incluem Abordagem Social, Hospedagem Noturna, Abrigo e Centro Pop. Fato este que, por si só, também evidencia um aumento significativo comparado à pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (BRASIL, 2010), entre 2007 a 2008 e aos outros levantamentos.

O município de Vitória, capital do Espírito Santo, é considerado uma referência quando se trata de Política de Assistência Social comparado a outros municípios do estado: foi o primeiro a implementar os serviços do SUAS, possui uma Rede de Atendimento Socioassistencial bem estruturada, comparada aos municípios da Grande Vitória, e executa serviços de suma importância não só para a população em situação de rua, mas para a população vulnerabilizada, de forma geral.

A primeira política municipal para população em situação de rua foi formalizada na Lei nº 5.496/2002, que estabelecia a criação de serviços de Albergue, a Abordagem de Rua e a Casa Lar, além de instituir o Conselho Diretor da Política para População de Rua (ARAUJO, 2014). No ano de 2007, essa lei foi revogada e criada Lei nº 7.101 “[...] que reorganizou a atenção a essa população a partir dos serviços que então haviam sido implantados ou estavam em via de implantação” (ARAUJO, 2014, p. 143).

A Rede de Atendimento Socioassistencial do município direcionada à população em situação de rua na ocasião da experiência relatada, era composta, principalmente, além do SEAS - Vitória, pelo Centro Pop, que é o equipamento considerado a porta de entrada para os

⁵⁶ O período foi do dia 2 de outubro de 2017 a 27 de outubro do mesmo ano e, com isto, totalizaram relatórios de 17 dias, visto que os do final de semana não foram incluídos nessa análise.

usuários e que desenvolve atividades durante o dia para esse público; o Albergue de Migrantes, que é um abrigo que atende pessoas de outras cidades, tendo como uma das ações o fornecimento de passagens para outros municípios para retorno dos migrantes atendidos; Hospedagem Noturna, que é uma instituição de acolhimento noturno que atende apenas pessoas em situação de rua que já estão em Vitória por um tempo; Abrigo de Jabour, que é uma instituição de acolhimento voltado principalmente para pessoas com doenças mais graves, acamados e idosos que não tem onde morar; Casa Lar que atende pessoas que estavam em situação de rua e que possuem algum tipo de transtorno mental.

A Rede de Atendimento de Saúde é composta pelo Consultório na Rua, serviço exclusivo para a população em situação de rua e que trabalha por meio de monitoramento da cidade, assim como o SEAS - Vitória; Unidade Básica de Saúde, que é a porta de entrada do usuário à Rede de Saúde; e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços de saúde mental que atendem pessoas com transtorno mental e usuários de drogas. Além disso, como parte desta Rede, tínhamos no período tratado o Proviv (Programa Integrado de Valorização à Vida)⁵⁷, programa do Governo do Estado, voltado para o atendimento aos dependentes químicos.

A partir da análise das experiências de abordagens, era notável que alguns pontos-chaves relacionados a avaliações de vulnerabilidade e risco eram considerados na decisão de ofertar encaminhamento ou não para essa Rede. Na medida em que se considerava a rua como espaço hostil e violento, a equipe considerava alguns aspectos relevantes para se ofertar, tais como o histórico de acesso dos abordados aos equipamentos, pois se já havia acessado algum equipamento, principalmente o Centro Pop, ponderava-se que se tinha autonomia de retornar; a sua condição de saúde, pois na medida em que era identificado algum comprometimento que prejudicava a sua autonomia, era contemplado com uma maior atenção da equipe; o local em que se encontrava, pois na medida em que ocupava locais considerados estratégicos para a cidade, a equipe era mais demandada a atendê-los⁵⁸; o tipo de demanda apresentada, tais como higienização, alimentação, médica, atendimento psicossocial, abrigo, tendo em vista que

⁵⁷ “O Programa Integrado de Valorização à Vida (Proviv) configura-se como um conjunto integrado de ações de prevenção, tratamento e reinserção social das pessoas com dependência química, visando à redução das diversas vulnerabilidades associadas ao uso abusivo de álcool e outras drogas”. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/direitos-humanos-abre-edital-de-credenciamento-de-comunidades-terapeuticas-2>>. Acesso em 16 de jun de 2020.

⁵⁸ Logo, talvez fosse prudente proceder com o encaminhamento.

cada tipo estava condicionado a oferta dos serviços⁵⁹; a origem da demanda, visto que sendo oriundas da Gestão, ou da população domiciliada, possuía conotações diferentes quando da própria população em situação de rua, mesmo que isso não fosse dito; o seu estado, visto que se estivesse sob efeito de alguma substância psicoativa possivelmente não seria acolhido nos serviços.

A equipe do SEAS - Vitória ao ser demandado pela população em situação de rua e, ao mesmo tempo, pela população domiciliada, via-se frequentemente no meio de conflitos de interesses que a exigiam intervenções muitas vezes cautelosas, pois dependendo dos seus efeitos podiam acirrá-los ainda mais e contribuir para os processos de precarização da população em situação de rua.

Em uma das reportagens sobre um grupo de pessoas em situação de rua, realizada em setembro de 2017, período do recorte temporal de seleção dos Relatórios Diários, pelo jornal local *Notícia Agora*, é possível notar como esse conflito se manifesta. A reportagem que trata de uma ocupação de um prédio abandonado por esse grupo no bairro Jardim Camburi (Vitória) estampa no seu centro a imagem do líder comunitário com uma expressão de insatisfação, de modo a dar eco à insatisfação dos moradores domiciliados, bem como questionar a suposta ausência de ações do poder público, em específico por parte da Prefeitura de Vitória e da Polícia Militar.

Em um trecho da entrevista desse líder comunitário, ele se refere a essa ocupação como desordem social e afirma que nela existem pessoas que realmente precisam de aluguel social, mas que existem outras que usam o espaço apenas para consumo de drogas (VAILANT, 2017), estabelecendo, portanto, um recorte entre ocupantes legítimos, os que merecem uma atenção e os ilegítimos, os que não merecem atenção, já que estariam ali apenas por diversão e não por necessidade.

As práticas envolvidas na gestão desses ocupantes não apenas desse prédio, mas da rua ao se definirem enquanto uma operacionalização de uma política pública que visa a garantia da dignidade e direito à vida (fazer viver), faz com que os desafios encontrados em seu campo de ação estejam relacionados a um problema científico (biológico) e, em simultâneo, político (poder), e localizam-nas enquanto uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1999).

⁵⁹ A oferta de vagas, por exemplo, na Hospedagem Noturna era muito limitada e à princípio o usuário deveria ser encaminhado pelo Centro Pop. O SEAS - Vitória possuía 2 vagas que poderiam ser usadas em caráter emergencial, em situações de extrema vulnerabilidade.

Foucault (1988), ao tratar a emergência desse conceito na história, explana que teria se instaurado outro tipo de relação do poder com a vida e com a morte. Se antes, este que se referia ao poder dos soberanos era estabelecido a partir de uma relação assimétrica deste com seus súditos, e seguia a lógica do “fazer morrer e deixar viver”, com o aparecimento do biopoder a lógica que segue é outra, passando a ser a do fazer viver e deixar morrer (FOUCAULT, 1988):

Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O "confisco" tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las (FOUCAULT, 1988, p. 128).

Foucault (1988) afirma que esse poder teria se desenvolvido a partir de dois polos: um que é caracterizado pelo que ele chama de disciplina, que é centrado no corpo-máquina, “[...] no adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131). As disciplinas, ou as “tecnologias disciplinar do trabalho” (FOUCAULT, 1999, p. 288), que se instalam no final do século XVII e no decorrer do século XVIII asseguram uma distribuição espacial dos corpos e organização de um campo de visibilidade através de técnicas de poder que se configuram enquanto uma tecnologia de poder (FOUCAULT, 1999). O outro, que teria se formado por volta da metade do século XVIII, trata de uma biopolítica da população e ocorre a partir de processos de intervenções e controle reguladores, centrado no corpo-espécie (FOUCAULT, 1988). Trata-se no caso do problema vinculados às relações estabelecidas entre a espécie humana e dela com seu meio, seja ele natural, como os problemas relacionados às epidemias dos pântanos no século XIX, seja relacionado aos problemas da cidade (FOUCAULT, 1999).

Compreendendo a articulação entre esses dois mecanismos e a sua atualidade, os considereirei como uma referência para análise das práticas aqui tratadas, enquanto o serviço ocupa um papel estratégico na garantia e promoção de direitos dessa população, a partir de uma tecnologia de disciplina e de controle biopolítico.

Estas ações perpassam os apontamentos realizados por Foucault (1984), ao abordar o nascimento da Medicina Social enquanto disciplina importante na constituição e organização dos fluxos das cidades. O autor se refere a dois modelos de organização da medicina na história ocidental, o modelo provocado pela lepra e o modelo provocado pela peste. O da lepra, ocorrido na Idade Média, funcionava a partir da exclusão: quando alguém era descoberto era colocado

para fora da cidade, de modo que “[...] o mecanismo de exclusão era o mecanismo do exílio, da purificação do espaço urbano” (FOUCAULT, 1984, p. 88). O da peste, por sua vez, dava-se não a partir da exclusão, mas do internamento, da análise minuciosa:

O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos [...]. Não mais a exclusão, mas o internamento; não mais o agrupamento no exterior da cidade, mas, ao contrário, a análise minuciosa da cidade, a análise individualizante, o registro permanente [...]. É a revista militar e não a purificação religiosa que serve, fundamentalmente, de modelo longínquo para esta organização político-médica. (FOUCAULT, 1999, p. 89)

Pode-se referir, ao retomar as experiências aqui relatadas, que a retirada coercitiva da população em situação de rua – uma prática ainda comum em algumas cidades brasileiras – dá lugar no caso aqui analisado, a outra política de distribuição de corpos na cidade, que ocorre de maneira predominante a partir de uma análise consentida e um registro minucioso das vulnerabilidades de cada membro. Nesta direção, através de intervenções diversas, construídas a partir de relações de confiança, tenta-se produzir sentidos nos corpos-em-situação-de-rua almejando a ampliação de suas aptidões e forças e a sua integração em sistemas de controle econômicos. Ao invés de se pautar em uma lógica coercitiva, as ações incluem uma certa sofisticação, na medida em que são dialogadas e justificadas por fins, tais como a promoção do cuidado, proteção e saúde.

Entretanto, em vista de muitas ações direcionadas a essa população desconsiderarem os seus modos de vida, tentam imprimir visões e modos domicializantes que entram em um terreno de autodeterminação de suas vidas⁶⁰. Nessa reportagem citada e na Audiência Pública, por exemplo, ao não escutarem ou escutarem parcialmente essa população, podemos desconfiar sobre como essas discussões públicas, de forma geral, sobre Saúde, Assistência Social e Moradia relacionadas a essa população geralmente não a envolve de modo substancial.

Ao ignorar o fato de que os processos de transformação não se darão a partir da ação de um terceiro, seja ele equipamentos de Assistência Social, de Saúde ou de Segurança Pública, mas sim de forma conjunta e dialogada com essa população, acabam por limitar ou impedir que

⁶⁰ Pode-se afirmar junto a Coimbra (2001) que na medida em que a população em situação de rua foge das subjetividades reconhecidas e legitimadas pela categoria de “emprego fixo” e “família organizada” (COIMBRA, 2001), passa a “[...] ingressar na enorme legião dos ‘perigosos’, daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados” (COIMBRA, 2001, p. 131).

se leve adiante as suas demandas. A partir das análises de como as suas demandas são atendidas e de como são parte de uma biopolítica que lança mão de disciplina e controle biopolítico é que notei como elas não apenas fazem viver essa população, mas também deixam minguar.

Sábado de manhã, um sol de “pocar” na capital do Espírito Santo. A Minivan Chinesa pousa na famosa feira-livre de Jardim da Penha.

— Seu João, espere a gente do outro lado. Orienta o tripulante para que após o término da ação a nave já esteja de prontidão, no outro ponto da rua.

Seus tripulantes, que apesar do calor, vestem coletes, se aproximam das barracas e iniciam a peregrinação, despertando olhares enviesados em alguns e indiferença em outros.

— Olhe ali, uma criança. Exclama um tripulante.

— Vamos lá? Pergunta outro.

A missão é abordar, orientar e identificar essas crianças e adolescentes que ali se encontram em situação de trabalho infantil. É comum nesta feira em específico, talvez a única de Vitória, a presença de crianças e adolescentes realizando o que chamam de frete. Elas, com seus carrinhos de mão, geralmente ficam no meio da feira, esperando alguém contratá-las e chamam atenção de quem ali passa – o que fazem essas crianças com carrinhos de mão no meio da feira, “atrapalhando o tráfego”?

O trabalho delas é carregar as compras até a casa dos “patrões” que as contratam. Muitas acabam tirando um “bom dinheiro” durante a feira.

— É um dinheiro pra comprar minhas coisas. Compro doces e gasto na lanhouse.

— Deixa as crianças trabalharem! Interrompe um cliente. Melhor elas estarem assim do que roubando.

Os tripulantes, apesar de incomodados com a interrupção, não retrucam e continuam com seu trabalho.

Coletados os nomes das crianças e familiares, endereços e escolas, eles seguem seu caminho. Posteriormente enviam relatórios informativos para os CREAS do território da família.

2.1 Biopolítica como bússola

Costa (2011), traz em seu trabalho como a população em situação de rua se tornou uma questão social no final do século XX em São Paulo, expondo que não foi sempre tratada da mesma forma, na medida em que ela se configura como uma invenção histórica. Desse modo, essa população, ao ser objeto de discursos especializados, técnicas e instituições, torna-se também um “[...] lócus privilegiado para novas formas de experimentação e práticas políticas” (COSTA, 2011, p. 33).

Para que se mudasse a percepção sobre essa população, de modo a ser reconhecida como uma questão pública e não mais privada, para que deixasse de ser apenas alvo de violência e se tornasse também objeto de assistência e proteção, ou seja, para que se tornasse sujeito político foi necessário a criação de uma rede de tessituras de inteligibilidade (COSTA, 2011). Assim, a partir da configuração de um novo campo de intervenção o “morador de rua” ou “mendigo” se torna “população em situação de rua” e altera-se a compreensão e nomeações sobre a experiência de estar e viver na rua.

A PNAS, instituída em 2004, ao reconhecer a população em situação de rua como parcela da população que se encontra em situação de risco e vulnerabilidade social, segue essa transformação. Ao confirmar essa maneira de se nomear essa condição/situação essa política também estabeleceu diretrizes para seu atendimento, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS, enquanto política pública de Assistência Social, normatiza padrões de serviços, a qualidade dos atendimentos e os indicadores de avaliação e resultado, estabelecendo eixos estruturantes e subsistemas (BRASIL, 2004) que engloba uma complexidade própria, mas que sabemos ser dependente de uma série de condições políticas para sua efetivação. O eixo da matricialidade sociofamiliar, da descentralização político-administrativa e territorialização, das novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, do Financiamento, do Controle Social, do desafio da participação popular/cidadão usuário, da Política de Recursos Humanos, a Informação, o Monitoramento e a Avaliação atravessam a operacionalização dessa política e configuram-se como elementos importantes para pensar as práticas de garantia e promoção de direito e a efetivação de um controle sobre a população atendida.

Como um modo de organização, esses eixos se configuravam enquanto estratégias importantes das experiências de atendimento para dar as respostas para as problemáticas relacionadas à pobreza e situações consideradas de vulnerabilidades e risco dos usuários

atendidos. Em vista da multicausalidade dessas problemáticas, o trabalho da proteção social deve envolver um trabalho efetivo de atores diversos para se configurar o que se chama trabalho em rede, além de uma ampliação e diversificação da oferta de serviços, tendo como norte o que estabelece a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

[...] a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2004, s/p).

Nesta perspectiva, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), instituída por meio do Decreto de nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, reforça a importância de atendimento a este público, estabelecendo princípios, diretrizes e objetivos para este segmento. Como se trata de um público heterogêneo, compreende-se as particularidades de cada caso atendido, bem como as várias possibilidades de análise. No entanto, vale frisar que esta política se refere não apenas a um público vulnerável em um sentido genérico, ela é específica ao caracterizá-lo como um público que usa o espaço da rua como moradia ou sustento. Desse modo, a ausência de moradia convencional, a pobreza e os vínculos familiares quebrados ou rompidos caracteriza este grupo populacional como algo que falta e os diferencia dos demais. Para esta política:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento (BRASIL, 2009, p. 9).

A Proteção Social Especial, âmbito da PNAS que atende este público, afirma que serão priorizados serviços que gerem condições para que se crie novos projetos de vida, em uma perspectiva de que os usuários atendidos se tornem sujeitos de direito. Diante disto, as possibilidades de atuação abrangem a oferta de serviços para atendimento de suas necessidades básicas à inclusão de redes sociais de atendimento e solidariedade (BRASIL, 2004).

O SEAS, serviço previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS N.º 109/2009), alista-se nesse escopo de ação. Ele está presente na Proteção

Social Especial de Média Complexidade da PNAS que é o âmbito da política que oferece serviços que atendem indivíduos em situação de vulnerabilidade, com direitos violados e com vínculos familiares fragilizados.

Está previsto o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios situações de risco pessoal e social, como por exemplo, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009), englobando uma gama variada de situações.

Seu público-alvo são pessoas de todas as faixas etárias que utilizam a rua como forma de moradia ou sobrevivência e visa garantir para eles acesso à Rede de Atendimento Socioassistencial⁶¹. Ao trabalhar na perspectiva de encaminhamento e oferta de serviços, estabelece conexões importantes com toda a Rede de Atendimento que permite visualizar suas potencialidades e fragilidades, bem como seu modo de funcionar, o que possibilita que se proceda com as intervenções pertinentes para a inserção e mediação de cada usuário.

A ação do serviço, contudo, ocorrendo entre o incômodo da população domiciliada e a demanda da população em situação de rua, era por vezes confrontada por uma dinâmica de retirada da população em situação de rua e por outro lado pelas suas demandas de reconhecimento e garantia e promoção de direitos.

Para melhor visualizar como isso transparecia na rotina de atuação do trabalho, realizei uma contagem dos números de solicitações 156 nos 79 Relatórios Diários, no período dos 17 dias, conforme citado anteriormente. A partir dessa análise identifiquei 51 solicitações direcionadas ao serviço, o que fez com que se chegasse a uma média de 3 solicitações por dia para a equipe de Bento Ferreira e evidenciara uma considerável presença da demanda da população domiciliada na definição do tipo de atendimento⁶².

⁶¹ Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais seu objetivo é: “[...] construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária” (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009, p. 32).

⁶² Desse modo, provocaram 35 abordagens, visto que a quantidade de solicitações 156 não é o equivalente ao número de abordagens: uma solicitação 156 pode ocasionar uma ou mais abordagens ou se não for encontrada a(s) pessoa(s), nenhuma. Considerando o total de abordagens do período pesquisado, a porcentagem da origem da demanda de abordagens de solicitações 156 engloba 15,8 % do total. Considerarei nessa pesquisa as abordagens que são demandadas pelo *Fala Vitória 156* (15,8%), as demandadas pela gestão e coordenação, as consideradas como

Isto considerado e de como as várias respostas do equipamento são dadas para resolução ou minimização desses conflitos instaurados nesse contexto de promoção e garantia de direitos na cidade de Vitória, busquei fazer apontamentos para pensá-las como parte de uma biopolítica que lança mão de uma disciplina e controle biopolítico, o que, vale ressaltar, não se tratou de afirmar quem está certo ou errado, legítimo ou ilegítimo em sua solicitação.

Encontrei pistas sobre as estratégias e formas de lidar do Estado para com essa população, considerando não apenas a atuação do SEAS - Vitória, mas também aspectos e dinâmicas que atravessam a Rede de Atendimento. Compreendendo-a não apenas como os serviços da Assistência Social e da Saúde, mas todos os que atuam direta ou indiretamente sobre essa população, como o Serviço de Limpeza e a Guarda Municipal, vislumbrei como a sua ação se dava, por vezes, de forma articulada e continuada sobre as condições de vida dessa população.

As estratégias biopolíticas de controle, na medida que faziam parte de tentativas de reconhecimento das demandas da população em situação de rua e de tentativas de mediação desses conflitos instaurados, produziam efeitos reais e imediatos ao atuar nesses modos de vidas não-domiciliados, garantindo não apenas vida, mas também sobrevida ou, em sua outra faceta, abandono e morte.

A aposta de parar em alguns pontos e sair do veículo para revisitar algumas paisagens se fez necessária na medida em que o corpo-pesquisador retomou essas experiências do corpo-abordador para, além de trazer episódios envolvendo a gestão de alguns corpos-em-situação-de-rua, traçar alguns aspectos e dinâmicas de atuação do serviço para abarcar as suas particularidades e localizá-la nesse plano biopolítico. Observar gradualmente se transmutou em se misturar, de modo que o corpo-abordador ao retomar a proposta de “[...] antecipar a demanda” (BRASIL, 2013, s/p)⁶³ previsto no Caderno “Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social” compreendeu como que essas estratégias biopolíticas estruturam um modo de atuação pautado na prevenção e no controle.

Demandas Internas (4,9%), as demandas da rede (0,9%) e as outras que partiram da avaliação da equipe (78,2 %). Vale ressaltar ainda que se tivesse considerado os Relatórios Diários no final de semana, provavelmente a média seria maior, visto que é maior o número de chamados nesse período. A análise do conteúdo dessas solicitações será realizada no capítulo seguinte.

⁶³ O Caderno “Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social” afirma que, como se trata de um público fragilizado física, mental e moralmente, a equipe deve ir ao encontro dele para antecipar a demanda espontânea ou denúncias (BRASIL, 2013).

O empenho da equipe na vinculação desse público (supostamente) fragilizado física, mental e emocionalmente (BRASIL, 2013) aos serviços da Rede de Atendimento, para além de se configurar enquanto ação de um preceito estabelecido pela PNAS, possibilitou um campo de análise e ação relacionado a atuação de mecanismos de controle dessa população em que, como afirma Snow e Anderson (1998), estabelecia, por vezes, a contenção como “uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam ao senso de ordem pública, restringindo sua mobilidade ao âmbito ecológico e reduzindo sua visibilidade pública” (p. 74).

As pistas ressaltadas respondem à indagação inicial sobre como é possível conceber uma Rede de Atendimento falha na garantia de direitos e na superação da situação de rua e efetiva no que tange às políticas de controle dessa população. O fato de haver um modo de funcionamento do SEAS - Vitória que realiza o controle dessa população, não significa que esteja garantida a efetivação da superação da situação de rua por parte da Rede de Atendimento.

A dinâmica que tomava a perspectiva de vinculação dos atendidos à Rede de Atendimento como horizonte imprimia um modo de atuação pautado na retirada dessa população do campo de visibilidade da cidade, sob o pretexto de garantia de direitos, no qual um dos eixos norteadores da atuação do serviço, a “[...] construção gradativa de vínculos de confiança com os sujeitos, a rede e o território” (BRASIL, 2013, p. 13) compareceu como um componente importante.

Ao propor que a equipe deveria buscar a construção de vínculo de forma gradual e cautelosa, a partir de um trabalho planejado de aproximação sugeriu a concretização de um modo de atuação proativo, que visava a antecipação de demandas (BRASIL, 2013) e de alguma forma o estabelecimento de uma racionalidade própria em que as suas ações são planejadas e justificadas.

A partir disso, pode-se pensar que o serviço lançava mão de dinâmicas que imprimiam um modo de funcionar que considerava como valioso não só as abordagens, mas também os encaminhamentos para a Rede de Atendimento, visando tentativas de uma melhor distribuição de corpos na cidade. O que, no que lhe concerne, se pautava em um recorte que compreende o encaminhamento como sucesso e as negativas dos abordados em aceitá-los como fracasso⁶⁴.

⁶⁴ Lembro-me da aprovação de um instrumento quantitativo de avaliação das abordagens em reunião de planejamento no ano 2018, que imprime uma concepção de trabalho que caminha nessa direção. Este instrumento que previa a contagem de abordagens realizadas a cada abordado até a sua aceitação aos encaminhamentos propostos, funcionaria a partir do seguinte raciocínio: quanto menor o número de abordagem para cada aceitação de encaminhamento, melhor elas seriam avaliadas, ou seja, mais eficientes elas seriam consideradas. O fato deste

Essa população, historicamente fadada ao esquecimento, pode-se dizer que ocupa as ruas e locais esquecidos para, de alguma forma, ser lembrada e que os órgãos de garantia e promoção de direito promovem o seu reconhecimento para que não exista mais em sua condição e seja, desse modo, esquecida. A "promessa" de garantia e promoção de direitos compõe enquanto estratégia do modo de atuação da Rede de Atendimento e nesse sentido independe se ela é efetiva ou não em garantir a superação da situação de rua⁶⁵.

instrumento não ter sido implementado, não invalida a sua importância, pois ele foi uma deliberação de reunião de planejamento e serve como um elemento importante para pensar as práticas que ali se efetivavam.

⁶⁵ Nesta direção que Araujo (2014), ao analisar a Rede de Atendimento para a população em situação de rua do município de Vitória, no período de 2005 a 2012, compreendeu a sua atuação. Através da análise de documentos da SEMAS, como relatórios de gestão e cópias de contrato, o autor, ao visualizar as fragilidades dessa Rede observou como em sua maioria as suas atividades “[...] se resumiam na oferta de cuidados biológicos, como alimentação e higienização; na obtenção de documentos; nos acompanhamentos aos serviços de saúde e à realização de outras atividades” (ARAUJO, 2014, p. 161). O autor, ao concluir que a preocupação dos serviços era muito mais em mantê-los ocupados do que promover ações com potenciais emancipatórios (ARAUJO, 2014) ou que “[...] trata-se de uma categoria de serviços cuja função parece ser apenas minimizar os impactos da presença dos “moradores de rua” na cidade” (ARAUJO, 2014, p. 161), confirma os apontamentos aqui realizados.

A nave desliza sob o asfalto quente da cidade criando traços peculiares em suas vias e deixa para trás uma fumaça incômoda.

Levando em conta as tramas espaciais e humanas mais ou menos estabelecidas dos que nela habitam, cria-se pontos de passagem mais ou menos fixos, mas seu trajeto não é reto, nem regular. Há algo de circular e ao mesmo tempo caótico no seu deslocamento, assim como os fluxos da cidade.

A presença física da nave na cidade evoca sentidos em quem nota. A sua identificação diz que se trata do Serviço Especializado em Abordagem Social da Prefeitura de Vitória e delimita seu objetivo - não se trata de um veículo qualquer, é um veículo que exerce uma função pública. Seus tripulantes, após desembarcados com seus coletes azuis e pranchetas, são logo identificados por quem na rua está.

Para a maioria da população se trata de um veículo que transporta moradores de rua, mas a nave possui vários sentidos que dependerão de quem observa e de quem lhe usa. Seus tripulantes quando convocados não podem se indispor, hão de cumprir o seu papel.

— Por gentileza, poderiam atender aquele senhor que está ali? Ele está pedindo esmola e incomodando meus clientes.

3. ENTRE GARANTIA DE DIREITOS E CONTROLE DE CORPOS A CÉU ABERTO

A proposta de analisar as ações do SEAS - Vitória como parte de um controle sobre essa população envolveu considerá-la enquanto componente de uma gestão biopolítica relacionado a mecanismos de segurança no território, na medida em que o corpo-pesquisador notou que o corpo-abordador age para evitar com que o corpo-em-situação-de-rua coloque em risco o corpo-domiciliado.

Diante disso a conduta do corpo-em-situação-de-rua se torna objeto de governo, de análise minuciosa e intervenção, tendo como consequência uma pergunta frequente: o que fazer com ele visto que ao insistir em permanecer na rua, desafia os modos domiciliados de se habitar a cidade?

Como resposta para essa problemática pode-se afirmar que o equipamento organizou o seu modo de funcionamento, instituindo: a) o Monitoramento Contínuo da cidade, por meio de veículos identificados com o adesivo do serviço, em todos os dias da semana em todos os turnos do dia, como uma forma de garantir uma presença ostensiva e preventiva da equipe nos territórios⁶⁶; b) o *SigafWeb*, Sistema de Gerenciamento da Atenção à Família Digital, que consiste em um prontuário eletrônico funcionando por acesso à web e armazenando dados sobre os usuários da Rede de Atendimento Socioassistencial da Prefeitura de Vitória, bem como intervenções realizadas em contexto de atendimento, como uma forma de banco de dados que arremonta conhecimentos do ponto de vista qualitativo que envolvem características, modos de vidas e estratégias empreendidas por essa população em seu cotidiano⁶⁷; e c) o Portal *Fala*

⁶⁶ Além disso, pode ser realizada fora do veículo, andando, como, por exemplo, em ações direcionadas à identificação de situações de trabalho infantil, em feiras livres. Ao sair do veículo, a equipe entrava em contato direto com a rua, de modo a se atentar a detalhes que não perceberia se estivesse no veículo e percorrê-la em uma velocidade menor. As ações na feira de rua, por exemplo, permitiam que esse monitoramento fosse realizado de forma mais lenta, sem a intermediação do veículo e que a presença do trabalhador substituísse a presença automatizada do veículo, possibilitando trocas mais próximas. Assim como prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009), no SEAS - Vitória, eram considerados territórios de atuação as praças, ruas e espaços públicos onde se realizavam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, como feiras, terminais de ônibus, locais de uso de substâncias psicoativas e outros.

⁶⁷ As informações produzidas englobam inúmeros aspectos da vida do usuário e dizem respeito à composição familiar, trabalho, escolaridade, saúde, etnia, moradia, renda, etc. O conteúdo dos atendimentos, bem como os procedimentos realizados, como os encaminhamentos realizados e a concessão de algum benefício, deveriam ser registrados para que no próximo atendimento se tivesse alguma perspectiva de continuidade nas ações. Isto significa que se um usuário porventura tivesse sido atendido por um serviço diferente do que o técnico que consulta atua, este teria acesso às informações coletadas nas intervenções realizadas por este outro serviço ou outro

Vitória 156 que é um canal de comunicação oferecido pela Prefeitura de Vitória ao cidadão que visa fornecer informações referentes aos serviços prestados, assim como registrar reclamações ou solicitar atendimento de alguma demanda na cidade (THEBALDI, 2017) para estabelecer a comunicação da população domiciliada com o serviço⁶⁸.

A partir da articulação desses três instrumentos, em que o Monitoramento Contínuo mapeava os locais de concentração das pessoas em situação de rua, o *Fala Vitória 156* acolhia as solicitações da população domiciliada e o *SigafWeb* auxiliava nas estratégias para abordagem e encaminhamento de cada abordado para a Rede de Atendimento, pode-se analisar como a sua execução estava implicada em formas de controle dos corpos-em-situação-de-rua que o concebem como perigosos e, ao mesmo tempo, como objetos passíveis de serem acionados pelo *Fala Vitória 156* e “recolhidos”.

Como não se pode acionar o Serviço de Limpeza, pois se trata de corpos-objetos, não de objetos, nem o da Polícia Militar ou a Guarda Municipal, pois se trata de corpos-perigosos, não de criminosos efetivamente, o corpo-pesquisador foi notando que o serviço se configurava como uma espécie de intermediário entre esses dois serviços, na medida em que era acionado frequentemente pelo corpo-domiciliado, através do *Portal Fala Vitória 156*.

Como desdobramento dessa observação, o corpo-pesquisador notou também o quão a perspectiva humanizante, em que se defende o direito dessa população, compunha com uma rede heterogênea de práticas discursivas que se confundia com uma perspectiva desumanizante,

técnico. Segundo Blackman (2014), o *Sigafweb*: “É uma ferramenta de coleta e cruzamento de dados que compõe o sistema de informações socioassistenciais de Vitória. Ele também está integrado a três sistemas do Governo Federal - o Cadastro Único, o Sibec e o Sicom –, possibilitando o cruzamento de dados dos munícipes e das famílias inscritas também nos programas federais”. A equipe do SEAS - Vitória possuía como ferramenta de trabalho celulares conectados à internet que permitiam acessar no local da abordagem o prontuário virtual do atendido, por meio desse sistema, e possibilitava que se confrontasse as informações repassadas pelo usuário em abordagens anteriores (caso ele já tenha sido abordado) com informações repassadas naquele momento.

⁶⁸ No que compete ao atendimento à população em situação de rua são realizadas solicitações de munícipes domiciliados e munícipes em situação de rua que são direcionadas a este serviço, em tempo real, por meio de um sistema informacional que encaminha um e-mail para os celulares da equipe. Diante da solicitação realizada, o solicitante recebe um número de protocolo que possibilita que ele acompanhe o andamento e é definido um prazo de resposta (ARAUJO, 2014). Após o recebimento da solicitação, que consta a caracterização da situação, a demanda e o endereço, a equipe se desloca até o local para realização do atendimento e posteriormente, dá o retorno, via e-mail, para a Central de Atendimento que encaminha para o solicitante. Neste retorno é informado se a pessoa apontada foi abordada e quais os procedimentos realizados: se foi orientada, encaminhada e se não foi encaminhada. No caso de não ter sido encaminhada, informa-se que a equipe continuará tentando realizar este procedimento e justifica esta suposta falha com o fato de que esta ação envolve um trabalho de convencimento à longo prazo. No caso de não ter sido abordada, informa-se que será intensificado o monitoramento naquele local com este objetivo. E por fim, explica-se sobre a função do serviço e orienta-se o solicitante a não doar alimentos, roupas ou outros objetos, sob a justificativa de que este ato de caridade reforça a permanência dos usuários nas ruas. Após a resposta, é possível ainda que no retorno dado seja aplicado, pela Central um “[...] questionário de avaliação do grau de satisfação do munícipe sobre o atendimento realizado” (ARAUJO, 2014, p. 132).

em que se buscava retirar a humanidade desses corpos para retirá-los da cidade. Esses corpos concebidos como objetos e perigosos, haviam, portanto, de serem recolhidos para serem reciclados, reutilizados, integrados e reinseridos, pois, para uma parte do corpo-domiciliado, não é possível uma vida tão destoante, sem uma residência para morar e sem documento para se identificar.

Caía-se muitas vezes em discursos ambíguos em que ao mesmo tempo se defendia os direitos dessa população, mas desde que este fosse garantido longe da “minha calçada”, o que fazia coincidir a perspectiva humanizante com a perspectiva desumanizante. Se para uma parte do corpo-domiciliado, se colocava como um problema a ausência de casa (direitos), na medida em que o corpo-em-situação-de-rua desprovido de casa, passava a ocupar a sua calçada, pela parte mais sensível do corpo domiciliado essa condição também se tornava inconcebível, visto que para ele, não ter onde morar é a prova do sucesso da empreitada de desumanização da cidade e do fracasso das políticas públicas direcionadas a essa população.

Como não se tem garantia de que eles não cometerão atitudes violentas, pois a condição de objeto o torna perigoso e a condição de perigoso o torna objeto, se fez necessário estabelecer um controle continuado sobre esses corpos-objetos-perigosos, para caso não fossem retirados de seu campo de visibilidade (calçada), fossem, minimamente identificados e regulados⁶⁹.

Nesta linha, era comumente escutado a frase “há o direito de ir e vir, mas não de ficar”, sendo posteriormente transformada em “há o direito de ficar, mas não de morar” por defensores dessa perspectiva. As sujeiras das ruas e dos corpos-objetos-perigosos que habitam as ruas precisavam ser recolhidas juntos a eles em vista de sua equivalência.

O termo “denúncia” usado em uma entrevista da Secretária de Assistência Social para se referir às solicitações 156, ou até mesmo usado no Caderno “Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social”, associando a situação de rua ao crime, passou a fazer sentido para o corpo-pesquisador⁷⁰. O termo somava-se à terminologia usada no campo de

⁶⁹ Ficar e fazer uso de droga, ainda, era o suprassumo do afrontamento do corpo-em-situação-de-rua. A presença de usuários de drogas na rua, ou ocupando prédios abandonados, como no caso da reportagem citada anteriormente, despertava um outro tipo de incômodo, na medida em que estes, ao ocuparem a rua ou imóveis abandonados para esse fim, produziam outros questionamentos sobre a experiência de estar em situação de rua. Esta era a causa ou a consequência de estar na rua, esta era uma decisão do indivíduo ou ele é uma vítima das drogas? Diante desses indivíduos, deve-se doar alimentos ao invés de dinheiro, é legítimo o seu pedido? Deve-se doar para que eles não me roubem?

⁷⁰ Em reportagem do jornal local *A Gazeta* sobre o aumento da população em situação de rua na capital, a secretária de Assistência Social ao indagada sobre este fato, refere-se ao termo “recolhimento” para se referir a adesão dos usuários à Rede de Atendimento e “denunciar” para se referir à solicitação 156 pela população domiciliada e reforça essa perspectiva. Segue trecho de sua resposta: “[...] isto é uma decisão individual e vai de cada cidadão

atuação como “monitoramento” e “abordagem” e apontava para essa dimensão de segurança, em que o controle a céu aberto dessa população era o método e o objetivo.

O corpo-abordador, podia-se notar, na medida em que estava envolvido por um corpo-policial, buscava controlar os corpos-objetos-perigosos se fazendo presente ostensivamente os abordando, identificando e regulando. A partir disso, a proposta de ocupação do território, por meio do Monitoramento Contínuo passou a ser compreendido não apenas como um método de atuação do serviço para localizar e abordar esses corpos, mas enquanto tecnologia política que atua na perspectiva da prevenção e da regulação de seus fluxos nos territórios⁷¹.

O corpo-pesquisador, ao retomar essas questões, lembrava como o corpo-abordador envolvido pelo corpo-policial se fazia presente mais em uns territórios do que em outros, o que para ele era parte dessa estratégia. Para os territórios em que o corpo-domiciliado mais se incomodava, o risco que esses corpos-objetos-perigosos colocavam era maior que nos outros, então era necessário que o corpo-abordador se fizesse mais presente.

Ao incidir sobre a atuação do corpo-abordador, provocava-se uma maior presença da equipe em um território, em detrimento de outros e inseria a sua atuação em uma dinâmica política problemática do ponto de vista ético, visto que os territórios que agregam maior barganha política possuíam um maior poder de decisão sobre o serviço. O que se via, então, era um clima de pânico moral, em que o corpo-domiciliado se sentia convocado a denunciar e reivindicar como direito a retirada do corpo-em-situação-de-rua do seu campo de visão, o que contribuía para formar um cenário de, assim como Passetti (2007) definiu, era da fiscalização moral e a formação de cidadãos-polícia⁷².

aceitar o **recolhimento** (grifo nosso). A população a qualquer momento pode **denunciar** (grifo nosso) através do telefone 156 que a prefeitura faz a abordagem” (DIAS, 2017, p. 9).

⁷¹ A presença ostensiva dos veículos do serviço nas ruas e a lógica encaminhativa prevalecente denota o esforço do poder público nessa ação e configura como parte de um dispositivo que estabelece: “[...] uma série de iniciativas que visam manter as pessoas em seus locais e/ou regular seus fluxos de deslocamentos. Uma forma de manter contingentes humanos em locais definidos, mas móveis e, ao mesmo tempo, controlar seus fluxos, sejam eles puramente informacionais, sejam deslocamentos com virtual rastreamento e, se necessário, interceptação” (AUGUSTO, 2020, s/p).

⁷² Passetti (2007) discute essas questões quando fala das novas formas de controle, o conservadorismo moderado e o controle a céu aberto. Segundo este autor, após a desativação do *Welfare States* e o fortalecimento do Estado Penal, novas modalidades de controle se desenharam atualmente, caracterizando nosso tempo com o que ele chamou de era da fiscalização moral. “Sob o regime das penas alternativas, a população é convocada a participar do próprio controle e é organizada desde agências não-governamentais até o exercício estimulado da delação premiada. Sob o controle a céu aberto, a população suspeita da sociedade disciplinar aparece incluída no fluxo da população vulnerável da sociedade de controle, ampliando dispositivos de segurança acompanhados de detalhadas localizações e mapeamentos de zonas de possíveis e imediatos confrontos, delimitando as periferias e favelas (muitas vezes corretamente renomeadas como comunidades), não mais como áreas à margem do centro, mas como

A proposta de ocupação do território, identificação de pessoas em situação de rua, bem como a característica de encaminhar o usuário a uma instituição disciplinar, compreende esse *modus operandi*. O que fazia com que se empreendesse ações *in loco*, na perspectiva de diminuição de concentração da população em situação de rua nos territórios, assim como preconizado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de modo racionalizado e contínuo⁷³.

Em nome da contenção da impunidade ou da redução de comportamentos criminosos, vários tipos de polícias passaram a atuar e os cidadãos a serem convocados a “delatarem” (PASSETI, 2007). Houve, então, segundo o autor, um aumento das penalidades e estas passaram a ter como alvo não apenas os ditos perigosos, mas também pessoas em situação de risco social ou vulneráveis ao crime.

A lógica sugerida de uma atuação pautada na prevenção e na tentativa de controle das virtualidades dessa população trouxe à discussão os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008), compreendendo-os enquanto tecnologia política que considera quatro características gerais importantes: os espaços de segurança, o problema do aleatório, a normalização e a correlação entre a técnica de segurança e a população (p. 15).

A problemática aqui evidenciada de garantia de direitos sendo atravessada pela questão da governamentalidade biopolítica, nos propõe a pensar sobre o modo que a atuação desse serviço, bem como da Rede de Atendimento, engendra formas de gestão do espaço da cidade, a normalização de condutas, comportamentos e a segurança da população de forma geral⁷⁴.

uma nova versão do campo de concentração; e este não mais restrito à função de separar, prender ou exterminar, mas de administrar, conter e convocar à participação” (PASSETTI, 2007, p. 19).

⁷³ Segundo esta resolução, um dos impactos esperados com a atuação do SEAS é a redução do número de pessoas em situação de rua.

⁷⁴ Foucault (2008), ao discorrer sobre as práticas de governamentalidade e a formação dos mecanismos de segurança, contribui para pensar como a polícia ocupou papéis distintos no decorrer dos séculos. Ao realizar um percurso histórico de análise dos sentidos que ela teve no século XVI, XVII e XVIII, compreendeu como as alterações dos pensamentos sobre a governamentalidade produzia modificações sobre a forma que ela era concebida. Ele relata que após o aparecimento de uma nova forma de governamentalidade, a partir do século XVIII, cujo princípio é o respeito aos processos naturais, ou seja, que o que está previsto enquanto intervenção estatal é mais a gestão e não a regulamentação, a polícia passa por modificações em sua atuação. “Vocês estão vendo como se desarticula essa grande polícia super regulamentar, digamos assim, de que eu lhes havia falado. Essa regulamentação do território e dos súditos que ainda caracterizava a polícia do século XVII, tudo isso deve ser evidentemente questionado, e vamos ter agora um sistema de certo modo duplo. De um lado, vamos ter toda uma série de mecanismos que são do domínio da economia, que são do domínio da gestão da população e que terão justamente por função fazer crescer as forças do Estado e, de outro lado, certo aparelho ou certo número de instrumentos que vão garantir que a desordem, as irregularidades, os ilegalíssimos, as delinquências sejam impedidas ou reprimidas. Ou seja, o que era o objeto da polícia, no sentido clássico do termo, no sentido dos séculos XVII-XVIII - fazer a força do Estado crescer respeitando a ordem geral -, esse projeto unitário vai se

As funções negativas de repressão e impedimento das desordens, conforme está previsto para a polícia, seria concebido, a partir de uma nova governamentalidade, em conjunto às funções positivas, assegurada por uma série de instituições e mecanismos (FOUCAULT, 2008). O episódio de tentativa de greve realizado pelos trabalhadores do Centro Pop, em que uma das reivindicações era uma maior presença da Guarda Municipal no serviço, dá pistas para esse funcionamento: acionar os mecanismos de polícia, diante da insuficiência dos educativos e sociais em pôr fim a comportamentos de risco desses corpos-objetos-perigos.

3.1 Corpos distribuídos, corpos recolhidos

O corpo-pesquisador ao desconfiar das “boas intenções” envolvidas nas ações do corpo-abordador, indagava os diversos episódios como a realização da audiência pública na Assembleia Legislativa, pois para ele parecia que essa tinha como objetivo não dar visibilidade a essa população para garantir os seus direitos, mas para garantir uma cidade sem ela.

A estruturação e articulação dos três instrumentos citados fazia parte de um *modus operandi* em que tinha esse objetivo se conectava a ação desse equipamento com a Segurança Pública. A diferença no caso em relação a este, podemos pensar, é que ao invés de uma condução involuntária, como o realizado pela polícia, realiza-se, no equipamento em questão, com a aceitação da pessoa e ao invés de direcioná-la para a delegacia ou prisão, direciona-se para uma instituição assistencial, que é pensada também sob um prisma disciplinar.

A Assistência Social, no caso, ao caminhar junto à Segurança Pública, em um modo biopolítico, instituindo o Monitoramento Contínuo, o *SigafWeb* e o *Fala Vitória 156* compunha com tecnologias, como o Cerco de Inteligência de Segurança⁷⁵ que confirmam a busca por uma cidade cada vez mais segura e monitorada.

Dito isso, as articulações entre corpo-abordador e corpo-pesquisador ganha nessa parte da incursão outros contornos e, a partir das observações atentas do corpo-abordador, alteram as intensidades das paisagens revisitadas, bem como as condições de deslocamento do corpo-

desarticular, ou antes, vai tomar como agora em instituições ou em mecanismos diferentes” (Foucault, 2008, p. 475).

⁷⁵ Este consiste em um sistema de videomonitoramento, em que câmeras foram implementadas em locais estratégicos na cidade com o objetivo de localizar e identificar veículos roubados e suspeitos de crimes: “O sistema conta com 86 câmeras, instaladas em 24 barreiras. Elas registram a foto dos carros e as placas são ‘lidas’ pelo equipamento, que armazena a informação na base de dados. Caso haja uma restrição de furto ou roubo ou mesmo um indicativo de suspeita emitido pelas forças de segurança, será disparado um alerta na Central de Videomonitoramento da Guarda Civil Municipal” (KUNSCH, 2020, s/p).

pesquisador e o cenário inicial em que ele era desaconselhado a se expressar. Enquanto um se reaviva a partir das reedições de lembranças, o outro se reelabora, se refaz e se constitui com novas formas e nova organização de conteúdo ao ponto dos dois corpos se misturarem de uma maneira que reconhecê-los separadamente se torna uma tarefa quase impossível.

Nesse novo rearranjo o trejeito de um se refaz com a do outro e em uma fluidez revigorante esses corpos se alteram conjuntamente nos encontros com os corpos-domiciliados e com os corpos-em-situação-de-rua. Os encontros realizados nesta nova incursão nas ruas da cidade abordando não apenas os corpos que nela habitam, mas as suas relações com a cidade, questões que tangenciam a gestão de todos os corpos surgiram. Ao trazer os episódios e traçar aspectos e dinâmicas envolvidos na atuação do corpo-abordador em conjunto ao corpo-policial, notou-se que eles se referem a uma tentativa de minimização dos impactos da presença dos corpos-em-situação-de-rua, em vista do constante incômodo do corpo-domiciliado com a sua existência.

As tentativas de transformar os corpos-em-situação-de-rua em corpos-domiciliados se efetivavam, apesar de lacunas importantes da Rede de Atendimento e por si só produziam modulações no que tange a seus modos de vida. Almejar a inserção dos abordados na Rede de Atendimento ensejava, por vezes, processos de domiciliarização que passava por ativação de mecanismos que engendram formas autoritárias de se conceber a vida, logo fugiam do escopo do que é a garantia de direitos.

As oscilações entre garantia e violações de direito, encaminhamento e não encaminhamento, assistência e desassistência compunham com a dinâmica de atuação do biopoder, na medida em que implicado na produção de vida gerava a morte e na de cuidado, o controle. Os instrumentos instituídos na execução do serviço, tais como o Monitoramento Contínuo e o *Fala Vitória 156*, estruturavam uma dinâmica de atuação nessa direção e os registros das abordagens nos Relatórios Diários e dos abordados no *SigafWeb* pressupunham uma política de coleta de informação que estabelece e formaliza as formas de atuação do biopoder.

A partir da leitura das descrições das abordagens nos Relatórios Diários, é possível apreender de que forma ele engendra mecanismos diversos. Na medida em que a maioria das abordagens era de iniciativa mais da equipe do que dos usuários e que os temas levantados na maioria das vezes tratam da adesão ou não do abordado à Rede de Atendimento,

principalmente o Centro Pop e o CAPS-ad, evidenciam um tensionamento do corpo-abordador com os modos de vida dos corpos-em-situação-de-rua⁷⁶.

As referências negativas dos abordados em aceitar os encaminhamentos propostos demonstravam não apenas o quão essas ofertas eram frequentes, mas também de como os corpos-em-situação-de-rua, eram convocados a sair das suas condições de ocupantes da rua. O caso de L. que era uma mulher identificada como quem possuía algum tipo de transtorno mental e que recolhia material reciclável com o objetivo de eliminá-los, colocando fogo neles, é oportuno para pensar essa questão. Mesmo com sua recorrente negativa em aceitar o diálogo e às propostas de encaminhamento, havia uma insistência em tentar vinculá-la aos serviços, de modo que sempre que a equipe a via, abordava-a ofertando o encaminhamento, mas ela nunca aceitava⁷⁷.

A partir de análises realizadas na experiência de trabalho, observei que, muitas vezes, as solicitações 156, quando oriundas dos corpos-domiciliados, reforçavam essa compreensão do quão os corpos-em-situação-de-rua eram tensionados. Estas, ao trazerem um conteúdo depreciativo referente aos corpos-em-situação-de-rua, sinalizavam um incômodo com a sua presença e intencionavam explicitamente ou implicitamente a sua retirada, ou “recolhimento”.

Tais conteúdos podem ser exemplificados em solicitações que diziam frases do tipo “tem um morador de rua na minha calçada”, “há pessoas fazendo uso de drogas nessa rua, solicito o recolhimento delas”, ou simplesmente “há pessoas pedindo dinheiro na frente do comércio”, “há crianças fazendo malabares no sinal”, o que caracterizava uma produção objetificante sobre esses corpos, sugerindo por vezes como possibilidade a sua condução voluntária ou involuntária.

⁷⁶ Essa conclusão se deve ao fato de ter encontrado muitas afirmações do tipo “o usuário tal foi abordado em tais condições”, “o usuário não aceitou dialogar com a equipe”, “abordamos o usuário, mas ele não quis dialogar”.

⁷⁷ Quando vista, estava sempre com seu carrinho circulando na região do Centro e se dizia que ela ia até um terreno de um antigo teatro, no bairro Mário Cyprestes, todos os dias realizar o seu ritual de queima do material recolhido. O que chamava atenção neste caso, não era a cena da queima dos papelões, que poderia até ser parte de uma peça daquele teatro, mas que a sua atividade não visava a obtenção de uma renda para sua sobrevivência, mas para uma espécie de satisfação pessoal. Em um estudo de caso, descobriu-se que ela havia um tio que custeava a sua alimentação, pagando mensalmente um restaurante na região que lhe fornecia marmitas diárias. Havia o relato de que a equipe se articulava com esse tio, de modo, que junto a ele, localizaram-na em um local na rua e ofertara apoio, porém mesmo assim ela não aceitara. Seguindo o raciocínio de que o encaminhamento é tido como sucesso e a negativa dos abordados como fracasso, L. seria considerado um caso de fracasso, na medida em que ela não aceitava as propostas da equipe e nesse sentido o seu modo de vida, tornava-se objeto de intervenções e julgamentos diversos.

Diante disso, a compreensão de que há um direcionamento dos atendimentos para a perspectiva da inserção na Rede de Atendimento conflui para pensá-las como parte de ações de mecanismos de controle e modulações desses modos de vida. Por um lado, observa-se a atuação de mecanismos disciplinares, que se direcionam ao controle dos corpos e do espaço, a partir de normalizações diversas relacionadas à família, cuidado, saúde e trabalho. Por outro, observa-se a atuação de mecanismos regulamentadores que almejam garantir um certo equilíbrio no funcionamento da cidade, manejando conflitos entre os corpos-domiciliados e os corpos-em-situação-de-rua. Os corpos-em-situação-de-rua, além de comprometerem uma suposta ordem, prejudicam o aspecto visual da cidade e tornam-se objeto de discussão e, de alguma forma, repulsa e, ao mesmo tempo, cuidado.

O seu encontro com a rua por vezes evidenciava uma dimensão cruel da cidade, na medida em que despossuídos de suas casas eram também de sua condição humana. As tentativas de impedir que se estabelecessem no espaço, seja de forma violenta ou de forma não-violenta, a partir de formas de controle sofisticadas, pode-se dizer que compunham enquanto estratégias de distribuição desses corpos na cidade.

Uma dessas tentativas se refere às ações da Secretaria de Limpeza do município em conjunto à Guarda Municipal, em locais com uma maior visibilidade na cidade, que consistia em recolher os seus pertences sem o devido consentimento. Nesse sentido, observou-se que se por um lado essas ações de Estado, em que não à toa a Guarda Municipal se fazia presente por si só se caracterizavam como uma forma de violência e expropriação, por outro elas tentavam transparecer como uma ação cujo fim é justificável pela limpeza e organização do espaço.

Nesse caso, acionar a equipe do SEAS - Vitória antes dessas ações ocorrerem para alertar esses corpos sobre esta possibilidade, passando a mensagem, portanto, da necessidade de limpeza e organização do local, dizia respeito a uma tentativa de amenizar o caráter violento dessas ações. Em vista da articulação entre a equipe da Secretaria de Limpeza, Guarda Municipal e a equipe do SEAS - Vitória, pode-se dizer que elas obtinham parcial sucesso na gestão não apenas dos seus pertences, mas também dos corpos-em-situação-de-rua.

Outra tentativa importante articulada a esta se refere à campanha contra as doações à população em situação de rua, realizadas pela Gestão da época e pela equipe do SEAS - Vitória. Esta consistia em orientar os corpos-domiciliados a não doarem dinheiro ou alimentos aos corpos-em-situação-de-rua e era realizada, através da equipe do SEAS - Vitória, por meio das respostas das solicitações 156 ou presencialmente nas ocasiões em que se dialogava com os

corpos-domiciliados e pelos canais virtuais da Prefeitura de Vitória, tendo ocorrido inclusive em uma postagem do prefeito em rede social.

Dessa forma, reforçava um discurso recorrente de que não se deveria doar dinheiro ou alimentos para essa população, com a justificativa de que esta ação contribuiria para a permanência de seus corpos na rua. Neste raciocínio, as suas inserções e vinculações à Rede de Atendimento ficariam comprometidas e inviabilizariam qualquer projeto de superação da situação de rua.

3.2. Sem nada e sem nome

Nas novas leituras dos Relatórios Diários realizadas na incursão desta pesquisa, pude produzir outros sentidos que compuseram com a experiência passada. Ao me reatentar para os fluxos da rua que se faziam presentes nos encontros entre os corpos-abordadores e os corpos-em-situação-de-rua realçou-me do quanto a sua materialidade era indesejável. A campanha contra as doações, por exemplo, supostamente baseada em uma racionalidade própria que previa um trato mais adequado para essa população, partia dessa condição e foi a pulga atrás da orelha permanente que fazia o corpo-pesquisador retorcer. Este incômodo me possibilitou lembrar sobre as dificuldades envolvidas nas tentativas de tornar os corpos-em-situação-de-rua em corpos-domiciliados e significou, sobretudo, reaver-me com cenas passadas distintas nessa experiência de tentar operar essas transformações.

A partir da observação de como esses corpos, na maioria das vezes, despossuídos de seu domicílio, eram também atacados e desacatados duplamente enquanto sujeitos de direito⁷⁸ por conceber a rua como um espaço de domicílio, após serem impedidos de não ter acesso a um domicílio fixo que fui relendo os Relatórios Diários. Ao me deparar com o quanto uma quantidade considerável da sequência dos nomes dos abordados eram para mim desconhecidos, percebi que também, de alguma forma, eram indesejáveis. Na ocasião, não lembrava de tê-los conhecidos, o que por um lado pode ser por não os ter abordados, mas por outro pode ter sido por conta de um esquecimento da memória que possivelmente está implicado nesses mecanismos que buscam fazer esses corpos minguarem.

Para a cidade, aqueles nomes ali representavam corpos que atrapalham o seu funcionamento e de muito grado seria para ela que esses registros fossem o prenúncio dos seus

⁷⁸ Nesse sentido, vale uma atenção sobre como esse termo é utilizado em discursos e práticas no contexto em que vivemos, visto que por vezes fazem parte de uma dinâmica de reconhecimento e expropriação.

sumiços. A prática do SEAS - Vitória, em que o monitoramento se fazia contínuo e a lógica encaminhativa era prevalecente, ao mesmo tempo que dizia respeito sobre uma forma de garantia de direitos (fazer viver), era concomitante a uma política de fazerem minguar (fazer morrer) implicado em uma melhor distribuição desses corpos.

Na medida em que as abordagens aos corpos-em-situação-de-rua calhavam em se repetir, por vezes se questionava a insistência da equipe. Lembro de um usuário que sempre a questionava, afirmando que se recebia por números de abordagens, o que por sua vez, virava posteriormente motivo de chacota por parte de alguns membros da equipe, pois evidentemente não possuía correspondência com a realidade. Contudo, de certo modo, apontava para uma dimensão importante da dinâmica de atendimento pois as práticas também produziam a demanda, não apenas o contrário.

A sua materialidade pode-se pensar, não eram as abordagens, mas as transformações operadas a partir delas, que, por sua vez, indicavam tentativas de estabelecimento de modos de vida domiciliados que justifica a existência desse equipamento. Tais modos compareciam nas intervenções, enquanto, motores e motes, na medida em que reforçava um modo linear de se compreender a problemática.

O raciocínio proposto era os corpos-em-situação-de-rua irem da rua à instituição e da instituição ao domicílio, do drogado ao abstinente, do vagabundo ao economicamente ativo, do questionador ao politicamente dócil e por fim, assim como prevê a PNAS, dos vínculos familiares fragilizados aos vínculos familiares fortalecidos e em uma leitura mais ampliada, do vulnerável ao protegido.

O episódio em que a equipe abordou uma personagem de teatro, em um ensaio da peça *Todas as Ruas Têm Nome de Homem*, da Confraria de Teatro, em uma rua do Centro de Vitória, além de inusitado, nos dá pistas sobre como a atuação do corpo-abordador seguia esse modo linear de compreensão. A abordagem direcionada à personagem, no caso, uma noiva, se pautou em uma desconfiança de que se tratava de uma pessoa com transtorno mental, vulnerável e, apesar de uma cena pontual, conferiu esse aspecto normativo⁷⁹.

⁷⁹ Estar com um vestido específico e se comportar de um determinado modo fez com que a personagem se enquadrasse no perfil do corpo-em-situação-de-rua, passível, portanto, de ser abordada e indagada. Este modo linear de compreensão, porém, cabe ressaltar, não comparecia de modo automático, no sentido do serviço ser apenas um meio para sua aplicação, mas comparecia enquanto possibilidade, em vista das práticas discursivas relacionadas a ele. A ocasião, por exemplo, de uma solicitação 156 direcionada a uma mulher com roupas curtas no Parque Moscoso dialoga com esse modo, dado que a solicitação questionava o perigo que essa mulher causaria aos filhos do solicitante. Este pedia que a equipe retirasse a mulher do parque por conta do tamanho de sua saia

Implicado nisso, lembro-me que anualmente passou a acontecer o projeto, organizado pela equipe do Centro Pop, chamado “Supera - Vi, Vivi e Venci”. Este que servia como uma espécie de vitrine de casos para os usuários e para a Rede de Atendimento, consistia em um seminário em que eram apresentados os chamados “casos de sucessos” que se referiam aos usuários que eram atendidos pela Rede de Atendimento e que haviam, supostamente, superado a condição de estar nas ruas, por conta de inclusão em algum abrigo, Programa de Aluguel Social ou retorno ao domicílio.

Esses usuários ao relatarem suas histórias, demonstravam a partir dos seus exemplos, que com um esforço individual, conjugado ao apoio da equipe da Rede de Atendimento era possível sair das condições em que se encontravam. Pressupunha-se que o “Vi, Vivi e Venci”, ao se referir a um percurso individual que vai do pior (situação de rua, uso de drogas, mendicância, rompimento familiar e trabalho informal) ao melhor (casa, família, trabalho formal, religião e abstinência), era o horizonte a ser seguido.

Tal horizonte tinha como propósito fazer um contraponto a comum condição de anonimato que envolve estar na rua e à falta de expectativa diante de corpos cada vez mais precarizados. Tratar essas questões em um plano individual se configurava como uma estratégia, porém a dita superação da situação de rua, tornava-se, muitas vezes, um futuro distante dificilmente realizável, por uma boa parte dos abordados e a política de precarização contínua fazia com que estar na rua fosse a única condição possível de viver.

A constante oferta de inserção na Rede de Atendimento tentava imprimir a mensagem sobre a possibilidade de superação da situação de rua e ao mesmo tempo funcionava como estratégia de controle desses corpos, independente da sua efetivação. A escrita dos Relatórios Diários, ao mesmo tempo que se insinuava enquanto uma tentativa de retirar essas vidas dessa condição precária e de anonimato implicada na situação de rua, no sentido de tentar produzir

para possibilitar um espaço supostamente seguro, evidenciando um traço moral e misógino da solicitação e a tentativa de estabelecimento de uma lógica de segurança ao equipamento. Entretanto, apesar de não ser uma prática comum se negar a atender solicitações 156, a equipe, diante da evidência desse traço fez essa opção, de modo a apenas responder à solicitação explicitando qual a função do serviço.

Tomando essas duas cenas, a da noiva, em que a equipe intervém diretamente e a da mulher da saia curta, em que a equipe apenas responde o solicitante, observa-se que o que pauta a atuação da equipe são avaliações de padrões de comportamentos, bem como um tipo de perfil alvo. Apesar de imprecisos e oscilantes, não há de se desconsiderar, por se tratar de um serviço voltado para população em situação de rua, o quão os modos de vida domiciliados comparecem. Nesse sentido, constata-se uma associação da ideia de construção de um outro projeto de vida a uma vida domiciliada e insere a atuação da equipe em um jogo de promessas, realizações e não realizações de governo dessas vidas. Ao se ofertar a inserção na Rede de Atendimento, se oferta também um modo de vida diferente, em modelos preestabelecidos, em que por exemplo, casa(r) na rua, ou usar uma saia curta, está fora de cogitação.

novos “casos de sucesso”, estava submetido a uma dinâmica de registro automático, cujo enquadramento em um modo de vida domiciliado se fazia presente.

A descartabilidade desses corpos era expressa quando seus nomes compareciam na linha do tempo dos relatórios como mais um abordado em um ponto específico da geografia da cidade, em um momento específico do monitoramento, assim como quando não eram chamados munícipes, mas sim abordados pela equipe⁸⁰.

Registrar os nomes, histórias, questões e situações desses abordados que não eram considerados munícipes neste instrumento, era uma atividade de trabalho considerada importante em vista da perspectiva de continuidade dos atendimentos, porém, no seu decorrer, a ausência de sentido foi ficando evidente. Muitas vezes o corpo-pesquisador indagava para que se colhia tantas informações e relatava-se com tanto afincamento se esses corpos não-munícipes, alvos de políticas que se buscava fazerem minguar, desmaterializar-se-iam em breve⁸¹?

Os Relatórios Diários se configuravam como um registro frequente das atividades da equipe, em que servia de guia para a equipe que realizaria o monitoramento seguinte no território, em simultâneo, como uma espécie de prestação de contas do que foi realizado. O que de alguma forma indicava para um registro que constava como uma tentativa da equipe em inserir os abordados na Rede de Atendimento e que por decisão individual deles isso não ocorria.

O registro quantitativo do que foi realizado que compreendia o número total de abordagens, encaminhamentos e atendimentos de solicitações 156, além de constar nesse relatório, era parte de outro cuja característica fundamental era ser quantitativo e seguia essa mesma lógica: prestar contas não apenas de como foi cada abordagem, mas a sua quantidade e a de encaminhamentos realizados.

Esse viés quantitativo que perpassava essa prestação de contas, estava ligada a uma dimensão automática da escrita, que ao se configurar como uma tentativa de uma linguagem

⁸⁰ Era consenso no cotidiano de trabalho se referir às pessoas em situação de rua como abordados, usuários, adultos, crianças e idosos, por exemplo, e se referir às pessoas domiciliadas como munícipes.

⁸¹ Diante desses questionamentos, o corpo-pesquisador passou a desconfiar da produção de dados envolvidos nas abordagens e posterior registro no *SigafWeb*, pois apesar desse prontuário ser voltado apenas para profissionais da Assistência Social, considerando a trajetória repressiva do Estado brasileiro, para ele nada garantia que esses dados não seriam usados contra o direito dessa população. Além disso, ao armazenar os históricos dos atendimentos dos usuários, esse banco de dados incluía os relatos de atendimento de modo que evocava uma dimensão particular de cada caso e criava um terreno propício para intervenções técnicas pautadas em uma lógica individualizante em face a problemas sociais generalizados.

descritiva, trazia em seu escopo uma espécie de gestão não apenas de vida desses corpos, mas também de morte, dado que ela as tornava objetificadas, passíveis ou não de registro e intervenção. Se aceitou ou não aceitou encaminhamento, se estava ou não usando drogas, se dialogou ou não, se estava dormindo ou acordado, se demandou ou não atendimento, compunha esses registros como indicações de ações e estados provisórios considerados importantes. As decisões em torno da vida desses corpos eram transpostas, através de um filtro considerado técnico e imparcial, para um regime mecanizado de escrita, denunciando a própria lógica de atuação.

Quando se questionava o direcionamento dado pela Gestão/coordenação sobre a necessidade de coleta detalhadas de informações, não apenas em relação ao monitoramento⁸², mas também às abordagens e aos abordados, algumas justificativas esdrúxulas para os ouvidos daquele momento compareciam, porém condizentes com a proposta da gestão da morte desses corpos.

A orientação da Gestão/coordenação de que se recolhesse o máximo de informações dos abordados era com o intuito de que esses abordados, caso viessem a morrer (minguarem), não fossem enterrados como indigentes. Orientava-se que a equipe recolhesse o número de identidade e certidão de nascimento, nome e número de telefones de familiares para que caso eles morressem, existissem informações para proceder com um enterro digno.

A coleta de informações, por vezes difíceis, tinha vários objetivos e o seu posterior registro traçavam identificações que permitia associações instantâneas: o lugar, a história, a substância que se fazia uso frequente, a situação em que frequentemente se encontrava, a faixa etária e outras que acreditava ser importante. As datas de nascimento ao lado dos nomes denunciavam a sua faixa etária: era idoso, era criança, era adulto, e em alguns relatos, encontrava-se, ao lado do nome, a substância que o abordado mais usava como o crack, o álcool,

⁸² No que compete ao registro dos monitoramentos, estes deveriam ser descritos com o máximo de exatidão: os locais monitorados deveriam ser registrados para não restar dúvidas da presença do serviço neles e o horário de início e término para delimitá-lo temporalmente. Da mesma forma que era necessário colher os nomes e as datas de nascimentos dos abordados era necessário registrar a placa do veículo, bem como a sua quilometragem inicial e final. A justificativa era para que se tivesse um controle quanto a possíveis utilizações indevidas dos veículos pelos motoristas em momentos posteriores ao monitoramento. Nessa perspectiva de registro imposta, o paralelo dos nomes dos usuários com as placas dos veículos e a quilometragem percorrida às idades dos abordados se torna inevitável. Assim como se buscava uma fidedignidade das informações colhidas dos usuários, buscava-se também dos veículos, instrumento importante que possibilitava o fluxo e monitoramento da cidade. Controle sobre o monitoramento, os veículos e os abordados.

a maconha ou os três em simultâneo⁸³. Sair dessa condição de anonimato, em vida ou em morte, era um desafio colocado para a equipe que tomo aqui como dúbio, pois se por um lado ela operacionaliza a gestão da vida, por outro, também operacionaliza a gestão da morte. A sensação que tomava o corpo-abordador e o corpo-pesquisador era que se ofertava o mínimo, no sentido de se garantir provisoriamente alimentação, higienização, acolhimento, porém, indagava os abordados o que seria feito a partir disso, considerando que em vista das condições encontradas isto por si só já era muito⁸⁴.

A frase que constava no cartaz da propaganda da campanha contra as doações que afirmava “Não dê esmolas, dê oportunidades. Ligue para o 156”, partia da afirmação que a Rede de Atendimento, ao ofertar o mínimo, garantiria as transformações do corpo-em-situação-de-rua em corpo-domiciliado e que não dando esmolas a condição de rua desses corpos seriam superadas.

Os casos que o corpo-abordador se viu empenhado na obtenção de documentos dos abordados que haviam tido seus documentos recolhidos nas ações de limpeza ampliava a crise do corpo-pesquisador. Ter o pouco que se tinha recolhido almejava não apenas deixá-los para lá (deixar morrer), mas fazer com que minguassem.

A equipe ao se referir sobre a necessidade de limpeza do ambiente com os abordados pode-se pensar que também se referia à saída deles dos locais em que se encontravam. Com o tempo, percebeu-se, então, que a limpeza dizia respeito oficialmente aos pertences desses corpos, contudo o objetivo final não era apenas retirar os pertences, mas talvez, principalmente, os corpos⁸⁵.

⁸³ Na ocasião, o nome da pessoa vinha antes da droga, porém sendo estes, na maioria das vezes, vistos como usuários, antes de pessoas, não seria absurdo que se invertesse a ordem. Este registro lembrava que o público atendido era o que comumente chamam de “nóia” como se os reduzissem a uma condição mental prejudicada pelo uso abusivo de alguma droga, frequentemente o crack. Não à toa que no Centro Pop a forma com que as pessoas que frequentavam aquele serviço eram chamadas, em atendimento à solicitação delas, de atendidos e atendidas, ao invés de usuários e usuárias, como colocado pela PNAS e comumente utilizado. Esta solicitação dizia respeito a uma tentativa de desassociação desta condição e demarcação de alguma diferença em relação a esse modo de nomeá-los.

⁸⁴ A utilização do Plano Individual de Acompanhamento (PIA) no contexto de acompanhamento psicossocial realizado pela equipe do Centro Pop condizia com essa sensação ao estabelecer pactos e metas a serem cumpridas pelo usuário. Este cumprimento ou não, era reavaliado constantemente pelos profissionais de modo que se transformava em um instrumento de responsabilização.

⁸⁵ Insere-se nesse caso a atuação do serviço na mesma lógica de recolhimento de lixo e reduz a condição humana para coisas, no caso, coisas desprezadas, lixos, fazendo coincidir o governo dos homens e o governo das coisas (AGAMBEM, 2020).

A articulação dessa ação de limpeza com a campanha contra as doações, apesar de não oficiais, ocorriam na medida em que uma almejava retirar tudo dos abordados, por meio de ações violentas de limpeza, e a outra, por meio de ações educativas direcionadas aos corpos-domiciliados, almejava que tais corpos não conseguissem nada.

Um descompasso, pensava o corpo-pesquisador, pois como se poderia conceber a ideia de oportunidades ou de inserção na Rede de Atendimento (“ligue para o 156”), sendo que esta não garante efetivamente uma política de superação da situação de rua? Ou indagando por agora como se poderia conceber uma garantia de direitos a esses abordados, o “Vi, Vivi e Venci”, se não os consideravam como munícipes?

Tanto as ações violentas de limpeza quanto a campanha contra as doações eram tentativas da Rede de Atendimento de tornar as condições de vida desses corpos-em-situação-de-rua não munícipes ainda mais precárias ao ponto de precisarem recorrê-la para saírem do campo de visibilidade⁸⁶.

As oportunidades sugeridas pelo cartaz, além de tratar a questão como um problema individual, isentando o poder público de sua responsabilidade, era fundamentada em um cinismo em que o corpo-pesquisador e o corpo-abordador se incomodavam a tal ponto de “perderem as estribeiras”. Contudo, sabendo da necessidade de continuar, eles respiravam fundo e seguiam dentro de suas possibilidades de corpos também à deriva para também verem, viverem e vencerem e evitar que se retirassem também o pouco que eles tinham e os reduzissem a mero amontoado de matéria.

3.3 - Horizontes (im)possíveis

A incursão desta pesquisa que se inicia com a constatação de um descompasso – a autorização pela Comissão de Pesquisa da Semas a acessar o conteúdo das solicitações 156, e desautorização no CREAS - Bento Ferreira –, dialoga com os retomados aqui, como a Secretaria de Limpeza que recolhe os documentos dos corpos-em-situação-de-rua e a equipe do SEAS - Vitória que atua na retirada e o reconhecimento deles.

⁸⁶ Nesse sentido, era notável como os instrumentos *Fala Vitória 156*, o *SigafWeb* e o Monitoramento Contínuo compunham com essas estratégias biopolíticas. O *Fala Vitória 156* acolhia as denúncias, o Monitoramento Contínuo mapeava as zonas de acúmulo de coisas e corpos e o *SigafWeb* auxiliava nas estratégias para abordagem e encaminhamento de cada corpo para a Rede de Atendimento.

Uma parte da Rede de Atendimento, ao atuar para a garantia de direitos – a partir de uma política de reconhecimento e identificação desses corpos-em-situação-de-rua, e a outra para a sua retirada, não os considerando como munícipes – conflui para pensá-la enquanto mecanismo problemático do ponto de vista ético e político e dá pistas sobre os desafios envolvidos na garantia de vida dessa população.

É nessa direção também que os Relatórios Diários atuam, pois apontam para uma tentativa de identificação e compreensão das demandas e histórias de cada abordado, mas, por outro lado, funcionam como uma forma de objetificação e gestão dos territórios que esses corpos ocupam. Essa política de registros de abordagem e coleta de nomes ao estabelecer uma identificação desses abordados não-munícipes, dava-se a partir de um contato instantâneo com o poder, um encontro com o poder, diria Foucault (2006)⁸⁷, o que fazia com que de alguma forma não passassem totalmente despercebidos.

Desse modo, insere as abordagens em um plano em que os registros trazem marcações de poder que se dão em sintonia com as práticas de controle biopolíticas efetuadas. A demanda de sumiço desses corpos-em-situação-de-rua se faz presente em várias ações, tais como nas de limpeza, na campanha contra as doações e se mostrava no automatismo dos relatos de atendimento nos Relatórios Diários e no viés quantitativo de abordagens e encaminhamentos e por outro lado, a proposta de coleta de informações para que esses corpos não fossem enterrados como indigentes objetivava que eles tivessem minimamente um nome na sua morte e não fossem enterrados como um mero amontoado de matéria.

As dinâmicas e instrumentos já citados, como os registros fotográficos, as ações de mobilização em locais estratégicos, a lógica encaminhativa prevalecente e a preocupação excessiva em atender as demandas da população domiciliada por meio do *Fala Vitória 156*, compunham com esses controles não como algo a mais, mas como algo articulado a essas ações.

O corpo-pesquisador, atônito nesses descompassos, via-se por vezes incomodado consigo mesmo a ponto de questionar a função que exercia. As estratégias biopolíticas envolvidas nessas dinâmicas da Rede de Atendimento que atuavam no sentido de uma melhor

⁸⁷ “Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declamações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele” (FOUCAULT, 2006, p. 206).

distribuição dos corpos na cidade transparecia para ele como uma tentativa de um inalcançável equilíbrio entre o corpo-domiciliado e o corpo-em-situação-de-rua.

Diante disso, na perspectiva de avistar horizontes (im)possíveis para essas questões, a resposta encontrada por ele foi sustentar esse descompasso até o seu limite e suscitar encontros, não apenas com o corpo-abordador, mas também com o corpo-domiciliado e com o corpo-em-situação-de-rua que o transpassava nos territórios. A proposta dessa nova incursão que se iniciou a partir de uma situação-problema específica se ampliou, a ponto de concebê-la também como uma forma de incitar os encontros entre os corpos para se formar outra dinâmica de encontro de corpos no espaço da cidade.

Ele propõe como resposta a invenção de corpos que em movimento no espaço ultrapassem a barreira instituída entre um e outro, na iminência de permitir serem transpassados pelos modos, formas e conteúdo de cada um. Para que a partir desses novos arranjos de corpos, nos quais se configure, por exemplo, corpos-em-situação-de-rua que também abordam, pesquisam e se domiciliam, corpos-domiciliados que também ficam em situação de rua, pesquisam e abordam, corpos-pesquisadores que também abordam e corpos-abordadores que também pesquisam seja possível formar cenas na cidade, onde se institua modos ainda impensados.

Não para uma manutenção de um suposto equilíbrio em uma ordem evidentemente desigual, mas para sustentar uma tensão constante de diferenças que suscite transformações em cada um nos territórios ocupados, visando a invenção de modos de habitar e ocupar a cidade que superem a lógica da segmentação dos corpos e do controle biopolítico, operado pelo corpo-policial, em que o encaminhar e deixar minguar fazem parte de uma política de distribuição de corpos.

Essa proposta de transmutação de corpos ao envolver uma nova dinâmica de conexão, coloca sobre a importância de se pensar sobre como ir além de uma reivindicação de direitos, no sentido de buscar a invenção de novos corpos para que se busque também a de direitos. Para além de garantia da sobrevivência em políticas públicas que fazem a gestão do mínimo, o que se coloca como horizonte é a reinvenção cotidiana de corpos e políticas a partir de conexões múltiplas e potentes para desconstrução do corpo-policial e construção de um futuro possível para todos em uma cidade acolhedora, onde não haja corpos objetificados em infintas listas de esperas.

A nave compreende que alguns pontos são cruciais e não ir até eles será fatal. Ela sabe que apenas a sua presença nas encruzilhadas já faz a diferença e demarca o território. O espaço é feito por aqueles que neles habitam e ela estando nele, também o faz.

Alguns convocam sua tripulação para agir, outros, incomodados, repudiam e a nave segue seu percurso.

As turbulências são possíveis nela ou fora dela. Cada parada é uma possibilidade de um encontro inusitado na vida dos tripulantes com os corpos que habitam os interstícios da cidade. A missão é resgatá-los, mas a dificuldade desse objetivo impõe outras tarefas: escutar, falar, olhar e acolher ali mesmo onde esses corpos habitam.

Essas operações de resgate não acabam sempre bem. Os tripulantes incumbidos dessa missão, precisam também estar atentos às outras tarefas que surgem. As conexões com esses corpos precisam ocorrer, mas quem disse que elas precisam ser para esse objetivo?

De um jeito ou de outro, esses corpos sem nomes ali continuarão, no asfalto quente e na calçada fria, gritando por algo que nem eles mesmo talvez saibam. O destino de cada um é incerto, mas a sua existência, assim como a de todos, depende da ação dos envolvidos no presente e no território por vezes cruel da cidade.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da negação do trabalho realizado no âmbito do SEAS - Vitória pela Gestão/coordenação como efetivação de acompanhamento psicossocial, reduzindo-o a um esquema de abordagem e encaminhamento, por meio do Monitoramento Contínuo, a aposta de transformação nessa experiência possibilitou uma maior abertura aos corpos-em-situação-de-rua e a formação para além de um corpo-abordador, um corpo-pesquisador que calhou com a realização dessa nova incursão.

A atual condição das políticas direcionadas à população em situação de rua tentam passar a impressão, por vezes, que funcionam adequadamente e que o fracasso de se retirá-la da rua se deve à falta de vontade dos usuários atendidos. Por isso, este trabalho ao tratar das contradições e lacunas da Rede de Atendimento da cidade de Vitória, voltada para essa população, a partir da análise das práticas do SEAS – Vitória, buscou discutir sobre como isto não diz respeito a uma questão individual, na medida em que a situou em um plano biopolítico de populações⁸⁸.

O caso de Y, migrante em situação de rua, oriundo de Minas Gerais, “recolhido” pela Rede de Atendimento Socioassistencial, em que chegando a sua vez na “lista de espera” passou a ser assistido pelo serviço de Hospedagem Noturna, foi (re)inserido no mercado de trabalho, a partir de uma contratação de uma empresa e fora logo em seguida preso por conta de uma ação articulada da Polícia Civil do Espírito Santo com a de Minas Gerais, confirma essa condição de assistência, desassistência, controle e regulação desses corpos⁸⁹.

Esse caso, bem como as dinâmicas e aspectos estabelecidos na rotina de trabalho serviram para pensá-los como integrantes de estratégias biopolíticas que buscavam uma melhor

⁸⁸ Nesse sentido, pensar pistas para uma prática que foge do controle biopolítico foi também pensar uma prática que vai de encontro às formas de precarização dessas vidas.

⁸⁹ Após ser dado a visibilidade a este fato, por meio de uma notícia em um jornal local, como um exemplo de “caso de sucesso”, a Polícia Civil de Minas Gerais ao tomar conhecimento, identificou este homem como foragido e se articulou com a Polícia Civil do Espírito Santo e procedeu com a sua captura e prisão (“recolhimento”). Y tornara-se de alguma forma alvo de políticas de Estado contraditórias em si ou complementares, na medida em que tendo, supostamente, recuperado a sua condição de cidadão, logo retornara a sua condição de não-cidadão, na medida em que alvo da política de encarceramento. Em outros termos, operou-se nesse caso a transformação de corpo-objeto-perigoso passível de ser acionada pelo 156 para corpo-domiciliado, porém esta operação sofrera o efeito inverso e passou a se tornar um corpo-objeto-perigoso, no entanto impassível de ser acionada pelo 156, visto estar enclausurada, fora das ruas. Nesse caso pode-se pensar que um modo de compreensão que o individualiza e associa a obtenção do emprego a um esforço individual e a sua prisão a efeito de decisões individuais passadas, contribui para desconsiderar dois aspectos decisivos no seu destino: a parceria institucional entre a Prefeitura de Vitória e a Multinacional que a contratou e possibilitou a sua (re)inserção no mercado, apesar do desemprego estrutural no modo de produção capitalista e o caráter seletivo do Sistema Penal brasileiro, que age em uma perspectiva de busca deliberada de grupos populacionais (negros e pobres) que esse usuário faz parte.

distribuição de corpos e a minimização dos seus impactos na cidade. O que no decorrer do trabalho, colocamos em análise e observamos que dizia respeito a uma espécie de busca do corpo-abordador de um inalcançável equilíbrio entre corpo-domiciliado e corpo-em-situação-de-rua que, de alguma forma, tinha como um dos objetivos escamotear as condições precárias a qual os abordados se encontravam.

A tentativa de tornar as condições de vida desses corpos mais precárias, levando-os ao ponto de precisarem recorrer à Rede de Atendimento, bem como as tentativas de tirarem esses corpos do anonimato, em vida ou em morte, corroborou com essa discussão e deu luz sobre a gestão da morte operada por essas estratégias biopolíticas que compunham com a Rede de Atendimento.

As intervenções, consideradas técnicas, tornaram-se inevitavelmente marcadas por uma política que, imersa em um campo de interesse na cidade, dava-se nos conflitos entre os corpos-domiciliados e os corpos-em-situação-de-rua. Nesse sentido, constatou-se que acolher tanto a demanda de sumiço para os corpos-em-situação-de-rua do corpo-domiciliado, principalmente por meio das solicitações do *Fala Vitória 156*, assim como as demandas de reconhecimento dos corpos-em-situação-de-rua, fazia com que o corpo-abordador se visse tentando equilibrar em uma corda bamba, no qual a qualquer momento poderia cair. Se o corpo-abordador atendesse a demanda apenas de um ou de outro a sua queda no abismo seria inevitável e para evitar tal ação, contou com a colaboração do corpo-pesquisador.

Posto isso, conclui-se que a problemática de atendimento a essa população se configura para a PNAS como um paradoxo indissolúvel. Se a Rede de Atendimento Socioassistencial realmente cumprisse o que se propõe, não precisaria existir mais ou se atendesse apenas a demanda da população domiciliada, o SEAS - Vitória se tornaria a Polícia Militar com suas viaturas, o Centro Pop, delegacias e os abrigos, presídios.

O fracasso e o sucesso ou o cuidado e controle efetuado por essa política depende do lugar em que o corpo ocupa. Sair da nave e se transmutar em outros corpos é necessário para não apenas melhor compreender os desafios enfrentados, mas para construir outros.

As pistas para formas de atuação comprometidas com esses corpos que fogem do controle biopolítico se darão ocupando a rua junto a eles e não buscando retirá-los, mesmo que a justificativa em um primeiro momento pareça razoável.

5. REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. **Quando a casa está queimando**. Instituto Humanitas Unisinos, 10 de nov. de 2020. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604498-quando-a-casa-esta-queimando-artigo-de-giorgio-agamben>>. Acesso em: 26 de dez de 2020.
- ARAÚJO, C. L. R. **Gestão Social da População em situação de rua na cidade de Vitória - ES, 2005-2012**. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/8761>>. Acesso em: 26 de out de 2021
- AUGUSTO, Acácio. **O dispositivo monitoramento como tecnologia política e seus usos na pandemia de Covid-19. Lavits_Covid19_#12**. Lavits, 13 de jul. de 2020. Disponível em: <https://lavits.org/lavits_covid19_12-o-dispositivo-monitoramento-como-tecnologia-politica-e-seus-usos-na-pandemia-de-covid-19/?lang=pt>. Acesso em 22 de jun de 2021.
- BLACKMAN, Rosa. **Vitória é referência na área de Vigilância Socioassistencial**. Vitória, 30 de jul. de 2014. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-e-referencia-na-area-de-vigilancia-socioassistencial-15214>>. Acesso em: 7 de jul de 2019.
- BENJAMIN, W. **Sobre o conceito da história**. In.: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994b. p. 222-232.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: MDS/SNAS, 2004. Acesso em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 26 de out de 2021.
- _____. **Perguntas e respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social**. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://www.gesuas.com.br/blog/servico-especializado-em-abordagem-social/>> Acesso em 26 de out de 2021
- _____. 2008. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Decreto de nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf> Acesso em 26 de out de 2021.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/pesquisa-nacional-sobre-populacao-em-situacao-de-rua/>> Acesso em 26 de out de 2021.
- CAMUS, A. **O mito de sísifo**. Edição Livros do Brasil. 1989.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução S. T. M. Lamarão & A. M. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COIMBRA, C.M.B. **Operação Rio. O mito das classes perigosas**. Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto, Oficina do Autor, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. Brasília, 2009. Disponível em:
<https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>
Acesso em 26 de out de 2021.

DAROS, R. F. **Implicâncias e implicações de uma trabalhadora social: a participação social do PAC Favelas-RJ em análise** [Dissertação de Mestrado]. Niterói: Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2016.

COSTA, Daniel. **Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social**. Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia em São Paulo: Boitempo, p. 317-336, 2011.

DE OLIVEIRA, Josué. **Estudo traça perfil da população em situação de rua em Vitória**. Vitória, 15 de ago de 2018. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/estudo-traca-perfil-da-populacao-em-situacao-de-rua-em-vitoria-30236/>>. Acesso em: 7 de julho de 2019.

DIAS, Kaique. **Após demolição, usuários de droga invadem outro prédio**. Jornal Agazeta, Vitória, 19 dez 2017. Cidades, p. 9.

DUBET, François. **Da tolerância ao reconhecimento**. Instituto Humanitas Unisinos, 18 de dez.. de 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/605629-da-tolerancia-ao-reconhecimento>> Acesso em 26 dez 2020.

FOUCAULT, Michel. **A escrita de si. In: O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

_____. **Ditos e escritos IV — Estratégias, Poder-Saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade I. a vontade de saber**. 9ed. Rio de Janeiro : Graal, 1988.

_____. **O nascimento da medicina social**. In: Machado R, organizador. Microfísica do poder. São Paulo: Graal; 1984. p. 79-98.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FUGANTI, Luiz. **Biopolítica e produção de saúde: um outro humanismo?** Interface (Botucatu), Botucatu , v. 13, supl. 1, p. 667-679, 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832009000500017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul de 2020

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **População em Situação de Rua da Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória, 2018. Disponível em:

<<https://sedh.es.gov.br/Media/sedh/DOCUMENTOS%202018/Livro-Populacao-em-Situacao-de-Rua.pdf>> Acesso em: 26 de out de 2021

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. **Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 26, n. 3, p. 919-942, 2014.

KUNSCH, Melissa. **Cerco Inteligente de Segurança: 349 veículos já foram recuperados**. Vitória, 30 de Nov. de 2020. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-41646>>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

LAROSSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. In.: Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/ Mar/Abr 2002, nº 19. Campinas, 2002.

MACHADO, Leila Domingues; LAVRADOR, Maria Cristina Campello. **Por uma clínica da expansão da vida**. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 13, supl. 1, p. 515-521, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000500004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 jul de 2020.

NASCIMENTO, M. L.; COIMBRA, C. M. B. **Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder**. In: Geisler, A. R.; Abrahão, A. L.; Coimbra, C. M. B. (Org.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói, RJ: EDUFF, 2008. p. 143-153.

PASSETTI, Edson. **Poder e anarquia**. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. Revista Verve. São Paulo, 2Nu-Sol, v. 12, pp. 11-43, 2017.

SCHEINVAR, Estela. **O Feitiço da Política Pública. Escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro, Lamparina/Faperj, 2009.

SNOW, D; ANDERSON, L. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1998.

THEBALDI, Matheus. **Fala Vitória 156 agora presta serviços online**. Vitória, 19 de set. de 2017. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br/noticia/fala-vitoria-156-agora-presta-servicos-online-24953>>. Acesso em: 7 de julho de 2019.

VAILANT, Bianca. Prédio abandonado vira casa de morador de rua. **Notícia Agora**. Vitória, 20 de setembro, 2017.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992. pp. 251-281.